

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES**

CAROLINE DE MARCHI PIGNATON

**A INFLUÊNCIA DA COBERTURA DO “JORNAL
NACIONAL” NA FORMAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO
CONTRA LULA**

VITÓRIA
2021

CAROLINE DE MARCHI PIGNATON

**A INFLUÊNCIA DA COBERTURA DO “JORNAL NACIONAL” NA FORMAÇÃO
DO DISCURSO DE ÓDIO CONTRA LULA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, linha de pesquisa Comunicação e Poder, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ruth Reis

VITÓRIA
2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

D278i De Marchi Pignaton, Caroline, 1979-
A influência da cobertura do “Jornal Nacional” na formação do discurso de ódio contra Lula / Caroline De Marchi Pignaton. - 2021.
154 f. : il.

Orientadora: Ruth de Cássia dos Reis.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Análise de Discurso. 2. Efeitos patêmicos. 3. Jornalismo. 4. Política. 5. Comunicação. 6. Discurso de ódio. I. dos Reis, Ruth de Cássia. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77

CAROLINE DE MARCHI PIGNATON

A INFLUÊNCIA DA COBERTURA DO JORNAL NACIONAL NA FORMAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO CONTRA LULA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, linha de pesquisa Comunicação e Poder, do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.

Vitória, 30 de julho de 2021.

Comissão Examinadora



Profa. Dra. Ruth de Cássia dos Reis
(orientadora – POSCOM/UFES)



Profa. Dra. Daniela Zanetti
(membro interno – POSCOM/UFES)



Profa. Dra. Elen Cristina Geraldes
(membro externo – UNIV. BRASÍLIA)

AGRADECIMENTOS

É com grande emoção e sentimento de gratidão que chego ao final desta caminhada. O mestrado representou para mim a abertura de um mundo de possibilidades já desacreditado por uma mãe que precisou abrir mão de sua carreira quando não tinha com quem contar nos cuidados com seu filho recém-nascido. O ingresso no mestrado me trouxe de volta, após 15 anos, ao lugar que sempre foi o meu preferido, o meio acadêmico. Filha de professores, cresci vendo minha mãe preparar aulas, corrigir cadernos e provas, receber em casa seus alunos e até ajudar os mais necessitados a comprar material escolar básico. O ambiente acadêmico nos faz pensar, trocar, crescer como pessoas e, principalmente, como cidadãos, fazendo-nos perceber o real papel que temos na sociedade e como podemos retribuir o privilégio de estarmos sentados nos bancos da universidade pública, que me acolheu por duas vezes, na graduação e, agora, no mestrado. Quando recebi o resultado, não acreditei que fui à terceira na lista de aprovados, o que me possibilitou receber bolsa da Capes por um período, a quem agradeço imensamente. Digo por um período porque, logo após iniciar os estudos na pós-graduação, retornei ao mercado de trabalho dentro da própria universidade, outra grande oportunidade.

Em meio aos meus estudos, divorciei-me e recebi o diagnóstico de que meu filho é autista. Com todas as transformações da minha vida profissional, vieram também as da vida pessoal. Nesse conturbado período tive o apoio incondicional da minha orientadora, Ruth Reis, por quem serei eternamente grata. Aliás, preciso aqui agradecer à coordenação da PósCom pela humanidade com a qual tratou as minhas dificuldades, especialmente aos professores Edgar Rebouças e Flávia Mayer. Agradeço também os professores Fábio Goveia e Fábio Malini, com os quais aprendi muito durante o período de estágio em docência. Agradeço a amizade e o apoio dos meus amigos de turma: Frederico Carneiro, Alexsandro Torres, Iza Rosemberg, Camila Fregona, Márcio Calil e Ivana De Mingo. Ao amigo Ademar Possebom, agradeço por ter me incentivado a concorrer à vaga do mestrado. Guardo vocês no coração!

Agradeço ao meu filho, Enrico, por torcer pela mamãe; peço desculpas por todo o tempo que não pude lhe dar atenção enquanto pesquisava e escrevia. Agradeço aos meus pais, Aurea e Jauber, por terem ficado por conta do meu filho nas últimas semanas de dedicação à escrita deste trabalho. Agradeço à minha amiga Fernanda, por deixar minha casa organizada e me ajudar com o meu filho ao final deste processo, e à minha amiga Anita, por nunca ter me deixado desistir deste sonho. Agradeço ao meu irmão Fransérgio e à minha cunhada Luciana pelo amor

e apoio em todos os momentos e por terem cuidado do meu filho em alguns fins de semana para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa.

Não posso deixar de agradecer à professora e amiga Maria Lúcia da Silva, que conheço desde a infância e que me incentivou a ingressar na pesquisa acadêmica.

Obrigada ao mestre e amigo Humberto Capai pelas dicas valiosas desde o início desta jornada.

À Ruth Reis, toda minha admiração não só por sua condução na orientação deste trabalho, mas pela humanidade do seu olhar diante das minhas dificuldades. Você sempre será um exemplo para mim!

À professora Daniella Zanetti, por ter aceitado fazer parte desta banca e ter dado contribuições tão importantes a este trabalho.

À professora Ellen Cristina Geraldês, por ter me dado a oportunidade de tê-la como integrante desta banca de mulheres que atuam na busca por aprimorar o campo da comunicação.

Agradeço também a todos os profissionais da saúde que me acompanharam neste período tão difícil da pandemia de Covid-19, principalmente a minha médica, Maria Amélia Pedrosa. Sem seu auxílio, não teria conseguido concluir este trabalho.

O mestrado, para mim, foi um novo caminho de ideias, conceitos e amor. Um caminho de encontros dialéticos, de escolhas e, muitas vezes, também de solidão, de questionamentos individuais emergidos nas conversas com autores e fontes de pesquisa. Um aprendizado que levarei para sempre!



Encontro entre Lula e Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul, em Maputo, Moçambique, 2008. Fonte: Silva (2018).

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela (1995, "*Long walk to freedom*")

RESUMO

Esta pesquisa põe em perspectiva as conexões entre o papel do jornalismo contemporâneo e os discursos de ódio. Por meio da análise de discurso francesa, sob o prisma dos efeitos patêmicos de Charaudeau (2007), analisa de que forma o Jornal Nacional contribui para a formação do discurso de ódio contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dessa forma, pretende alcançar as estratégias discursivas patêmicas produzidas pelo telejornal de maior audiência da televisão brasileira na cobertura jornalística do caso do “Triplex em Guarujá”, que culminou na prisão de Lula durante a 24ª fase da “Operação Lava Jato”. Para isso, seu *corpus* foi delineado apoiando-se nos andamentos processuais (fases do processo) veiculados pelo referido telejornal e compreende edições entre o período de 27 de janeiro de 2016 a 23 de junho de 2021. Em um primeiro momento, conceitua características da processualística do jornalismo e sua relação com a verdade e trabalha teoricamente para compreender as relações pré-existentes que se materializam por meio do discurso, verbal ou não verbal. Em seguida, elucida conceitos que permeiam o que Muniz Sodré (2016) denomina de estratégias sensíveis do discurso, utilizadas pelo jornalismo político como forma de poder e atração da audiência. Verifica como o discurso do telejornalismo explora as emoções buscando gerar um comportamento enunciativo nos telespectadores por meio da movimentação dos afetos e como essa estratégia se insere na formação do discurso de ódio.

Palavras-chave: Jornalismo. Afetos. Discurso de ódio.

ABSTRACT

This study puts into perspective the connections between the role of contemporary journalism and hate speech. Through the analysis of French discourse, from the perspective of the pathemic effects of Charaudeau (2007), it analyzes how *Jornal Nacional* (A Brazilian TV news program) contributes to the formation of hate speech against former president Luiz Inácio Lula da Silva. In this way, it intends to achieve the pathemic discursive strategies produced by this TV news program with the highest audience on Brazilian television in the journalistic coverage of the “Triplex in Guarujá” case, which culminated in Lula's arrest during the 24th phase of “Operação Lava Jato” (Car War Operation). For this, its corpus was outlined based on the procedural stages conveyed by the aforementioned newscast and it comprises editions between the period of January 27, 2016 to June 23, 2021. Initially, it conceptualizes characteristics of the procedural nature of journalism and its relationship with the truth. It also works theoretically to understand the pre-existing relationships that are materialized through speech, whether verbal or non-verbal. Then, it elucidates concepts that permeate what Muniz Sodré (2016) calls sensitive discourse strategies, used by political journalism as a form of power and audience attraction. It verifies how telejournalism discourse explores emotions seeking to generate an enunciative behavior among viewers through the movement of affections and how this strategy is inserted in the formation of hate speech.

Keywords: Journalism. Affect. Hate Speech.

LISTA DE SIGLAS

Dops – Delegacia de Ordem Política e Social

JN – Jornal Nacional

MPF – Ministério Público Federal

PL – Partido Liberal

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TVT – Televisão dos Trabalhadores

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - JN desmembra esquema de lavagem de dinheiro, 28 jan. 2016.	16
Figura 2 - Discurso na assembleia geral de greve dos metalúrgicos no estádio da Vila Euclides (1980).....	18
Figura 3 - Lula preso e fichado no Dops (19 abr. 1980, 17º dia do movimento grevista daquele ano).....	19
Figura 4 - Menino toca o rosto do então presidente Lula em Lauro de Freitas, Bahia (21 mar. 2006).....	19
Figura 5 - Velocidade de propagação de fake News	67
Figura 6 - Conglomerado de mídia do Grupo Globo.....	86
Figura 7 - Ranking de audiência das TV's	87
Figura 8 - Primeira transmissão do Jornal Nacional (1969).....	87
Figura 9 - Bancada atual do JN, com Willian Bonner e Renata Vasconcellos (2021).....	88
Figura 10 - Ordenação dos programas conforme horário de início no período estabelecido para análise (20h e 22h30).....	88
Figura 11 - Temporada com período de dados de 04/01/2021 a 27/07/2021 e ranking Top 20 de 21/06/2021 a 27/06/2021, de 20h as 22h30.....	88
Figura 12 - Apresentadora Renata Vasconcellos anunciando os votos dos desembargadores do STJ.....	100
Figura 13 - Recurso imagético utilizado pelo JN para demonstrar ligação do PT com a corrupção na Petrobrás enquanto a matéria anuncia que a Lava Jato deverá agitar o congresso nos próximos meses	101
Figura 14 - No pedido de prisão do ex-presidente Lula, o JN destaca trecho sobre justificativa dada pelo MP de São Paulo	101
Figura 15 - Manifestantes protestam contra a condução coercitiva de Lula	102
Figura 16 - Polícia bate em manifestante “a favor de Lula”	103
Figura 17 - Policiais reagem aos ataques de manifestantes a favor de Lula e acertam rosto de manifestante, que desmaia.....	103
Figura 18 - JN destaca manifestantes com placa em apoio à Polícia Federal	104
Figura 19 - JN entrevista Deltan Dallagnol no ato em apoio da Operação Lava Jato.....	105
Figura 20 - JN reproduz diálogo gravado ilegalmente entre a então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva	106
Figura 21 - Renata Vasconcellos reproduz explicação e desculpas de Moro ao STF.....	107

Figura 22 - Willian Bonner narra as manifestações em todo o Brasil, enquanto imagens de apoio à Lava Jato são mostradas	108
Figura 23 - Reportagem de 4 de março de 2016 mostra manifestações nas janelas em vários estados enquanto o JN transmite a cobertura da Operação Lava Jato	109
Figura 24 - Em palestra, Moro defende sua imparcialidade na condução da Lava Jato por meio de “fala” claramente construída antecipadamente (lida por ele durante o evento), no entanto, querendo fazê-la parecer espontânea	110
Figura 25 - Vestindo preto e com expressão de desaprovação e indignação, Renata Vasconcellos anuncia as conversas de Lula e Dilma publicadas por aquele que se comprometeu a acabar com a corrupção no Brasil	111
Figura 26 - JN apresenta prova de que o juiz Moro determinou a interrupção das gravações, mas que a empresa de telefonia continuou a gravar sem autorização	112
Figura 27 - JN dá destaque ao ‘morobloco’, formado por quatro participantes	113
Figura 28 - JN destaca pessoa com máscara de Sérgio Moro	114
Figura 29 - Jornal Nacional mostra Lula sempre no sentido de estar sendo vigiado, ou seja, de que está fazendo algo escondido e proibido	115
Figura 30 - Bonner anuncia, ao vivo, a denúncia dos procuradores do MPF	115
Figura 31 - Dallagnol apresenta o suposto esquema apurado pelo MPF	116
Figura 32 - JN transmite parte do pronunciamento de Lula após o anúncio de sua condenação	117
Figura 33 - JN anuncia que Lula critica a sentença de Moro diante de correligionários	118
Figura 34 - Alegoria veiculada pelo JN que faz referência a um pronunciamento do ex-presidente Lula após MPSP ter pedido sua prisão	119
Figura 35 - Conversa telefônica entre o ex-presidente Lula e Vagner Freitas, interceptada pela Polícia Federal	120
Figura 36 - Aparato policial para receber Lula, que presta depoimento ao juiz Sérgio Moro em Curitiba	120
Figura 37 - Imagem em close do boneco inflável Pixuleco	121
Figura 38 - Alegoria veiculada pelo JN no dia anterior à condução coercitiva	121
Figura 39 - Imagem veiculada no JN da manifestação após condução coercitiva e pedido de prisão pelo Ministério Público de São Paulo	121
Figura 40 - Alegoria veiculada pelo JN no dia do julgamento do recurso ao STJ contra a condenação proferida por Moro	122

Figura 41 - Imagens de manifestantes do Paraná veiculadas pelo JN	122
Figura 42 - Aberturas das reportagens na sequência temporal por temas: Investigação/Denúncia, Processo/Condenação, Condenação/Apenamento, Soltura, Liberdade/Parcialidade	123
Figura 43 - Expressão facial de Bonner indicando desaprovação após serem veiculadas sonoras do advogado Cristiano Zanin e do ex-presidente Lula	124
Figura 44 - Expressão facial de Renata Vasconcellos indicando desaprovação durante a explanação das notícias, ao ouvir o áudio das interceptações telefônicas entre Lula e Dilma e após serem veiculadas sonoras favoráveis ao ex-presidente Lula.....	124
Figura 45 - Expressão facial de Bonner ironizando afirmações do ex-presidente e decisões que o beneficiavam.....	125
Figura 46 - Expressão dos apresentadores enfatizando palavras.....	125
Figura 47 - Apresentadores com semblantes de esperança e admiração no anúncio das manifestações contra a corrupção e a postura de Moro em relação a Lula	125
Figura 48 - Painel de fundo mostra imagens de dutos enferrujados da Petrobrás e muito dinheiro, para retratar o que foi intitulado por Dallagnol de “propinoduto”	126
Figura 49 - Renata introduz friamente a notícia sobre a carta aberta de Lula e, em seguida, Bonner a lê, também em tom de frieza, de forma rápida e ignorando as pausas de pontuação	127
Figura 50 - Vasconcellos e Bonner fazem elucubrações e interpretam dramaticamente as explicações de Moro.....	128
Figura 51 - Imagens das manifestações mostram cartazes contra Lula e PT	128
Figura 52 - Momento em que o apresentador Willian Bonner acaba de dizer a expressão “busca da verdade”	130
Figura 53 - Enquanto o repórter externo José Roberto Burnier narra em off, imagens mostram brigas e focam em uma pessoa ferida vestindo verde e amarelo e um homem de camisa vermelha avançando em direção a alguém e sendo contido.....	132
Figura 54 - À esquerda, manifestantes gritam “A nossa bandeira jamais será vermelha!”, enquanto o professor Luizinho observa; à direita, Luizinho discute com uma mulher.....	132
Figura 55 - A abertura da reportagem traz ao fundo uma imagem do ex-presidente com o semblante de derrota e tristeza.....	133
Figura 56 - Reportagem ratifica a seriedade e imparcialidade de Moro	134
Figura 57 - JN apresenta imagens contrastantes de Moro e Lula em sequência	135

Figura 58 - Renata Vasconcellos com semblante de felicidade ao dar a notícia sobre o prazo estabelecido por Moro para que Lula se apresentasse para o início do cumprimento da pena	135
Figura 59 - JN mostra a cela “generosa” que estava preparada para receber o ex-presidente	136
Figura 60 - Expressão de Giuliana Morone enquanto Dilma lê a oração de São Francisco, em imagens transmitidas no JN do canal TVT.....	137
Figura 61 - Imagens do canal TVT, transmitidas no JN sem autorização.....	137
Figura 62 - Imagens aéreas da movimentação do ex-presidente Lula após a ordem de prisão	138
Figura 63 - JN mostra pichação realizada por “vândalos” e “cidadãos de bem” limpando-as	138
Figura 64 - Após empurrão, homem cai e bate a cabeça, sofrendo traumatismo craniano	139
Figura 65 - Chico Pinheiro se emociona ao apresentar o JN no dia da prisão de Lula	140
Figura 66 - Lula sai da carceragem da PF de Curitiba, onde estava cumprindo pena.....	140
Figura 67 - JN transmite parte de live de Sérgio Moro	142
Figura 68 - Renata Vasconcellos anuncia a manifestação de Zanin.....	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temáticas e notícias por data	91
Quadro 2 - Temática Processo/Condenação	93
Quadro 3 - Temática Condenação/Apenamento.....	93
Quadro 4 – Temática Soltura.....	95
Quadro 5 - Temática Liberdade/Parcialidade	96
Quadro 6 - Matérias analisadas pontualmente.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 RETERRITORIALIZAÇÃO DO JORNALISMO NO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEO E A COBERTURA POLÍTICA.....	27
1.1 O JORNALISMO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO.....	28
1.2 APONTAMENTOS SOBRE A NARRATIVA JORNALÍSTICA E AS TEORIAS DO JORNALISMO.....	30
1.3 O DISCURSO JORNALÍSTICO E A CONSTRUÇÃO DA VERDADE PELA LINGUAGEM.....	33
2 MOBILIZAÇÃO DOS AFETOS NO JORNALISMO E A PRODUÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO	42
2.1 A INFLUÊNCIA DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE OS AFETOS	43
2.2 COBERTURA POLÍTICA E <i>FAKE NEWS</i> NA PRODUÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO	50
2.2.1 O jornalismo político, estratégias de audiência e poder	56
2.2.2 <i>Fake news</i> e a mobilização dos afetos	61
2.2.3 Formação do discurso de ódio.....	68
3 A TELEVISÃO E O DISCURSO DE ÓDIO CONTRA LULA	79
3.1 A MÍDIA JORNALÍSTICA NO BRASIL E O JORNAL NACIONAL.....	82
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A COLETA DE DADOS E ANÁLISE.....	89
3.2.1 Metodologia de análise.....	99
3.2.2 Estratégias discursivas patêmicas adotadas pelo Jornal Nacional na cobertura do caso do “Triplex em Guarujá”	122
CONCLUSÕES.....	144
REFERÊNCIAS.....	148

INTRODUÇÃO

A cobertura da 24ª fase da Operação Lava Jato foi iniciada em janeiro de 2016. No dia 27 do referido mês, o Jornal Nacional (JN) trouxe a informação de que a operação da Polícia Federal investigava um prédio de apartamentos no litoral de São Paulo. Começa, a partir daí, uma verdadeira espetacularização midiática sobre o envolvimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores (PT), com o suposto recebimento de um apartamento triplex como forma de propina por intermediar contratos relativos à Petrobrás com empreiteiros. Nos três meses que se seguiram, era raro o dia em que o nome Lula não aparecia nas telas do telejornal. Foram três meses de notícias ininterruptas sobre o caso. No mês de março daquele ano, apenas um dia o ex-presidente não teve seu nome citado em nenhuma das 18 reportagens veiculadas na edição do JN. O telejornal se pôs como porta-voz da Lava Jato e passou a explicar minuciosamente (Figura 1) “fatos” relacionados às investigações, como tráfico de influência, corrupção e lavagem de dinheiro.

Figura 1 - JN desmembra esquema de lavagem de dinheiro, 28 jan. 2016.



Fonte: *Globoplay*.

Percebe-se uma articulação clara entre as investigações da Polícia Federal que incidiam sobre o ex-presidente e a cobertura do referido telejornal, transformando Lula na maior atração midiática naquele momento. Em meio às investigações da operação, o contexto noticioso também trazia o possível *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff e a “cruzada moral” da sociedade brasileira pela anticorrupção. Nas edições do JN, esses temas eram pautas constantes. Assuntos sobre economia traziam cenários de insegurança, medo e angústia. Pelo discurso televisivo, formou-se um clima de ataque ao ex-presidente Lula e ao PT e a ligação direta desses com a corrupção, alterando valores simbólicos construídos pela história política

de ambos. Ser petista transformou-se em sinônimo de ser a favor da corrupção e contra a Lava Jato. Não concordar com os abusos dessa operação transformava qualquer pessoa em petista. Apesar de comprovadas arbitrariedades da operação por parte de seus investigadores em relação aos procedimentos jurídicos processuais adotados, a cobertura do JN silenciava, ou pior, justificava as ações empregadas no decurso do inquérito.

A Operação Lava Jato teve início em março de 2014 e foi considerada pelo Ministério Público Federal (MPF) como uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil. As investigações apontavam irregularidades cometidas na Petrobrás por – como o MPF denominou – “organizações criminosas” e incidiam sobre empresários, doleiros e agentes públicos para apurar possíveis ilícitos em contratos vultuosos como o da construção da usina nuclear Angra 3. A operação resultou na instauração de inquéritos criminais no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), visando a apurar ações praticadas por pessoas com prerrogativas de função pública, o famoso foro privilegiado.

A operação foi batizada de Lava Jato por causa da suposta utilização de postos de combustíveis e lava a jato como forma de movimentação de dinheiro ilícito praticada por doleiros em função da operacionalização do mercado paralelo de câmbio, que, mais tarde, alcançou também a maior estatal brasileira, responsável pela produção e distribuição de combustíveis, a Petrobrás. Segundo as investigações, o esquema era organizado entre grandes empreiteiras, que pagavam propina a altos executivos da estatal e outros agentes públicos em troca de contratos superfaturados, sendo o dinheiro proveniente dessas transações distribuído por doleiros. Depois, em 2015, as investigações avançaram em direção às empreiteiras e foram abertos inquéritos criminais destinados a apurar atos atribuídos a agentes públicos e políticos com prerrogativas de função, responsáveis por indicar os nomes que ocupariam a diretoria da Petrobrás. Agentes políticos sem foro por prerrogativa de função foram investigados e julgados pela justiça comum, de primeira instância. Grupos políticos foram acusados de associação criminosa pela prática de corrupção passiva e lavagem de dinheiro e as investigações alcançaram, então, o ex-presidente Lula.

Lula traz consigo um valor simbólico que representa o trabalhador brasileiro. Sua força social e representação política têm histórico nas lutas sindicais por melhores condições de trabalho desde 1975, quando foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP). De família nordestina, Lula chegou a São Paulo aos sete anos, vindo de Caetés,

interior de Pernambuco, em uma viagem de 13 dias em cima de um caminhão pau de arara junto a sua mãe e seus irmãos. Começou a trabalhar aos 12 anos e envolveu-se nas causas em defesa dos trabalhadores em 1966, quando passou a participar, a convite do irmão José Ferreira da Silva, o Frei Chico, dos movimentos sindicais. Lula ganhou destaque e se tornou referência na luta dos direitos dos trabalhadores quando, em 1979, comandou uma grande greve que paralisou 180 mil operários do ABC Paulista (Figura 2).

Figura 2 - Discurso na assembleia geral de greve dos metalúrgicos no estádio da Vila Euclides (1980)

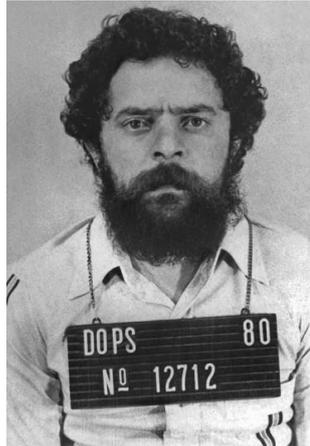


Fonte: acervo do Centro de Documentação e Memória da Unesp (apud SILVA, 2018, p. 238).

Quando, em 1975, começaram a surgir novos partidos políticos, Lula começou a articular a fundação do Partido dos Trabalhadores, criado em 1980. Formado por operários, sindicalistas, intelectuais, representantes católicos simpatizantes da teologia da libertação, artistas que lutavam pela liberdade política do país, o PT surgia na cena política à margem da elite brasileira, que dominava até então o cenário político-partidário. Também em 1980, Lula comandou uma nova grande greve, com a paralisação de 330 mil operários do ABC Paulista e foi preso pela Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) por 31 dias (Figura 3).

Com uma proposta voltada aos ideais socialistas de distribuição de renda e direitos iguais a todos, logo o partido ganhou simpatia e, em 1982, já tinha se organizado em praticamente todos os estados brasileiros. Nesse mesmo ano, Lula disputou as eleições para o governo de São Paulo, mas não conseguiu ser eleito. Sua caminhada política até à Presidência da República foi longa e marcada por percalços. Após o período em que vigorou no país a ditadura militar, Lula lança-se candidato a presidente depois de 29 anos sem eleições diretas para o cargo, perdendo a disputa para Fernando Collor de Mello, que acabou renunciando para não sofrer *impeachment*. Nos anos de 1994 e 1998, voltou a disputar o cargo, chegando, nas duas vezes, ao segundo turno contra Fernando Henrique Cardoso, por quem foi derrotado nos dois pleitos.

Figura 3 - Lula preso e fichado no Dops (19 abr. 1980, 17º dia do movimento grevista daquele ano)



Fonte: acervo Fundo Deops/Apesp (apud SILVA, 2018, p. 246).

Somente na quarta vez em que se candidatou, fazendo aliança com o empresário e senador José de Alencar, do Partido Liberal (PL) de Minas Gerais, conseguiu ser eleito com 53 milhões de votos, derrotando o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), José Serra. Foi reeleito em 2006, derrotando Geraldo Alckmin, também do PSDB, e deixou o governo ao final de seu mandato, em 2009, com 80% de aprovação popular, o suficiente para eleger sua sucessora, Dilma Rousseff. Após a eleição de Dilma, foi diagnosticado com um câncer na garganta e se curou após tratamento.

Antes visto como um sindicalista radical, e, depois, como “Lulinha paz e amor”, a consagração de Lula e do PT como maior partido de esquerda da América Latina foi reconhecida não apenas pela maioria da população (Figura 4), reverberando em outros países. O Brasil nunca tinha estado tão bem no cenário internacional, tanto em questões diplomáticas quanto econômicas. O país passou a integrar a cúpula do G-8+5, formado pelos oito países mais ricos e influentes do mundo e os chefes de governo das cinco economias emergentes mais representativas.

Figura 4 - Menino toca o rosto do então presidente Lula em Lauro de Freitas, Bahia (21 mar. 2006)



Fonte: Silva (2018, p. 260).

Porém, tudo começou a mudar a partir das eleições presidenciais de 2014, em que a presidente Dilma foi reeleita na disputa contra o senador Aécio Neves (PSDB). Os governos do PT foram se diferenciando dos anteriores, culminando em um conturbado cenário político. A combinação de políticas sociais de alto impacto com uma agenda liberal de governo incomodou as elites a partir do momento em que era necessária uma maior presença do Estado para regular setores e instâncias da vida econômica brasileira. O perfil da distribuição de renda no Brasil mudou e, com isso, o tecido social tornou-se menos desigual. As ações reiteradas em defesa e proteção das maiorias minorizadas (negros, índios, mulheres, pardos, comunidades LGBTQIA+ etc.), mexeu com imaginário conservador e moralista da classe média, incentivada pelas elites que controlam os meios de produção e consumo. Além do fato de Aécio Neves não ter aceitado o resultado das urnas, a crise econômico-financeira internacional fez com que as forças hegemônicas se unissem em um verdadeiro terrorismo econômico, dividindo o país, principalmente após as manifestações de maio e junho de 2013¹.

Iniciado seu segundo mandato, Dilma não teve tempo de reverter a política de austeridade econômica, pois o agravamento do conturbado cenário político não oportunizou tal medida. Logo, o país via-se em meio a uma agenda de resgate de políticas neoliberais, de retirada de garantias e direitos sociais e da busca moralista pelo combate à corrupção. Nesse cenário, surge a Operação Lava Jato, que impactou fortemente o já tão agitado cenário político brasileiro, provocando a desestabilização de instituições democráticas, pondo em risco princípios estabelecidos na própria Constituição Federal. O judiciário e a imprensa, tidos como instituições que garantem o não abuso de poder no sistema democrático, sinalizavam a todo momento medidas autoritárias e parciais na condução do espetáculo que passou a ser conhecido como o caso “Triplex em Guarujá”.

O fato de nascer em uma família politizada e de ser jornalista inclinou meu olhar para o assunto. Jornalismo político sempre me interessou. A vontade de pesquisar sobre o campo vinha de longa data. Quando decidi escrever minha proposta de projeto para concorrer à vaga de ingresso no mestrado, estava muito incomodada com os discursos de ódio proferidos nas redes sociais e me perguntava como seres humanos tinham coragem de tratar assim seus iguais. Fiquei muito

¹ Levante popular que aconteceu no Brasil, apoiado pela maioria da população, com reivindicações sociais, a princípio, de grupos independentes que protestavam contra o aumento da tarifa do transporte público, a violência policial, os gastos com eventos esportivos, o poder dos oligopólios da mídia, a falta de investimento público na saúde e na educação, dentre outras reivindicações. Forças do campo político da direita insurgiram-se desse contexto, trazendo suas pautas, apropriando-se do movimento e desviando-o de sua finalidade inicial.

chocada com os comentários odiosos sobre a morte de Dona Marisa, esposa de Lula, e com a forma com que as pessoas desejavam o mal para ele e sua família. E, para além de só desejarem, elas também estavam agindo na vida real de acordo com o que falavam na internet. Alguns médicos que faziam parte da equipe responsável pelos cuidados com Dona Marisa comemoraram por áudios de *WhatsApp* sua morte. O ódio havia ganhado as ruas.

A disputa política parecia ter se transformado em uma briga pessoal e passional. Comecei a pensar sobre o papel da imprensa e do jornalismo e como eles poderiam contribuir para uma pacificação social. Por vezes, me peguei assistindo ao Jornal Nacional e questionando por que o telejornal não contava e não mostrava tantos fatos que aconteciam e que só tínhamos conhecimento por canais alternativos ou pela internet. A partir disso, tive a curiosidade de pesquisar sobre sua responsabilidade na enunciação do discurso de ódio, mais precisamente se o telejornal poderia estimular as pessoas a odiar o ex-presidente Lula. Assim, compreender a relação entre o Jornal Nacional e a formação do discurso de ódio contra a figura de Luiz Inácio Lula da Silva foi o que me trouxe a este estudo.

O campo do jornalismo é considerado um componente importante no funcionamento de uma sociedade democrática. Nessa direção, deve ser pautado pela pluralidade de vozes que povoam o universo social. Essa condição, contudo, dificilmente será alcançada em um quadro no qual a propriedade das corporações de mídia é monopolizada² em diversos níveis e sentidos, como já demonstrou Lima (2001), e no qual seus esforços e sua produção são mobilizados de acordo com o contexto mercadológico em que estão inseridos (INTERVOZES, S.d.).

Dessa forma, pode-se perceber que o reconhecimento da importância da multiplicidade de relações que envolvem o jornalismo é acompanhado por uma visada que o fixa em um papel fundamental. O jornalismo é visto, então, como uma “instituição” social cuja função mais importante, aquela que justificaria sua existência, é de natureza política, vinculada à democracia e à vida pública (LEAL; JÁCOME; MANNA, 2013, p. 146).

O jornalismo parece não mais ser indispensável para que a informação chegue ao cidadão, que, na atualidade, contribui e participa da produção das informações. Além da crise de credibilidade que o jornalismo vinha habitualmente enfrentando em função de sua prática profissional sustentada pelos poderes econômicos e políticos, a migração do público e, conseqüentemente,

² Estudo realizado pela Intervozes (ong brasileira dedicada à causa do direito à comunicação) e Repórteres Sem Fronteiras (França) no projeto Monitoramento da Propriedade da Mídia (*Media Ownership Monitor*) mostra que cinco famílias controlam metade dos 50 veículos de comunicação com maior audiência no Brasil. As principais referências são a rede Globo, da família Marinho, a mais influente; a Rede Bandeirantes (família Saad); a Record (Macedo); a RBS (Sirotsky) e a Folha de São Paulo (Frias) (INTERVOZES, S.d.).

da publicidade (financiadora das mídias privadas) para o mundo virtual enfraqueceu ainda mais os grandes meios de comunicação tradicionais e acirrou a concorrência na corrida pela audiência.

O receptor podia pensar qualquer coisa sobre a mensagem recebida, podia não concordar, achá-la errônea ou incompleta, mas não podia expressar essas opiniões fora de seu entorno. Agora, ele pode não só expressá-las, mas também emitir informações por sua própria conta. Desse modo, o monopólio da informação que os meios de comunicação dominantes exerceram em nossas sociedades vai chegando ao fim (RAMONET, 2013, p. 87).

A crise que o jornalismo vem enfrentando, principalmente a partir da transição do século XX para o XXI, está diretamente ligada à “onipresença da informação”, como argumenta Wolton (2011). Como volume não implica qualidade da informação (levando-se em consideração critérios como veracidade, credibilidade, profundidade etc.), isso produz incerteza e risco à comunicação, no que diz respeito a questões de relações, das diferenças e de como a informação é recebida.

O problema não é mais somente o da informação, mas antes de tudo o das condições necessárias para que milhões de indivíduos se comuniquem ou, melhor, consigam conviver num mundo onde cada um vê tudo, sabe tudo, mas as incontáveis diferenças – linguísticas, filosóficas, políticas, culturais e religiosas – tornam ainda mais difíceis a comunicação e a tolerância. A informação é a mensagem. A comunicação é a relação, que é muito mais complexa (WOLTON, 2011, p. 12).

Porém, o que ainda se vê na narrativa da mídia tradicional é um discurso hegemônico voltado aos interesses políticos e mercadológicos. A narrativa da mídia tradicional penetra nas redes; esta, por meio de seus atores diversos, contribui para endossar tais interesses e alavancar a circulação de conteúdos que se coadunam com as posições em disputa ou para repudiar os que com ela não encontram concordância. Os que se propõem a um discurso contra-hegemônico, mas que não têm encontrado reverberação nos grandes veículos de comunicação lançam mão das mídias alternativas, compondo o chamado jornalismo independente, que emergiu também com a internet e hoje é produzido por meio de pequenos negócios, organizações sociais e coletivos.

Parece cada vez mais difícil para as grandes empresas realizar uma representação monolítica do mundo social. A multiplicidade de vivências e a existência de grupos diversificados tornam cada vez mais urgente o aprofundamento democrático das relações sociais e políticas existentes. Esses limites da mídia tradicional são evidenciados a todo o tempo e, agora, confrontados por questionamentos sobre suas opções editoriais e sobre a qualidade da informação que veiculam. Isso porque

O novo dispositivo tecnológico faz com que cada cidadão deixe de ser só receptor da informação – acabando, assim, com um modelo que foi norma durante muito tempo, desde o advento dos meios de massa. Nunca na história das mídias os cidadãos contribuíram tanto para a informação (RAMONET, 2013, p. 186).

É nesse contexto que se espera compreender o papel do Jornal Nacional na construção do discurso de ódio contra Lula. Indagamos, mais especificamente, se a cobertura da Operação Lava Jato pelo Jornal Nacional sobre o caso do “Triplex em Guarujá” estimulou a disseminação do discurso de ódio, abastecendo a guerra discursiva em torno do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A análise discursiva das emoções sob o viés da patemização (CHARAUDEAU, 2007) diferencia esta investigação em relação aos estudos baseados na psicologia e na sociologia, analisando situações em que existem julgamentos de valores coletivos sobre um actante ao qual o sujeito se sente de alguma forma ligado por uma norma social.

O objetivo geral do estudo é compreender como a cobertura jornalística contribui para a formação do discurso de ódio, identificando as conexões entre sua influência na polarização política que marca as disputas contemporâneas na esfera pública e sua incidência sobre as percepções e decisões dos cidadãos. Para a consecução desse objetivo, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) identificar o universo discursivo jornalístico em que estão inseridos a Operação Lava Jato e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; b) mapear e descrever as estratégias discursivas produzidas pelo Jornal Nacional sobre a Operação Lava Jato e o ex-presidente Lula, especificamente no caso que ficou conhecido como “Triplex em Guarujá”; c) identificar os efeitos patêmicos gerados pelo Jornal Nacional e se estes são compatíveis com a formação do discurso de ódio contra Lula.

Toma-se como premissa a aceção de que o jornalismo é um importante influenciador das disposições da audiência na agenda pública e que, mesmo diante da emergência de novas fontes e produtores de informação no novo ecossistema de comunicação e a despeito de todas as técnicas e estratégias discursivas que adota para se manter no campo da racionalidade, suas abordagens e enquadramentos podem desencadear as explosões de afetos diversos no debate público. Essa premissa leva às seguintes hipóteses: 1) o jornalismo exerce influência significativa sobre o discurso de ódio que se revela contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; 2) as matérias do Jornal Nacional sobre a cobertura da Operação Lava Jato no caso “Triplex³ em Guarujá” prestaram-se a ser “munição” para o discurso de ódio direcionado ao

³ O ex-presidente Lula da Silva foi preso no dia 7 de abril de 2018, após condenação, em segunda instância, sob acusação de receber suborno na forma de um apartamento. O processo foi polêmico e mobilizou a atenção de juristas brasileiros e estrangeiros quanto à sua precisão formal e de mérito (PRONER, 2017). No dia 8 de março

ex-presidente Lula; 3) a ideologia política por trás do discurso de ódio transmitida pela imprensa contribuiu para a polarização das opiniões no país, especialmente no período delimitado por este estudo.

As narrativas discursivas são analisadas sob um corte horizontal de matérias exibidas pelo Jornal Nacional no período de 27 de janeiro de 2016, quando foi veiculada no JN a primeira notícia da Operação Lava Jato relativa ao “Triplex em Guarujá”, até 23 de junho de 2021, quando o STF julgou o ex-juiz Sérgio Moro parcial. A escolha das narrativas construídas pelo Jornal Nacional sobre o caso do “Triplex em Guarujá” como objeto e recorte foi motivada pelos seguintes fatores: o Jornal Nacional é o telejornal de maior audiência no Brasil – registrou 33.1 pontos de audiência no dia da prisão do ex-presidente, seguido por 8.3 do SBT e 5.7 da Record, no mesmo horário, segundo o Ibope⁴. Possui, portanto, grande capacidade de influenciar a opinião pública, além de ser um veículo dinâmico, que pode transmitir informações em tempo real.

O processo de análise verifica as condições de produção do discurso e identifica as estratégias discursivas utilizadas (gestos, expressões faciais e entonação de voz, imagens etc.), que materializam a existência da articulação da ideologia com o discurso, considerando que, segundo Brandão (2012), os discursos são governados por formações ideológicas, que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição em uma conjuntura também dada.

A pesquisa recorreu a uma análise multimetodológica que envolve, em sua primeira etapa, a revisão bibliográfica, visando à demarcação histórico-conceitual dos temas envolvidos neste estudo de caso. Após, empregamos a estruturação proposta por Beatriz Becker (2012, p. 233-234), que sistematiza uma metodologia visando a auxiliar a interpretação da produção audiovisual televisiva, considerando “[...] a [etapa] de descrição do objeto de estudo, a da análise televisual e a de interpretação dos resultados alcançados”.

Para a análise televisiva, respaldamo-nos pelas categorias estabelecidas por Charaudeau (2007), que articula as dimensões psicossociológicas envolvidas nos atos de linguagem sob a dimensão dos efeitos patêmicos dos discursos sobre os sujeitos. O intuito é identificar a estratégia de

de 2021, decisão do Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a prisão de condenados em segunda instância e o ex-presidente deixou a prisão. Em 2021, o ex-juiz Sérgio Moro foi considerado suspeito e parcial pelo STF e o processo sobre o triplex foi anulado, bem como todos os atos da ação penal.

⁴ <https://entretenimento.r7.com/prisma/keila-jimenez/noticiarios-batem-recorde-de-audiencia-em-dia-de-prisao-de-lula-29082019>

patemização dos discursos televisivos, em que serão observados os efeitos desejados nos comportamentos enunciativos dos telespectadores.

Nessa perspectiva, analisa-se de que forma os engendramentos do campo discursivo do jornalismo podem constituir e tornar possível práticas sociais. A propriedade e autoridade do jornalismo, revestido pela capa da isenção, possuem estratégias discursivas próprias, em que a palavra é tomada de forma a atender também aos objetivos das grandes corporações de mídia, voltados à audiência e à rentabilidade. Para Van Dijk (2012, p. 77), as pessoas são influenciadas pelas notícias, mas há que se considerar também outros fatores:

[...] o poder dos meios de comunicação pode ser simplesmente compreendido em termos de “efeitos” simplistas, diretos. Dependendo das diferenças socioeconômicas e socioculturais, as pessoas, claro, interpretam, representam e avaliam as matérias jornalísticas e os eventos noticiosos de maneiras bastante diferentes e, conseqüentemente, formam opiniões, atitudes e ideologias diferentes.

O universo empírico do estudo tem como ponto de partida o jornalismo e o modo como ele afeta ordem social e política. Para Pêcheux (2009), os protagonistas do discurso não têm uma presença física de organismos humanos individuais, mas representam lugares determinados na estrutura de uma formação social, os quais podem ser elucidados pela sociologia.

Ao escolher a análise de discurso, faz-se uma opção por uma perspectiva de compreensão que estabelece como ponto primeiro a linguagem e os modos como ela é apropriada pelos indivíduos e como é acionada para produzir sentidos, ou seja, formula uma compreensão de mundo. Não se fala de uma realidade dada a priori, mas de um real que se constitui nos processos das trocas discursivas. Além disso, utiliza-se a análise dos efeitos de sentidos, descrita por Benetti (2016), em que serão analisadas duas camadas no texto, a visível ou discursiva e a ideológica, em que são atribuídos sentidos por um movimento de repetição, um retorno aos mesmos espaços do dizer, mas dizer de outra maneira (diferentes formulações para o mesmo dizer), caracterizando os discursos como hegemônicos, ao que se dá o nome de paráfrase. Na lógica da análise do discurso, um sentido sempre vem representar aquilo que é dito, em um contexto específico, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra.

Quanto à estrutura, no Capítulo 1, contextualizamos o jornalismo no tempo, de forma a problematizar a hipótese de que ele ainda detém papel significativo na formação da esfera pública na atualidade, renovado pelas redes digitais. Buscamos apontar o papel do jornalismo contemporâneo, seus instrumentos, estratégias e jogos de poder e linguagem nesse novo território comunicacional.

No Capítulo 2, elucidamos os conceitos de verdade – tendo como aporte teórico os filósofos Schopenhauer, Nietzsche e Foucault – e afetos –, trabalhando sob a perspectiva de Espinosa, com as interpretações de Deleuze e de Marilena Chauí – para entender a relação do jornalismo com a verdade e a produção de sentidos de modo a gerar afetos. O intuito foi entender esses conceitos sob a perspectiva das narrativas discursivas criadas e suas consequências na produção de informação na atualidade. Buscamos definir a conformação do discurso de ódio dentro do território informacional, para entender como se apresenta a linha tênue entre ele e a liberdade de expressão.

No Capítulo 3, apresentamos o Jornal Nacional no contexto do jornalismo brasileiro, analisamos sua postura diante das racionalidades normativa e processual, baseada no discurso da isenção, e sua influência nos agenciamentos político e ideológico. Em seguida, pontuamos os procedimentos para a realização da análise do objeto empírico da pesquisa e apresentamos as aplicações teórico-metodológicas e seus resultados, explicando as metodologias utilizadas e as interfaces possíveis entre elas. Por fim, detalhamos a análise sobre as edições do Jornal Nacional selecionadas para este estudo, identificando e apontando a relação entre sua narrativa e os efeitos patêmicos, responsáveis pela formação do discurso de ódio.

1 RETERRITORIZAÇÃO DO JORNALISMO NO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEO E A COBERTURA POLÍTICA

A nova máquina comunicacional que se estabeleceu a partir dos processos de globalização e da comunicação digital vem enfrentando, desde a segunda década do século XXI, movimentos “(des)informativos”, conhecidos como pós-verdade, marcados por discursos de ódio e *fake news*. Baseado em redes, esse modelo transformou os sistemas comunicacional e social, impactou a prática do jornalismo e sua atuação e reconfigurou o modelo de comunicação vertical, caracterizado pela dominação midiática dos veículos de massa.

Historicamente, o jornalismo foi considerado um componente importante no funcionamento de uma sociedade democrática e ainda tem presença forte no conjunto de produtores de conteúdos que alimentam a esfera pública com temas e visões sobre o mundo. Pela égide da objetividade, da verdade e da imparcialidade, os veículos de comunicação tradicionais constroem as notícias reforçando discursos assertivos e hegemônicos, embora apresentem narrativas diretivas e pretensamente isentas, correspondentes a um enviesamento do real.

As técnicas usadas pelo jornalismo são reforçadas como forma de transparecer credibilidade. Entre essas, está o foco em fenômenos verificáveis, para ganhar a confiança da opinião pública e estabelecer uma relação estável e previsível dentro das práticas sociais almejadas. Com frequência, produtos oriundos da indústria jornalística tradicional alcançam posição de destaque nas discussões verificadas nas diversas redes sociais, na internet ou fora dela. Os *media* de modo geral e o jornalismo em particular são alguns dos responsáveis pela construção social da realidade. Se, durante décadas, eles cumpriam quase que solitariamente o papel de manter as regularidades estruturais do sistema e a função de integração social, hoje, disputam essa hegemonia com outros atores que surgiram com as transformações da comunicação.

As transformações do jornalismo se desenvolvem dentro de uma matriz mercadológica, ampliando gradativamente sua escala e importância a partir do início do século XIX. Apesar de a comercialização dos produtos de mídia não ser algo novo, o patamar em que ela acontece aumentou significativamente nesse período, fazendo com que o jornalismo adotasse uma postura mais atraente para aumentar o número de “consumidores”. Os jornais passaram a ser vitais para a venda de outros bens e serviços e sua capacidade de garantir receita por meio dos anúncios ficou diretamente dependente do tamanho e do perfil de sua audiência (THOMPSON, 2014).

A globalização da comunicação trouxe novas demandas e o processo comunicacional tornou-se mais ramificado e complexo, como se vê ao longo dos anos, mas nunca afastado do poder político-econômico. Os processos comunicacionais estão em contínua transformação, cada vez mais rápida; os sistemas estão mais flexíveis, tanto no manuseio da informação quanto na sua transmissão. Diante disso, o jornalismo também foi se transformando e mudando sua postura, a fim de se adequar ao novo cenário da comunicação digital e em rede.

Os meios de comunicação afetaram as interações sociais e humanas, que, antes deles, eram praticadas face a face e necessitavam de deslocamento físico para tal. A comunicação em rede conhecida atualmente mudou para sempre a história da humanidade, que até pouco tempo tinha como tradição e conduta as relações presenciais na maior parte do tempo. A sociedade conectada em rede alterou a forma de interação social e, conseqüentemente, as situações de interatividade entre os meios de comunicação e seu público. Com o jornalismo não foi diferente.

A interação mediada pelo jornalismo fica mais exigente à medida que há possibilidade de uma maior aproximação com seu público, ou seja, o fluxo de comunicação é alterado, pois deixa de ser em sentido único, podendo haver participação, principalmente, através das redes sociais, que impactaram o jornalismo não apenas porque a veiculação da informação ganhou ainda mais velocidade, mas porque novas vozes passaram a ter lugar. Isso faz com que a corrida por atenção acirre ainda mais a concorrência entre os atores presentes no mundo da comunicação, buscando produzir impactos sobre a opinião na esfera pública. A sociedade em rede propiciou a criação de valor específico para os conteúdos publicados no ciberterritório comunicacional. Muitas informações que passariam despercebidas ou seriam reduzidas ao “boca a boca” ganham visibilidade com esse novo modo de produção comunicativo.

1.1 O JORNALISMO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Emergente do mundo *online*, o novo jornalismo não pode trabalhar apenas nos pilares de sustentação orientados para a esfera política e para as preferências de audiência. Não mais existe espaço para o jornalismo que não se relaciona com seu público. A comunicação verticalizada passa a dar lugar a uma distribuição de notícias mais colaborativa, lateralizada e menos hierarquizada, que precisa cooperar (SHUDSON, 2011) para sobreviver nesse novo cenário.

Os jornalistas estão cada vez mais conscientes do público que têm. Hoje em dia é importante – na verdade, é inevitável – que os jornalistas saibam algo sobre as suas audiências, ou seja, que conheçam o seu mercado. Um repórter já não se pode dar ao luxo de desdenhar o lado comercial da sua organização. Um repórter sabe com alguma

precisão aquilo que no passado só podia ser adivinhado: do que é que a sua audiência gostou no jornal de hoje? Os estudos de mercado forneciam muita informação no passado, mas esta chegava lentamente, e em números relativamente abstratos. Hoje em dia, é fornecida pelas evidências sempre presentes de quais as histórias do dia que são mais populares, e quais são mais frequentemente enviadas por correio eletrónico para os amigos (SHUDSON, 2011, p. 146).

A reinvenção do jornalismo contemporâneo não passa apenas pelo seu novo modo de produção e interação; o ritmo de trabalho e a autoridade do jornalismo também sofreram mudanças. Agora, o jornalismo pode ser feito com baixo orçamento e em diferentes lugares e horários, sobrecarregando os profissionais da área, tornando-os mais personificados e próximos do seu público. “A autoridade jornalística é cada vez mais baseada nos indivíduos, e cada vez menos baseada nas instituições” (SHUDSON, 2011, p. 146).

Portanto, a estética da narrativa jornalística está sendo disputada para reconfigurar a autoridade dos produtores de conteúdos no ambiente da comunicação em rede. Na atualidade, essa disputa estética se materializa nas chamadas *fake news*, que se transformam em arma poderosa dentro e fora do campo da comunicação, por se utilizarem de conceitos e formatos do jornalismo de modo a enganar pessoas com a divulgação de informações falsas, como será visto no próximo capítulo.

Paralelamente, nesse cenário, surgem as iniciativas de *fact checking*, que começaram de forma independente, mas, hoje, parte delas se aproxima dos grandes *players* de comunicação – *Facebook* e *Google* – e também da mídia tradicional, a exemplo dos projetos Credibilidade e Comprova⁵, trazendo um novo componente ao campo da comunicação. Trata-se de tema polêmico, pois envolve dispositivos de controle ainda não muito claros para todos os que participam das trocas comunicacionais. Enquanto as *fake news* se tornam o objeto que mobiliza os esforços pela preservação do lugar de autoridade do jornalismo, seus operadores ficam em

⁵ O projeto Credibilidade advém do *Trust Project* e é executado com patrocínio do *Google*, sendo gerenciado no Brasil pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. O consórcio local reunia, até janeiro de 2018, 17 entidades, como os jornais Folha de S. Paulo, Zero Hora e Jornal de Jundiaí; veículos nativos digitais, como Nexo e Poder360; as agências de checagem Aos Fatos e Lupa, bem como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. O capítulo brasileiro segue as mesmas diretrizes do consórcio internacional e adota os mesmos indicadores. O projeto Comprova, por sua vez, provém da *First Draft*, da *Harvard Kennedy School*. Foi lançado no fim de junho de 2018 e tem o projeto Credibilidade como berço. Conta com a participação de 24 veículos de comunicação. É inspirado no *CrossCheck*, realizado durante a campanha eleitoral francesa de 2017. Mais informações podem ser obtidas nos endereços <https://www.credibilidade.org/trust-project> e <https://projecomprova.com.br/>.

um canto esquecido e protegido, as *bias news*⁶, que, em graus diversos, são produzidas no dia a dia por essa grande fábrica de informação no jornalismo profissional e nas redes.

1.2 APONTAMENTOS SOBRE A NARRATIVA JORNALÍSTICA E AS TEORIAS DO JORNALISMO

Relatar o acontecimento é construir uma notícia. As notícias são mensagens textuais que discorrem sobre fatos e constituem o produto básico dos jornais – impressos, televisivos ou eletrônicos. Sendo assim, “o texto que se transforma em notícia deve representar um evento ou estar incluído num acontecimento” (GOMES, 2009, p. 64). Por notícia, entendemos uma tessitura discursiva que produz sentidos e também gera efeitos práticos. Trata-se de uma narrativa que apresenta uma retórica própria, tendo como referente os fatos sociais ditos reais e atuais.

As definições de notícia, conforme Traquina (2005, p. 95) “[...] estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional”. O autor aborda os valores-notícia da cultura jornalística, caracterizados, principalmente, por rompimentos da normalidade – os quais podem ser o violento, o inesperado, o insólito, o número significativo de vítimas, dentre outros –, mas ao mesmo tempo, observa, assim como o sociólogo Pierre Bourdieu (apud TRAQUINA, 2005, p. 95), que, apesar das diferenças, os valores-notícia “escondem” ou demonstram ter semelhanças profundas e são “[...] muito mais homogêneos do que se pensa”.

Essa ruptura da normalidade, conforme Traquina (2005, p. 66), constitui-se em uma referência, um padrão para que o fato se torne acontecimento e encontre um lugar privilegiado na agenda jornalística: “As notícias não falam da vida, mas sobre uma superfície peculiar da vida, esses ‘momentos dramáticos’ nas palavras de Stephens, em que o feitiço da realidade cotidiana é quebrado pela queda de uma ponte, pela erupção de um vulcão ou pela morte de um herói”.

No entendimento de Marcondes Filho (1989, p. 12), a notícia é baseada no anormal, mas só se torna notícia (dentro das anormalidades) aquilo que interessa aos jornais como porta-vozes de correntes políticas:

⁶ As *bias news* são as notícias enviesadas que se utilizam de dados reais, fatos, para reproduzir discursos voltados a atender os interesses de quem as produz.

Uma embriaguez qualquer não é notícia; ela o será se mexer com personagens que desagradam essas correntes ou que representam poderes que o jornal pretende combater. O jornal, assim, arranja, acomoda o extraordinário na sua argumentação diária contra setores ou grupos sociais. O extraordinário, na imprensa “séria”, só vira notícia quando pode ser utilizado como arma no combate ideológico.

Esse debate adentra a questão da notícia como mercadoria, da informação e seus apelos estéticos, emocionais e sensoriais, que trataremos a seguir, ao discorrermos sobre o campo dos afetos. Mas é notório que quem detém ou controla a informação tem a seu alcance uma ferramenta de poder e dominação de interesses em favor de grupos e ideologias específicos em detrimento da submissão, acomodação e passividade dos receptores, o que se deve à forma autoritária e verticalizada de se trabalhar o material noticioso. Os meios de comunicação entregam ao público somente o que lhe foi “autorizado” querer.

Voltando à natureza da notícia, ela é uma forma de discurso e representa o conhecimento do fato. Por conseguinte, por meio dessa função, pode ser avaliada sua capacidade em cumprir o papel de dar a conhecer o fato a seus espectadores, ouvintes ou leitores. Afora isso, “sem o olhar de um intérprete, o fato existe apenas como matéria a-significativa (não é um fato)” (GOMES, 1993, p. 79), pois a ele não foi dado nenhum sentido.

É possível fazer com que um fato “diga” muitas coisas, é possível interpretá-lo de várias maneiras e, em alguns casos, num número potencialmente infinito de modos; o que não é possível e, sobretudo, não se pode fazer com legitimidade, é fazê-lo “dizer” o que não diz, interpretá-lo de qualquer sorte. A interpretação tem limites e estes limites são dados pela **autonomia outorgada** do fato (GOMES, 1993, p. 79, grifo do autor).

Diante dessa “autonomia outorgada”, não cabe às interpretações dizer, sob o crivo dos jogos linguísticos que regulam as leituras e o que apreendemos em nossa compreensão do mundo, construída de uma forma dogmática, se o fato é ou não verdadeiro, mas se pode identificar quais as interpretações sobre ele são enganosas. Portanto, Gomes (1993, p. 80) conclui que uma notícia verdadeira seria

Aquela sobre a qual deve ser possível um acordo universal realizado por uma comunidade ilimitada da comunicação. Dito de outra forma: aquela que de algum modo alcança o sentido próprio de um fato, portanto conformando-se nos limites dos percursos interpretativos dogmaticamente instituídos por uma comunidade de sentido.

Desse modo, o mesmo autor traz a perspectiva de que não se pode desqualificar toda e qualquer possibilidade de verdade e objetividade do fato jornalístico e, conseqüentemente, da notícia, pois através de seus elementos é possibilitado, de todo modo, o estabelecimento da cultura socialmente em vigor.

A notícia é uma forma de discurso apofântico, ou seja, que é passível de análise. “Nem todos os discursos estão em pé de igualdade” (TAMBOSI, 2007, p. 46), pois a maneira como cada fato é relatado os diferencia, podendo o mesmo fato ser transmitido de forma incorreta ou até mesmo falsa, a depender do sentido e do tom que se dá ao relato. Considerando que a verdade se apresenta pelo discurso ou pela linguagem e que a estrutura e o funcionamento desta não correspondem exatamente à estrutura e ao funcionamento das coisas (fatos), podemos dizer que a realidade dos fatos está fora da linguagem, mas que se apresenta ao mundo por ela. Portanto, a apreensão do fato pelo espectador irá depender da forma como o relato foi transmitido e do sentido dado ao fato, em outras palavras, de como o fato nasce pela linguagem no mundo discursivo.

De fato, se a verdade está no discurso ou na linguagem, não depende apenas do pensamento e das próprias coisas, mas também de nossa vontade para dizê-la, silenciá-la ou deformá-la [...] a verdade está na dependência não só da conformidade entre relato e fato, mas também da boa-vontade ou da vontade que deseja o verdadeiro (CHAUÍ, 2000, p. 127).

Logo, não há como discutir verdade sem acatar a relação entre a linguagem e a realidade – no caso do jornalismo, a realidade social em que a palavra se insere no que Habermas (1990) denomina mundo da vida, ou seja, uma espécie de saber que aparece como pano de fundo na atividade comunicativa cotidiana, de modo subjetivo, pré-reflexivo e pré-científico. Para o mesmo pensador, o mundo da vida constitui-se em uma base segura e reconhecida, como o chão que está sempre embaixo dos pés.

As análises feitas a respeito dos acontecimentos sociais pelas palavras e suas significações constroem discursos que pautam o debate cotidiano. Esse espaço de trocas linguageiras, como designa Charaudeau (2019, p. 188), é organizado “[...] pelas instituições políticas, por diversas organizações cidadãs e pelas mídias de informação, organização recente [...] que estendeu [...] seu campo de influência sobre os participantes da vida em sociedade [...]”.

O relato jornalístico é sempre uma interpretação, uma aproximação com a realidade e se utiliza de vários recursos discursivos para justificar a verdade, como recursos visuais, fontes especializadas, detalhamento dos fatos, contextualização do acontecimento, dentre outros. Essa justificação se dá à medida que o contrato de comunicação⁷ é estabelecido entre os

⁷ Charaudeau (2019) conceitua como contrato de comunicação as condições presentes nas trocas linguageiras às quais as partes estão sujeitas, ou seja, os “Modos de Organização do Discurso”, princípios de organização da matéria linguística e que se amparam na intenção comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, contar e argumentar.

interlocutores (CHARAUDEAU, 2019) e a partir dele é assegurada não só a compreensão do discurso, mas o sentimento de segurança e confiança daquilo que é narrado pelo enunciador, tornando o discurso jornalístico credível. É claro que há a percepção individual que cada um, como membro de uma comunidade, tem condições de buscar outros discursos sobre as informações recebidas, discursos esses, talvez, com os quais o indivíduo já tenha tido contato anteriormente e possivelmente lhe proporcionaram algum tipo de conhecimento (BENETTI; LISBOA, 2015).

1.3 O DISCURSO JORNALÍSTICO E A CONSTRUÇÃO DA VERDADE PELA LINGUAGEM

O discurso jornalístico se apresenta de várias formas, utilizando-se de linguagens verbais e não verbais e até mesmo do silêncio. Estabelece uma realidade controlada pelo fluxo de informações e influencia a produção dos discursos sociais e que permeiam a vida cotidiana. Um acontecimento pode ser contado de várias maneiras, produzindo efeitos de acordo com os critérios textuais, linguísticos e ideológicos de quem o narra. “O fato é só um piquenique em que a realidade entra com a matéria e o observador e/ou narrador, com o sentido. Aliás, com qualquer sentido” (GOMES, 1993, p. 64).

O cânone da neutralidade, regido pela imparcialidade e objetividade, é pano de fundo para que a concepção de verdade seja intrínseca à tradição da atividade jornalística. Entretanto, apesar de se apresentarem como fatos “verdadeiramente reais”, construídos a partir de fontes de informação seguras e criteriosas, as notícias nunca conseguem exprimir com fidelidade os fatos sociais. Isso não quer dizer que a notícia seja falsa ou que o fato inexistente, mas que nunca há uma correspondência exata entre eventos empíricos e fatos narrados, pela natureza diversa de um e de outro. Verdade, para o jornalismo, é a narrativa mais próxima dos eventos ocorridos e ancorada em referentes observáveis.

Quando consciente dos efeitos que podem ser produzidos por um discurso que não condiz com a verdade e mesmo assim dele lançar mão, o jornalismo não corresponderá ao ideal apontado pela sua retórica autoafirmativa e com o que é desejado pela ética profissional na qual a atividade se fundamenta.

[...] ainda que seja extremamente problemático o estabelecimento de qual a melhor apreensão e interpretação de um fato, deve ser de algum modo possível estabelecer que algumas dentre as apreensões e interpretações concorrentes são decididamente falsas. O que, reconheço-o, é mais fácil dizer do que provar (GOMES, 1993, p. 64).

Refletir sobre a relação entre a práxis do jornalismo e a difusão de ideias por meio do seu discurso – que se ancora na reprodução de fatos reais, de forma imparcial – traz à luz discussões acerca do que é a verdade, a mentira e como ambas se manifestam no contexto dos afetos.

Na Filosofia, no horizonte da qual se origina a discussão sobre a verdade (GOMES, 1993), essa se mostra como um conceito bastante controverso e pode ser considerada como absoluta ou relativa, a depender da finalidade para a qual irá produzir seus efeitos, podendo mesmo ser reputada como inexistente. Para Foucault (2015, p. 51), “a verdade não existe fora do poder ou sem poder”.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2015, p. 52).

Foucault (2015, p. 40) considera que “Existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos” e que ocorre uma guerra, que não é linguística, e, sim, de poder. A preocupação de Foucault não é identificar o grau de veracidade dos discursos, mas os jogos de poder no corpo social que “autorizam” indivíduos e instituições a dizer a verdade, permitindo que ocupem uma função no “regime da verdade”, tão essencial, segundo o filósofo, para as estruturas e funcionamento da sociedade.

A verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é o objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”) (FOUCAULT, 2015, p. 52).

Resultado de um jogo de forças de poder, a verdade, conforme o postulado de Foucault (2015), não é linear, mas “verdade histórica”, pois, assim como a falsidade, verdade não é conceito neutro nem isento, sendo formulada conforme a estrutura de poder em vigor em dado tempo.

Antes de Foucault, Schopenhauer e Nietzsche já se dedicavam a discutir a verdade, ambos por meio da linguagem, ainda que de formas distintas. Conforme Rochamonte (2010, p. 33), em Schopenhauer, a ênfase dada

[...] à intelectualidade da intuição aponta para uma dessemelhança entre seu pensamento e o da grande tradição, que vira na aparência algo meramente sensorial a que se contrapõe o pensamento como única possibilidade de acesso à verdade. O mundo é ilusão, mas o é na medida em que existe por meio do princípio de razão e se mantém pela relação que estabelece com o nosso próprio corpo. A realidade ou efetividade é ilusão, mas apenas em relação à verdade do mundo como Vontade, não podendo a clareza imediata (não abstrata) da intuição do mundo nas suas relações de causa e efeito ser contraposta a um suposto mundo inteligível apreendido por alguma faculdade racional.

Para esse filósofo do período pós-kantismo, o mundo efetivo – intuído, percebido, visível – é constituído por meio do conhecimento. Esse mundo pode até não ser real, mas é construído por meio do entendimento que retém a atividade intuitiva do ser racional, que se utiliza de um corpo orgânico, material, para experimentar sensações que se transformarão em objeto no tempo-espço. Essas sensações seriam o elo entre o mundo da representação e o mundo da vontade.

Rochamonte (2010, p. 34) destaca que, na filosofia schopenhaueriana, “o conhecimento se dá em função de um corpo, por intermédio do qual o sujeito se faz indivíduo”. Desse modo, a linguagem é vista como um objeto empírico do “mundo efetivo”, uma representação intuitiva do indivíduo que se torna real/materializada através do corpo. No pensamento de Schopenhauer, não existe a separação entre corpo e espírito, sendo a consciência uma função do corpo e este como objetivação da vontade, que é a essência de tudo. Conforme Rochamonte (2010), Schopenhauer estabelece que os objetos obtidos por meio da intuição são responsáveis pela produção do material que irá formar a razão, ou seja, as representações abstratas (conceitos) serão criadas em função das representações intuitivas. Nesse sentido, a linguagem é um objeto da intuição, através da qual o material da razão é obtido.

Para Moreira (2013, p. 279-280, grifos do autor), a verdade, em Schopenhauer, “[...] refere-se exclusivamente ao reino das representações abstratas [razão] [...] À **verdade** se opõe o **erro** como engano da **razão**, à **realidade** se opõe a **ilusão** como engano do **entendimento**”. Com isso, conclui-se que, para Schopenhauer (apud MOREIRA, 2013, p. 281), a verdade é uma relação entre conceitos formados pela intuição e pela razão e aí se encontra a linguagem, que, “[...] não coincide completamente com a totalidade das relações abstratas entre conceitos. [...] A esfera da linguagem e das representações abstratas se adequam apenas aproximadamente”.

Em comparação com Schopenhauer, Moreira (2013) destaca que Nietzsche trabalha mais amplamente o conceito de linguagem, posicionando-o por completo no campo da verdade. Para este filósofo, há uma incompatibilidade entre a coisa em si e a linguagem. Isso porque existe uma inadequação entre esta e a própria intuição, já que o processo de criação da linguagem consiste em um procedimento duplamente metafórico, pois transforma um estímulo nervoso em uma outra coisa completamente diferente dele, o som. Segundo a hipótese de Moreira (2013), Nietzsche rejeita a oposição vontade-intelecto de Schopenhauer, mas considera a relação entre a intuição e a razão.

[...] para Nietzsche, o papel do intelecto não consistiria em um instrumento de acesso à verdade, como suporia a compreensão divinizante do intelecto. Afinal, se a própria natureza do intelecto é definida como dissimulação e a busca da verdade não é sua meta, torna-se problemático pensar a possibilidade de um puro impulso à verdade (MOREIRA, 2013, p. 275).

Na leitura de Melo Sobrinho (2001, p. 7), Nietzsche considera que as palavras são metáforas que não correspondem à realidade, pois o processo de metaforização “[...] se dá por meio de um salto indevido de um impulso nervoso para uma imagem e do salto indevido da imagem ao som” e que não se pode estabelecer uma relação de causalidade entre coisas de natureza diferentes (impulso-imagem-som, sujeito-objeto). O filósofo combate a ideia de que a linguagem seja um acesso à verdade, já que esta é construída de forma tautológica, ou seja, por meio das palavras, o homem encontra uma verdade produzida por ele mesmo.

Quando alguém esconde algo detrás de um arbusto, volta a procurá-lo justamente lá onde o escondeu e além de tudo o encontra, não há muito do que se vangloriar nesse procurar e encontrar [...]. Se crio a definição de mamífero e, aí então, após inspecionar um camelo, declaro: veja, eis um mamífero, com isso, uma verdade decerto é trazida à plena luz, mas ela possui um valor limitado (NIETZSCHE, 2008, p. 17).

Assim, o conhecimento humano é frágil e efêmero, de modo que a condição da verdade não passa de injunções criadas pelo homem para sobreviver. Por isso, o intelecto é, para Nietzsche, transitório e limitado e opera escondendo o quão a existência é trágica; “[...] ilude, dissimula, forja imagens luminosas, tudo para lançar um véu sobre esse fundo trágico e assim continuar vivendo” (apud MELO SOBRINHO, 2001, p. 6). Dessa forma, o filósofo acredita que o homem chama de verdade aquilo que ele próprio cria como forma de conservar o “rebanho” e chama de mentira o que não tem utilidade ou o que pode ameaçá-lo ou excluí-lo desse rebanho. Em suma, na visão de Nietzsche (2001, p. 10), o ser humano mente para sobreviver, iludido por aquilo que acredita ser a verdade:

É apenas nesse sentido restrito que o homem quer a verdade. Deseja resultados favoráveis da verdade, aqueles que conservam a vida; mas é indiferente diante do conhecimento puro e sem consequência, e é mesmo hostil para com as verdades que podem ser prejudiciais e destrutivas. Mas, por outro lado, o que são as convenções da linguagem? São produtos eventuais do conhecimento e do sentido da verdade? Coincidem as coisas e suas designações? É a linguagem a expressão adequada de toda e qualquer realidade?

Para Nietzsche (apud CHAUI, 2011), não há diferença essencial entre verdade e mentira, apesar de serem vistas como opostas, pois a ambas é dado um valor vinculativo socialmente útil quando validadas e impostas aos indivíduos. Moreira (2013) interpreta que as teias conceituais criadas pelo homem são úteis porque permitem, mesmo que limitadamente, um domínio do mundo da aparência – na perspectiva moral – e é por essa relação de dominação que é criada a linguagem. Essas teias conceituais criadas pela sociedade são mantidas e transformadas, a depender dos jogos de produção do conhecimento. O pensamento nietzscheano considera o intelecto como um impulso para o conhecimento, um conhecer necessariamente interessado.

Para Chauí (2000, p. 122), “a marca do conhecimento verdadeiro é a evidência, isto é, a visão intelectual e racional da realidade tal como é em si mesma e alcançada pelas operações de nossa razão ou de nosso intelecto”. Segundo a filósofa, o verdadeiro é o que se manifesta aos olhos do corpo e do espírito e que se opõe ao falso, ou seja, o que está encoberto, escondido ou dissimulado não é reconhecido como verdade, mas, sim, apenas o evidente ou plenamente visível à razão: “Conhecer é ver e dizer a verdade que está na própria realidade e, portanto, a verdade depende de que a realidade se manifeste, enquanto a falsidade depende de que ela se esconda ou se dissimule em aparências” (CHAUI, 2000, p. 123).

A verdade é alvo de discussão em vários campos de conhecimento, incluindo o jornalismo (TAMBOSI, 2007), o qual se constitui em “[...] um campo de provas particularmente instigante, sobretudo pela importância do fenômeno do jornalismo como elemento definidor da cultura e da socialidade contemporâneas” (GOMES, 1993, p. 64). Para Pena (2006), o ser humano tem medo do que está escondido, do que desconhece e acredita que a cultura jornalística é baseada nesse medo, pois a simples perspectiva de não ter a menor ideia do que se passa ao redor aterroriza o imaginário do homem, que quer acreditar que sabe do que acontece em todos os lugares, como se estivesse onipresente nos acontecimentos e, assim, garantisse sua segurança.

O filósofo grego Aristóteles (1969, p. 36) acreditava que “todos os homens, por natureza, desejam conhecer”. O conhecer, aqui, não está ligado à realidade ou não dos fatos; ao homem basta apenas conhecê-los para que haja a sensação de dominar o ambiente que o cerca, de pertencer, de sentir-se seguro. Pena (2006, p. 10) salienta

[...] que a natureza do jornalismo está no medo. O medo do desconhecido, que leva o homem a querer exatamente o contrário, ou seja, conhecer. E assim, ele acredita que pode administrar sua vida de forma mais estável e coerente, sentindo-se um pouco mais seguro para enfrentar o cotidiano aterrorizante de seu meio ambiente. Mas, para isso, é preciso transpor limites, superar barreiras, ousar. Entretanto, não basta produzir cientistas e filósofos, ou incentivar navegadores, astronautas e outros viajantes. Também é preciso que eles façam os tais relatos e reportem suas informações a outros membros da comunidade que buscam a segurança e a estabilidade do “conhecimento”. A isso, sob certas circunstâncias éticas e estéticas, posso chamar jornalismo.

Muitas vezes, essa tal “estabilidade” do conhecimento é tão profunda, que leva à aceitação de qualquer informação como “verdadeira”. O sujeito torna-se vulnerável ao medo, a depender das características que se encontram no campo de sua subjetividade e pode ser afetado por quem tem o poder de afetar o mundo por meio de linguagens técnicas, como faz o jornalismo, que, na análise de Pereira (2013, p. 10), “[...] gera paixões que geram afetos”. Este autor utiliza tais conceitos tal como proposto por Espinosa (apud CHAÚÍ, 2011, p. 151), para quem “Um afeto chamado paixão do ânimo [*animi pathema*] é uma ideia confusa pela qual a mente afirma a força de existir de seu corpo ou parte deste, força ora maior, ora menor do que antes, e pela presença da qual a mente é determinada a pensar uma coisa de preferência a outra”.

Em estudos sobre a ética de Espinosa, Chauí (2011, p. 153) afirma que “o medo nasce de outras paixões e pode ser minorado por outros afetos contrários e mais fortes do que ele, como também pode ser aumentado por paixões mais tristes do que ele”. Conforme a filósofa, ainda que o conhecimento verdadeiro não o suprima e que a ignorância não o cause, é nela que o medo vive e por sua causa prospera: “Paixão triste, o medo é e sempre será paixão, jamais se transformando em ação do corpo e da mente. Por sua origem e por seus efeitos não é a paixão isolada, mas articulada a outras, determinando a maneira de sentir, viver, pensar dos que a ele estão submetidos” (CHAÚÍ, 2011, p. 152).

O jornalismo está ligado ao contexto do mundo dos acontecimentos e se utiliza do conceito de referencialidade – ater-se aos fatos – para justificar como real a ideia ou enunciado transmitido na mensagem, como se ela correspondesse exatamente a uma realidade exterior (LAGE, 2001). Para isso, o jornalismo faz uso de artifícios que reforçam as evidências (CHAÚÍ, 2000) – por exemplo, com leis, dados, estatísticas, argumentos de autoridades etc. –, uma forma de atestar a veracidade do enunciado de um modo calculável e verificável, herança do positivismo que marcou o século XIX. Ainda assim, não há espaço para questionamentos, discussões ou reflexões. Essa objetividade, entretanto, perde-se ao passo em que não há como se despir de sentimentos e opiniões, mesmo que o jornalismo defenda e persiga conceitos como a neutralidade, socialmente aceita e usada para justificar sua atividade profissional.

Pensar como as paixões são afetadas pelo discurso jornalístico e demonstrar como esse discurso irrompe no campo dos afetos com ferramentas de comunicação e, especificamente, da produção jornalística que habita diversas formas discursivas requer compreender os significados gerados pelo jornalismo na concepção de notícias. Para Pereira (2013, p. 2), “As notícias não são espelhos da realidade. São construções socioculturais embaladas por recheios ideológicos”.

O processo de produção de notícias utiliza regras que pautam a prática do jornalismo, tais como os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia. Mesmo que estes tenham caráter flexível e que possam ser moldados a qualquer interesse, evidenciam a relevância do jornalismo diante de outras formas de mediação. A noticiabilidade se transforma no tempo, abarcando, na atualidade, uma gama de critérios diferentes dos que eram praticados quando surgiu a atividade jornalística. As rotinas profissionais do jornalismo e os procedimentos de produção das notícias são interativos e dinâmicos, por isso, os critérios de noticiabilidade são formados por todo e qualquer fator que possibilite a produção da notícia (SILVA, 2005). O processo de produção da notícia leva em consideração, também, a iniciativa do próprio jornalista e as demandas sociais existentes.

A noticiabilidade, segundo define Traquina (2005, p. 63), é o “[...] conjunto de critérios e operações que fornecem aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”. Acrescenta o mesmo autor que

[...] os valores-notícia fornecem critérios nas práticas de rotina do jornalismo que permitem aos jornalistas, diretores e agentes noticiosos decidir rotineiramente e regularmente sobre quais as “estórias” que são “noticiáveis” e quais não são, quais as “estórias” que merecem destaque e quais as que são relativamente insignificantes, quais as que são para publicar e quais as que são para eliminar (TRAQUINA, S.d., p. 144-145).

Para Silva (2005), a noticiabilidade leva em consideração, ainda, fatores como os julgamentos pessoais do jornalista, a cultura que perpassa a categoria profissional, as condições favoráveis ou desfavoráveis da empresa em que o profissional trabalha, a qualidade do material ou da informação (imagem ou texto), a relação construída com o público e com as fontes, a ética e as circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais.

Há um esforço para se construir uma processualística no campo do jornalismo e uma discussão científica em torno dos critérios de reconhecimento de competências acerca do fato e do acontecimento para que eles possam adentrar o mundo das notícias. Muitos autores categorizam os critérios de noticiabilidade considerando, também, os aspectos estético-narrativos que formam o valor-notícia. Por mais que esses critérios de noticiabilidade sejam categorizados de

forma conceitual e pragmática, não há como seguir uma padronização literal, pelo dinamismo da atividade, que os flexibiliza. Portanto, os critérios científicos servem de estratégia para a retórica da imparcialidade, por seguirem condições estabelecidas que, empiricamente, não funcionam, por serem nulas, em parte ou totalmente.

Por outro lado, deve-se levar em consideração, ainda, o controle exercido pelas organizações midiáticas sobre os profissionais do jornalismo, as quais são respaldadas por essa processualística da noticiabilidade. As empresas amparam seus interesses na técnica para justificar o controle da subjetividade do jornalista e, simultaneamente, valem-se do mesmo argumento para não se “curvarem” aos seus anunciantes. Ou seja, a padronização traz mais conforto à ordem do mercado que se apropria do sistema de comunicação.

Teoricamente, quanto maior o número de fatores aos quais o acontecimento atender, maior a chance de se tornar notícia, ou seja, os fatores que valoram o acontecimento para que ele se torne notícia, os valores-notícia. Na prática, ainda há vestígios da teoria inicial do *gatekeeper*, defendida por David White em 1950, em que a subjetividade de quem seleciona tem o poder de decidir se deixa ou não passar a informação, ou seja, o interesse individual e o juízo de valor terão maior peso na decisão de divulgar ou não um acontecimento.

Sinteticamente, na teoria do *gatekeeper* entende-se que o processo de produção da notícia se dá a partir de uma série sucessiva de escolhas, na qual determinada informação tem de passar por diversos portões (*gates*) – áreas de decisão onde os jornalistas (*gatekeepers*) selecionam ou não esta informação. Em caso positivo, a informação segue em frente; senão, interrompe-se sua progressão, o que significa que ela não virará notícia publicada (NEGRÃO, 2005, p. 57).

Essa teoria, desprestigiada com o passar do tempo, foi substituída por outros paradigmas, ligados à profissionalização da prática jornalística, às suas rotinas mercadológicas de produção e a situações recorrentes na sociedade (PENA, 2018). O que se observa é uma busca incessante pela formulação de novas enumerações de valores-notícia para o ritual da produção de notícias, que, muitas vezes, repete-se sem considerar estudos precedentes, para se alcançar um ideal de imparcialidade.

A teoria do *gatekeeper* tem seus méritos, pois na percepção de Wolf (2005, p. 186), foi por meio desse conceito que foram delineadas as chamadas “zonas-filtro”, uma espécie de canal por onde passam as informações controladas por sistemas objetivos de regras ou de forma implícita de acordo com interesse das organizações e dos profissionais, sendo que “[...] as referências implícitas no grupo de colegas e no sistema de fontes prevalecem sobre as implícitas no próprio público”.

Logo, o ambiente profissional-organizacional-burocrático é decisivo nas escolhas das notícias e “essa passagem marca uma transição dos estudos sobre a manipulação explícita da informação para o problema da ‘distorção inconsciente’ (*unwitting bias*) que se produz constantemente na cobertura informativa” (WOLF, 2005, p. 187-188), ampliando-se, mais tarde, para os estudos da cobertura rotineira dos acontecimentos sob esse viés e seus efeitos a longo prazo, conceituados como *newsmaking*.

Conforme Wolf (2005, p. 189), “[...] as distorções inconscientes, que dia após dia enfatizam uma certa representação da realidade social, prejudicando alguns de seus aspectos em favor dos outros, são um elemento que entra em jogo na dinâmica da difusão de efeitos cognitivos, ligados àquela imagem da realidade”. Trazendo para o contexto das redes sociais e dos filtros algoritmizados, é possível considerar que, em vez de um portão, existem várias janelas que se agrupam por interesses (os filtros-bolha) em resposta a comportamentos de pessoas em ambientes virtuais. Esses agrupamentos não são definidos pelos usuários, mas constroem, por meio deles e em função de seu comportamento, um “real” imaginário, que se movimenta e se retroalimenta.

2 MOBILIZAÇÃO DOS AFETOS NO JORNALISMO E A PRODUÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO

O âmago do processo comunicacional-linguístico traz consigo códigos de funcionamento comuns à comunicação humana que vão muito além do que se vê e do que se ouve. Esses códigos se manifestam em função dos afetos, inerentes à condição do sujeito que se relaciona e interage por palavras, imagens, sons, expressões corporais etc.

Os recursos simbólicos são empregados como fios condutores da relação comunicacional estabelecida entre os meios de comunicação e o público, que, muitas vezes, utiliza-se estrategicamente do espetáculo para atraí-lo. A dinâmica de cobertura jornalística da política mobiliza afetos e produz afecções como os sentimentos de indignação, injustiça e ressentimento sob formas de percepção da verdade. As narrativas da mídia aumentam os tensionamentos do campo político-ideológico e estimulam práticas discursivas violentas no meio social.

[...] a mídia não se define como mero instrumento de registro de uma realidade, e sim como dispositivo de produção de certo tipo de realidade, espetacularizada, isto é, primordialmente produzida para excitação e gozo dos sentidos. Com a mídia, o sismógrafo e o sismo são a mesma coisa (SODRÉ, 2016, p. 79).

As comoções do ânimo são próprias da natureza humana e são necessárias a algumas causas. Através delas, expressamos emoções, criamos laços, nos tornamos amigos e também inimigos. Fato é que os afetos são fonte de criação e destruição e podem ser manipulados caso prevaleçam sobre os fatos e a razão. Através do discurso, os afetos podem mudar de direção e sentido se forem movidos por uma força maior – e aí está o que se conhece como persuasão. Desse modo, os afetos são objetos a serem persuadidos conforme a vontade e o interesse de quem produz a ação discursiva. “Pois quem controla o modo de visibilidade e nomeação, controla o que irá aparecer e como se construirão circuitos de afetos” (SAFATLE, 2016, p. 6).

Um afeto, enquanto está referido à mente, é uma ideia pela qual a mente afirma a força de existir [...]. Assim, quando a mente é tomada de algum afeto, o corpo é, simultaneamente, afetado de uma afecção por meio da qual sua potência de agir é aumentada ou diminuída. Além disso, esta afecção do corpo recebe de sua própria causa a força para perseverar em seu ser, a qual, portanto, não pode ser refreada nem anulada senão por uma causa corpórea que afete o corpo de uma afecção contrária à primeira e mais forte que ela. A mente é, portanto, afetada da ideia de uma afecção mais forte e contrária à primeira, isto é, a mente será afetada do afeto mais forte e contrário ao primeiro, o qual, pois, excluirá ou anulará a existência (ESPINOSA, 2009, p. 149).

Frente a isso, elucidaremos a seguir o papel do jornalismo na mobilização dos afetos e sua influência na formação do discurso de ódio face à perversa intolerância que se abateu sobre o

Brasil diante do cenário político apresentado durante a Operação Lava Jato, contextualizando também os modos de produção midiáticos, que, por meio de suas práticas discursivas, produzem afecções através das narrativas da imprensa.

2.1 A INFLUÊNCIA DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE OS AFETOS

No jornalismo, existem várias formas discursivas que produzem sentido não só pela linguagem verbal, mas por outros signos construídos por meio de imagens (gestuais, gráficas, fotográficas, sonoras, em vídeo e mixagem de todos esses recursos). Os modelos retóricos empregados pelo jornalismo com intuito de controlar os fluxos das informações se utilizam da premissa da verdade por adequação, conforme discutido no primeiro capítulo, ou seja, a de que o jornalismo reproduz fielmente a realidade.

Mesmo não sendo o único modo de se obter informações, mas um dos predominantes, o jornalismo promove a sensação de que é possível estar conectado ao mundo e às pessoas, compreendendo a realidade na qual nos encontramos. O conhecimento adquirido por meio das fontes de notícias oferece elementos para que o indivíduo se sinta pertencente a um tempo-espaço e conhecedor do território que habita, por meio da informação, o que reforça o seu lugar no mundo.

Sentir-se desinformado aumenta a angústia existencial, como se pairássemos num nada e estivéssemos perdendo algo precioso. Por outro [lado], estar a par do que acontece é estar ligado a algo maior, é fazer parte de um todo, um grupo, uma comunidade, um país. Sentir-se informado é pertencer a uma época, comungar valores, ocupar um lugar. Consumimos informações cotidianas não apenas para ter conversas comuns em situações sociais, mas nos inserimos num contexto histórico, econômico, político e cultural (CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 12).

Construir e manter laços dá aos indivíduos uma sensação de segurança, uma sensação de existir no mundo e saber por onde seguir. Nas palavras de Christofolletti (2019, p. 12): “[...] nos sentimos vivos ao estarmos informados. É como notar que o tempo nos atravessa”. Isso significa que os seres humanos buscam estados emocionais reconfortantes e que, de algum modo, o jornalismo oferece esse sentimento por meio das informações.

O capital simbólico construído pela atividade jornalística conecta e vincula os indivíduos através dos sentimentos, das emoções que se desenvolvem ao longo dessa relação de confiança. Apesar de imperfeito, o sistema comunicacional estabelece um pacto de confiança com o público que o compõe, que precisa ser mantido, caso contrário, pode ser rompido a qualquer momento.

A quebra do pacto é também o fim de uma aliança, um elo que se parte. Toda quebra de contrato é precedida pela frustração, e, na maioria das vezes, as audiências são pouco tolerantes com jornalistas que mentem ou com telejornais que distorcem. Rapidamente, são repelidos porque perderam credibilidade a ponto de prevalecer a desconfiança (CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 56).

A conquista da confiança social se dá por diversas condições, dentre elas, a qualidade com que o produto é apresentado ao público, a competência, a representatividade, a legitimidade, os números de audiência, a transparência e o reconhecimento de erros (CHRISTOFOLETTI, 2019). Diante disso, podemos dizer que o Jornal Nacional está dentro de alguns requisitos de confiabilidade, pois é o telejornal mais antigo a ser transmitido em rede nacional e o mais assistido no país, conforme contextualizaremos no Capítulo 2. O reconhecimento social da atuação do Jornal Nacional dá ao telejornal um sentido não só de autoridade e confiança como também de realidade, que sustenta e legitima seu discurso sob todas as formas, verbais e não verbais. Há um laço, um vínculo afetivo que lastreia o programa e seu público.

Existem várias estratégias discursivas que permeiam o jogo comunicativo, que vão além do que se mostra por meio da linguagem, ou seja, que estão no campo da subjetividade e que ultrapassam a racionalidade linguística e a lógica argumentativa dos processos de comunicação. Essas estratégias foram denominadas por Sodré (2016) de **estratégias sensíveis** e consideram não são o que está aparente, mas os atos discursivos que estão no interior da linguagem e que afetam os sujeitos.

  verdade que as mídias e a propaganda têm mostrado como estratégias racionais não espontâneas podem instrumentalizar o sensível, manipulando os afetos. Na maioria das vezes, porém, tudo isso se passa em condi es não apreensíveis pela consciência. Se já nas estratégias discursivas a consciência do sujeito não reina em termos absolutos sobre a sua posi o de falante, muito menos a consciência e a racionalidade calculadora comandam no tocante à zona obscura e contingente dos afetos, m teria da estética considerada em sentido amplo como modo de referir-se a toda a dimensão sensível da experiência (SODRÉ, 2016, p. 11).

Este caminho teórico reflete sobre como as estratégias sensíveis permeiam as articula es entre as institui es e as mídias e conduzem a vida cotidiana na nova esfera existencial virtual. Procura entender como os sujeitos enredados nos ou pelos discursos orientam-se nas situa es concretas da vida pela acep o dos afetos suscitados por eles.

Profundamente imersos num processo civilizatório em que as imagens exercem um poder inédito sobre os corpos e os espíritos, começamos, de fato, a nos inquietar com o mistério da realidade sensível de todos esses signos visíveis e sonoros que administram o afeto coletivo, e também a indagar sobre o encaminhamento político de nossas emo es (SODRÉ, 2016, p. 15).

Nesse sentido, Sodré (2016) aponta para os riscos paralelos que existem dentro do movimento de fusão da vida – e de como ela é sentida – com a tecnologia, e teme a conversão de toda a vida em emoção controlável pelos discursos postos nesse sistema. Para ele, existe uma relação de poder sobre as emoções e o plano do sentir passa a ser controlado à medida que as estruturas voltadas para os interesses econômicos-corporativos dominam as pautas, sem perspectivas ético-políticas.

Desde a retórica aristotélica e a relação entre as três partes que constituem o discurso – *logos*, *ethos* e *pathos* –, é considerada a questão do apelo aos sentimentos pelo discurso emitido por um locutor e como ele pode tocar as emoções de quem o recebe. O *pathos* diz respeito aos sentimentos e emoções e à conquista do auditório, ou seja, como é possível agir por meio das palavras e conquistar a convicção do público pelos afetos, pelas paixões. Então, para mover o *pathos* é preciso ter o *ethos* do orador na origem do discurso, como exemplo e modelo a ser seguido pelo ouvinte, nem que para isso seja necessário adulá-lo (CHAUÍ, 2011).

A retórica, definida como discurso dirigido ao *éthos* do ouvinte pela comoção de seu *páthos*, pode realizar suas três ações discursivas – *movere* [comover], *docere* [ensinar] e *delectare* [deleitar] – tanto pelo recurso às imagens positivas do bom/belo/honesto e do útil/agradável, como usando as imagens negativas, isto é, o horrendo e nocivo, imagens de vício. No discurso moral ou na filosofia moral seiscentista, o decoro (de matriz teológica) dá preferência ao horrendo para referir-se às paixões. O elogio do bom/belo/útil ou da virtude é feito indiretamente, pois diretamente o moralista se dedica ao vitupério do mau/feio/nocivo ou do vício. Ao belo da virtude é contraposto o horrendo do vício, isto é, das paixões (CHAUÍ, 2011, p. 103-104).

Conforme Ruth Amossy (2020), Aristóteles argumentava que examinar as características e consequências do *ethos* significa ver o que dele pode tocar a afetividade do alocutário e, assim, conhecer a natureza das emoções e o que pode ser suscitado. Além disso, é importante identificar o que sente o alocutário e ao que ele é suscetível em virtude de seus *status* ou de sua idade, por exemplo, sendo extremamente necessário ao orador saber se quiser fazer uso da indignação, da piedade ou de outros sentimentos como meio para o seu oratório.

Na construção do discurso jornalístico, a linguagem empregada forma conceitos e converte os afetos em ações (DELEUZE, 2011, p. 177-193) ou em paixões. Por isso, trataremos dos afetos tendo como referência o filósofo holandês Baruch Espinosa (2009, p. 138), que trouxe à luz a ciência dos afetos: “O afeto, que se diz *pathema* [paixão] do ânimo, é uma ideia confusa, pela qual a mente afirma a força de existir, maior ou menor do que antes, de seu corpo ou de uma parte dele, ideia pela qual, se presente, a própria mente é determinada a pensar uma coisa em vez de outra”.

Interpretando o conceito de afeto no livro “Crítica e clínica”, Deleuze (2011) define os afetos como signos, considerados por Espinosa um “efeito” de um corpo que é atravessado por uma ação de outro corpo no espaço ou em uma duração. O filósofo francês denomina esses signos (de crescimento e de decréscimos) como vetoriais, do tipo alegria-tristeza.

A afecção, pois, não só é o efeito instantâneo de um corpo sobre o meu, mas tem também um efeito sobre minha própria duração, prazer ou dor, alegria ou tristeza. São passagens, devires, ascensões e quedas, variações contínuas de potência que vão de um estado a outro: serão chamados afectos, para falar com propriedade, e não mais afecções (DELEUZE, 2011, p. 178).

Isso porque Deleuze (2011) defende que, no conceito de Espinosa, as afecções são modos pelos quais o corpo é afetado, são o que transcrevem no corpo e precedem o afeto, ou seja, são a sua causa. O afeto, por sua vez, é o efeito causado sobre o corpo por uma afeição, fazendo com que ele reaja ao objeto que o provocou. Portanto, a linguagem, os discursos verbais e não verbais são afeições que produzem afetos e, conseqüentemente, signos.

Trazendo para este estudo, o discurso do Jornal Nacional gerencia as potências afeto-discursivas com intenção de provocar valências sentimentais nos sujeitos e, conseqüentemente, na audiência. Geralmente, a cobertura política apresenta uma forma própria de discurso investido de narrativas com potências negativas, que geram paixões tristes (ESPINOSA, 2009), diminuindo a ação para os afetos alegres, o que, conseqüentemente, repercute na vida coletiva da qual o sujeito é partícipe.

Assim, contextos negativos envolvendo figuras políticas demonstram posicionamentos, mesmo que implícitos, e são capazes de modelar um *pathos* afetivo de acordo com o suporte midiático estabelecido. Da mesma forma, a aparência de um *ethos* é projetada pelo enunciado, pela estruturação de discursos persuasivos, embora objetivos, por meio da construção das imagens dos personagens no jornalismo, fazendo com que sejam percebidos como verdadeiros.

A força do discurso, para Aristóteles (2005), independe de sua verdade, desde que ele produza e inspire confiança. Portanto, como já vimos quando discutimos a credibilidade, o Jornal Nacional transmite confiança (*ethos*) e tem a capacidade de extrair emoção do público (*pathos*). Para Charaudeau (2018), a construção do *ethos* não pode estar apartada das ideias pois a imagem é construída de acordo com o modo que elas são apresentadas, ou seja, “[...] identidades discursiva e social fusionam-se no *ethos*” (CHARAUDEAU, 2018, p. 116).

A isso é preciso acrescentar que o *ethos* não é totalmente voluntário (grande parte dele não é consciente), tampouco necessariamente coincidente com o que o destinatário percebe, reconstruído ou construído; o destinatário pode muito bem construir um

ethos do locutor que este não desejou, como frequentemente acontece na comunicação política (CHARAUDEAU, 2018, p. 116).

Diante disso, as trocas simbólicas que constituem os discursos noticiosos se valem do afeto para persuadir e atingir as pessoas, produzindo sentimentos por meio de estratégias imagético-discursivas, no caso dos telejornais, o gestual, o tom de voz, o cenário, as vestimentas, as expressões faciais, dentre outros fatores, além do fato enunciado. Esse mecanismo discursivo das mídias, principalmente as audiovisuais, guarda intenções para seduzir e atrair a atenção do público, cativando-o, solicitando sua emoção.

Com esse fim, as mídias recorrem a certas técnicas para descrever os acontecimentos, comentá-los e colocá-los em debate. Elas reportam os fatos de acordo com os cenários dramáticos de combate a fim de suscitar movimentos emocionais diversos: antipatia em relação aos agressores, simpatia para com os salvadores, compaixão pelas vítimas. Comentam esses mesmos acontecimentos ao reduzi-los na maior parte do tempo a esquemas de explicação mais ou menos estereotipados, sem perspectiva histórica, mas com aparência de evidência. Os debates que supostamente alimentam o espaço de discussão, confrontando opiniões diferentes e contrárias com o intuito de esclarecer o público, são apresentados como torneios oratórios, na verdade, espetáculos retóricos, que ao final das contas, convertem as opiniões em julgamentos passionais (CHARAUDEAU, 2018, p. 284).

O livro II de Aristóteles sobre o *pathos* apresenta o conhecimento das paixões como parte indispensável na retórica, pois ela “[...] permite agir pela palavra; esse conhecimento contribui fortemente para conquistar a convicção do auditório” [pois] “Levar em conta as paixões que movem o ser humano dá origem, assim, a uma visão da retórica como a arte de tocar os corações. A capacidade de comover é, então, descrita como um dom de eloquência que faz a superioridade do verdadeiro orador” (AMOSSY, 2000, p. 196-198).

É irrefutável que o processamento dos afetos passa pelo corpo, seja qual for sua abordagem. Não entraremos aqui nos pormenores da psicanálise, que trata o afeto de uma forma “metapsicológica” (SODRÉ, 2016). A natureza do sensível está ligada aos processos de comunicação e informação e considera que a forma pela qual se compreende o mundo é instituída não só pela razão (intelecção), mas pela conciliação entre o racional e o emocional. Apesar de grande parte das teorias da argumentação afastarem a emoção das vias do discurso, desconsiderando tudo que é irracional, ou seja, a subjetividade, em prol de uma “supremacia da razão” (AMOSSY, 2000), isso não se sustentou no campo argumentativo. A legitimidade das emoções mostrou-se firme em muitas abordagens, consolidando o papel das paixões e sua importância na argumentação e nas ciências da linguagem. “Não basta, pois, afirmar que o *pathos* é adjuvante que contribui para o processo de persuasão ao afetar o auditório: é preciso

também levar em conta o fato de que as emoções, que têm origem em crenças e julgamentos, estão, por sua vez, abertas à argumentação” (AMOSSY, 2000, p. 205).

A administração dos afetos é conduzida por estratégias retóricas presentes nos discursos engendrados conforme o interesse de quem os pronuncia. São resultados da junção do *logos* (razão) e do *pathos* (emoção) que sugestionam e intensificam identidades coletivas e individuais. “Os elementos emocionais e racionais são tecidos na mesma trama discursiva e, por isso, são inseparáveis” (AMOSSY, 2000, p. 215).

[...] se o conhecimento intelectual pode interagir com as paixões, moderando-as e transformando nossa vida afetiva, é exatamente porque ele tem a mesma raiz que as paixões, a saber, o desejo. Ora, o desejo racional, como todo desejo, é um esforço para fazer o que serve à nossa conservação e autorrealização a partir de ideias dadas (GLEIZER, 2011, p. 36-37).

Para analisar as relações interacionais sob a perspectiva das expressões sensíveis das experiências vividas, não se pode deixar de lado a racionalidade, já que a razão e a emoção caminham juntas apesar de ora uma prevalecer sobre a outra e vice-versa. Para Gleizer (2005, p. 39), desenvolver a “[...] razão nos torna menos submissos em nossas interações com o meio circundante e nos permite satisfazer de modo mais eficaz nossos desejos passionais”. Na ética de Espinosa (2009), a razão acontece por meio das ações, que são sempre alegres e resultado do exercício da própria potência de agir (esforço intelectual); está na essência do ser e se explica exclusivamente pelas leis da natureza humana: são os afetos ativos. Já os afetos passivos – as paixões –, podem ser alegres ou tristes e diminuem ou aumentam a potência de agir conforme a dependência de causas exteriores, produzindo efeitos conforme o grau de esforço (*conatus*), aumento ou diminuição de vitalidade.

[...] as paixões, ao resultarem naturalmente de nossa interação com causas exteriores sempre variáveis, se caracterizam pela instabilidade e trazem a marca de nossa dependência em relação ao outro, de nossa heteronomia e alienação. [...] as ações, ao resultarem exclusivamente de nossa natureza, se caracterizam pela constância e trazem a marca da autonomia e do exercício plenamente eficaz de nosso *conatus* (GLEIZER, 2005, p. 28).

Os afetos ativos são denominados por Espinosa (2009) como remédios dos afetos, pois são capazes de “[...] atenuar os efeitos nefastos dos mecanismos imaginativos que regem a vida passional” (GLEIZER, 2005, p. 27). Espinosa acredita que quanto mais as paixões são identificadas e se joga luz sobre elas, é possível substituí-las por afetos ativos, ou seja, por ações.

Proposição 3. Um afeto que é uma paixão deixa de ser uma paixão assim que formamos dele uma ideia clara e distinta. Demonstração. Um afeto que é uma paixão é uma ideia confusa (pela def. geral dos afetos). Se, pois, formamos uma ideia clara e distinta desse afeto, não haverá entre essa ideia e o próprio afeto, enquanto referido exclusivamente à mente, senão uma distinção de razão (pela prop. 21 da P. 2) juntamente com o afeto deixará, portanto (pela prop. 3 da P. 3), de ser uma paixão. C. Q. D. Corolário. Portanto, um afeto está tanto mais sob nosso poder, e a mente padece tanto menos, por sua causa, quanto mais nós o conhecemos (ESPINOSA, 2009, p. 199).

Diante disso, pode-se concluir que a passividade mental corresponde à imaginação, ao passo que a atividade mental está ligada ao intelecto. A relação comunicativa vai muito além da transmissão de conteúdo, pois envolve as subjetividades – discursivas ou não – dos seus interlocutores. É a partir daí, que podemos analisar o discurso sob a ótica dos afetos, mais precisamente, das paixões tristes. Atemo-nos à perspectiva da análise do discurso e não de uma psicologia ou sociologia das emoções, apesar de dialogar com elas em alguns momentos essenciais.

O discurso produzido pela mídia, de um modo geral, relega o debate de pautas públicas importantes no campo político, em favor da condução da opinião pública, com lógicas discursivas enviesadas e de caráter ideológico que afetam os sujeitos e provocam tensões no espaço público. Esse contexto pode ser observado nitidamente nas redes sociais, nas quais as manifestações passionais são recorrentes e, muitas vezes, tomadas por discursos agressivos e de ódio.

[...] as consequências discursivas que uma possível **administração das paixões** e dos afetos pode provocar tanto como estratégia de controle e cooptação político/ideológica quanto como ação que direciona violências contra o outro. Atualmente observamos o acirramento de expressões passionais em nossa cultura. Talvez o aspecto mais intenso deste acontecimento pode ser observado no clima político (PRUDENTE, 2017, p. 209, grifo do autor).

Esse conflito remonta à própria democracia em que a vontade da maioria prevalece sobre a minoria (embora muitas vezes as polarizações sejam tão profundas que não geram uma maioria quantitativa e qualitativamente significativa), levando em consideração suas identidades e com elas a construção de juízos do que é bom e ruim, melhor e pior, certo e errado, colocando os indivíduos em constante conflito e divisão social, que podem ser administrados por dinâmicas de poder que sugestionam e direcionam estrategicamente as paixões. “Nessa dinâmica de poder, a impossibilidade de incorporação institucionaliza o conflito, pois não há deuses, nem corpo social único, há uma suposta e frágil ‘vontade do povo’ que institui e destitui de acordo com os afetos políticos” (PRUDENTE, 2017, p. 216).

Refletir sobre para onde os “efeitos patêmicos do discurso” (CHARADEAU, 2007, p. 2) causados pela condução argumentativa do Jornal Nacional durante a cobertura da Operação Lava Jato leva os telespectadores, em função da passividade mental, faz-nos alcançar a dinâmica das ondas afetivas conflitantes e os contornos da divisão social radical pelos quais o Brasil atravessa, mais intensamente, desde a deflagração da Operação Lava Jato, em 2014, em que o ódio deu a tônica das argumentações antagônicas.

2.2 COBERTURA POLÍTICA E *FAKE NEWS* NA PRODUÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO

As forças midiáticas e o poder econômico que lhe é subjacente exercem um papel fundamental no tecido social e cultural em que estão inseridos e conduzem a opinião pública conforme seus interesses. Para isso, utilizam-se de ferramentas para alcançar os objetivos desejados e incentivar e institucionalizar pensamentos e comportamentos, de amor ou de ódio.

O discurso midiático penetra no ambiente social, que reproduz seus efeitos, dando sentido e justificando valores morais, jurídicos, políticos, dentre outros. Mesmo que não mais tenha o poder praticamente exclusivo de formar opiniões e que atualmente seja muito mais contestada do que há duas décadas, a mídia tradicional é responsável pelas notícias mais lidas e compartilhadas, inclusive na *web*. Apesar de ter perdido o monopólio na elucidação dos acontecimentos, ainda exerce grande influência e manipula informações na cobertura de notícias, principalmente no campo político.

A retórica discursiva das mídias tece ideologias e dogmas, em um jogo de valores simbólicos, construindo e reforçando identidades e identificações, e, por outro lado, excluindo outras, utilizando-se de *estratégias sensíveis* (SODRÉ, 2016), como vimos anteriormente, que Meyer (2018, p. 145, grifo do autor) denomina como lógica das paixões, a qual “[...] é antes de mais uma **lógica das consequências**, tanto daquelas que não queremos como das que queremos, e daquelas com que nos ofuscamos mais ou menos intencionalmente”.

[...] na lógica das paixões há mais do que uma vontade de fazer saber. Frequentemente há uma preocupação de se convencer a si mesmo da solução escolhida entre aquelas que a indeterminação da questão autorizava. Colhemos nos lugares de resolução oferecidos pela ideologia, pela comunidade de pensamento e de valores à qual pertencemos, mas também pelo saber real que detemos. É um saber igualmente múltiplo e fragmentado, à imagem do senso comum que se alimenta em muitas fontes sem se preocupar muito com as incompatibilidades, com os preconceitos ou evidências não verificadas, ouvidas ou lidas à esquerda ou à direita (MEYER, 2018, p. 145).

De acordo com Meyer (2018), a ofuscação aceita o artifício da ilusão, mesmo que inconscientemente, de uma retórica habilidosa que faz tudo combinar com tudo, ignorando as consequências ou se apoiando nelas como princípios. Assim, o real passa a não mais existir e a conclusão sobre as coisas estará ligada ao “princípio” que as criou, ou seja, o princípio do raciocínio inicial sobre aquele fato. Esse ofuscamento das consequências pode ser entendido como o desejo (querer) de ver os fatos somente sob a perspectiva delas (das consequências) para, assim, justificá-las. Então, a paixão passa a ser vista, aparentemente, como racional. “É o caso do bom alemão que, como se diz, ‘não gosta de judeus’, mas não lhe faz mal (sobretudo se outros se encarregarem disso) e que talvez até ficasse indignado se tivesse que visitar Auschwitz” (MEYER, 2018, p. 146).

Meyer (2018) reflete, ainda, sobre a ligação estreita entre a retórica e a passionalidade, concluindo que só existe manipulação e engano para os que tomam os argumentos como verdade incontestada, em que se troca a credibilidade pela credulidade. Nesses parâmetros, o risco de manipulação é grande.

[...] a retórica apenas armadilha aqueles que querem ignorar, aqueles que pretendem não saber ou, pior ainda, aqueles que realmente não sabem, mas julgam saber e são felizes assim, por comodidade, por arrogância ou suficiência, por facilidade, por estupidez. O seu sentido crítico só se exerce já contra aqueles que ainda têm espírito crítico – é a rejeição do questionamento, a aceitação das respostas sem mais. É não ir além das palavras, das promessas, dos factos (MEYER, 2018, p. 148).

A manipulação da informação pelo fazer jornalístico se transforma em manipulação da realidade, já que a razão de ser do jornalismo é representar, da maneira mais fiel possível, o fenômeno da vida cotidiana, que media os fatos, eventos, contextos, organizações e pessoas. A realidade apresentada à sociedade, com frequência, é artificial, criada pela imprensa. Geralmente, o público só se dá conta disso se a informação estiver no âmbito do seu domínio pessoal (protagonista, testemunha ou agente direto), e, mesmo assim, é difícil reconhecê-la já que a dominação da imprensa sobre a realidade não é percebida intuitivamente. Assim, a maior parte da sociedade se move em um mundo pseudoreal, artificialmente criado, mas que se assemelha com a realidade: “A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade” (ABRAMO, 2016, p. 37).

Claro que a imprensa não manipula tudo o tempo todo, mas o fenômeno da manipulação é evidente, pois é praticado em larga escala no jornalismo, marcando sua atuação e, por isso, é objeto de estudo de muitas pesquisas. Abramo (2016) classificou a manipulação em cinco

padrões: de ocultação, de fragmentação, de inversão, da indução, e global ou o padrão específico do jornalismo de televisão e rádio. Vamos nos ater ao último já que o telejornalismo é objeto de nossa pesquisa e que ele (o quinto padrão) inclui todos os outros. O padrão global de manipulação se divide em “exposição do fato”, “sociedade fala”, “autoridade resolve”.

Na “exposição do fato”, o relato dos fatos é realizado de maneira emotiva, espetacularizada e sensacionalista, em que as imagens e os sons são sustentados por textos lidos ou falados. A “sociedade fala” traz imagens e sons apresentando particularidades dos personagens envolvidos como depoimentos, apoios, críticas, reivindicações e propostas. Enfim, na “autoridade resolve” é possível tratar de um fato natural ou social, em que a fonte de autoridade anuncia providências já tomadas ou que virão a ser realizadas, sendo que, quando o fato for social, a figura de autoridade despreza o mal e exalta o bem, embora nos dois casos o objetivo seja tranquilizar a população – oferecer sentimento de segurança – e desencorajar qualquer ação autônoma e independente por parte dos telespectadores, como forma de manutenção da ordem pela autoridade.

Acontece que, muitas vezes, a própria emissora, na figura de seu apresentador ou repórter, encerra a matéria reforçando “[...] o papel resolutório, tranquilizador e alienante da autoridade; ou a substitui ou a contesta quando a mensagem da autoridade não é suficientemente controladora da opinião pública” (ABRAMO, 2016, p. 52). Isso reforça o que é apresentado ao telespectador como verdade real dos fatos e é nessa realidade que ele irá se mover e agir. Nas palavras de Abramo (2016, p. 52), “[...] de preferência, não agir”.

Se o jornalismo separasse a informação da opinião, seria mais fácil para o telespectador identificar a diferença entre as formas de produção dos gêneros jornalísticos e perceber o que é real e o que é apenas juízo de valor, mas, na prática, não é assim que funciona o dia a dia do processo da construção de notícias. A cobertura política é recheada de juízo de valor e a imprensa, dita imparcial, parece, muitas vezes, fazer parte de segmentos político-ideológicos, exercendo poder mesmo que indiretamente.

A manipulação, assim, torna-se uma necessidade da empresa de comunicação, mas como a empresa não foi criada nem organizada para exercer diretamente o poder, ela procura transformar-se em partido político. Aliás, os grandes e modernos órgãos de comunicação, no Brasil, parecem-se efetivamente muito com partidos políticos (ABRAMO, 2016, p. 61).

Assim, como os partidos políticos, os órgãos de imprensa seguem suas pautas econômicas, políticas e jurídicas para compor seu discurso perante a sociedade, alcançando lares e mentes.

A mídia empresarial tem ao seu lado a força do capital e da classe que o detém e mesmo valendo-se da afirmação de que seu discurso é apolítico, segue tentando esconder a postura ideológica e política por trás da capa da neutralidade, que, no fundo, tende a defender os interesses privados do mercado. Frigotto (2019, p. 69) assevera que a verdade construída pelos oligopólios da mídia privada atende aos interesses do mundo econômico, político e jurídico, não permitindo o contraditório – o qual, “[...] quando existe, é parcial e apenas como efeito de demonstração” –, destacando que “[...] uma interpretação controlada [...] é pior do que a mentira” (FRIGOTTO, 2019, p. 74).

A mídia tem sido responsável pela construção de uma agenda agressiva em que se disputa, ignora-se e se despreza tudo que não é bom para o mercado, muitas vezes, pela própria condição ideológica de classes, legitimando agendas políticas que seguem essa mesma linha ideológica e depreciando, ou até mesmo criminalizando, as voltadas para movimentos e lutas sociais, por exemplo. Esse movimento da grande mídia, mascara a real intenção (econômica e de poder) que existe por trás do seu discurso, naturalizando comportamentos agressivos no dia a dia em sociedade, o que reverbera também no cotidiano das redes sociais. Nesse horizonte, vemos a violência aumentar contra grupos minoritários e em situação econômica desfavorável, especialmente, a negros, mulheres, grupos LGBTQIA+, nordestinos, petistas, comunistas, dentre tantos outros.

No campo político, essa mesma lógica produz a cobertura jornalística: os partidos que defendem as maiorias minorizadas são alvo de críticas incessantes e insistentemente marginalizados. Esse mecanismo de produção de notícias não é novidade e conduz ao poder blocos de forças, construindo um discurso hegemônico sem espaço para a diversidade e para a contraposição de opiniões. Dessa forma, é instaurada uma divisão social na qual se configura a eliminação do diferente, do “adversário”.

Chomsky (2013, p. 30) lembra da **produção do consenso**, construído por pessoas “[...] que dispõem dos recursos e do poder para fazê-lo – a comunidade dos negócios”.

Estamos todos no mesmo barco, com slogans vazios aos quais de alguma forma vamos nos unir e não vamos deixar que aquelas pessoas perigosas se aproximem e ameacem nossa harmonia com essa conversa de luta de classes, direitos e coisas do gênero. [...] Isso tudo é bastante eficaz. Funciona direitinho até hoje (CHOMSKY, 2013, p. 27).

Para Chomsky (2013), a forma de democracia que conhecemos hoje está distante do seu conceito original, pois impede a população de conduzir as decisões necessárias à maioria,

fazendo predominar a vontade de uma minoria que detém o controle, voltada aos valores e interesses privados, em vez de coletivos.

O resto do rebanho desorientado só precisa ser distraído. Desviem sua atenção para outro assunto. Não deixem que se metam em confusão. Certifiquem-se de que permaneçam, quando muito, espectadores da ação, dando de vez em quando seu aval a um ou outro dos verdadeiros líderes entre os quais podem escolher (CHOMSKY, 2013, p. 19).

A consequência desse modelo de desdobramento democrático é a predominância de determinados aparelhamentos discursivos, formando lógicas identificatórias que tendem a excluir discursos divergentes, instituindo-se uma espécie de fraternidade de exclusão, para usar a expressão de Lacan (1993), que não suporta falhas ou diferenças. “Tal modo exige renúncia de satisfação pulsional em relações de identificações fechadas em que o excluído (o inimigo) é reduzido a um dejetivo que pode ser eliminado sistematicamente” (PRUDENTE, 2017, p. 215).

Ou seja, existe uma espécie de formação de territórios de exceção cuja regulação segue padrões de acordo com as determinações propostas, sempre elegendo norma e transgressão com conveniência do mercado. [...] Do racismo ao condomínio, estabelecer limites fenotípicos, econômicos ou físicos, é uma operação engendrada por significantes que encontram traços nos quais identidades podem se construir em uma cadeia de equivalências (PRUDENTE, 2017, p. 213).

Essa identificação forma o fenômeno das bolhas de segregação, que, no mundo virtual, ficou conhecido como “bolha dos filtros” (PARISIÉR, 2012), em que a afetividade serve como pano de fundo para juntar pessoas por afinidades, principalmente discursivas (PIGNATON; REIS, 2018). “Há receptividade, **simpatia**, mas só na medida em que alguém se vê a si mesmo no outro [...] na medida em que a opinião e a vontade do **outro** são representadas como um eco, uma repetição da opinião e da vontade do **mesmo**” (AURÉLIO, 2010, p. 139, grifos do autor).

O mundo do jornalismo e o da política se misturam e não podem existir sem haver diálogo, pensamentos plurais, participação, em que de fato exista a prática da liberdade de expressão, sem sobrepor, é claro, o direito do outro, a dignidade humana e o senso crítico. Apesar de o mundo virtual dar lugar ao intercâmbio de opiniões diversas e ter potencial de ampliar o debate democrático, também amplia o poder da manipulação das informações, do direcionamento de pensamento, da propagação de inverdades, da desmoralização da política, da personalização dos conteúdos e aumento da segregação. Com isso, a visão de mundo fica muito personificada e as pessoas passam a rechaçar com mais intensidade opiniões diferentes. Os algoritmos captam os interesses e afinidades dos indivíduos em meio a uma enxurrada de informações e oferecem a eles mais conteúdos que reforçam sua opinião ou que ajudam a construir uma linha de

raciocínio convincente para justificá-la. É o ganhar mais do mesmo e reforçar crenças a respeito de comportamentos, valores, dogmas etc.

Os engendramentos discursivos do jornalismo não ficaram fora das práticas sociais vivenciadas no ciberterritório, pois tanto os jornais impressos como os telejornais alcançaram o mundo virtual e também as redes sociais. A maioria dos veículos de comunicação possui canais também nas redes sociais, nos quais divulgam e anunciam seus conteúdos, mesmo que não seja na íntegra, como é o caso do Jornal Nacional, que disponibiliza partes de matérias e chamadas em seus perfis no *Facebook* e *Twitter*. Assim, o jornalismo adaptou-se não só para distribuir a notícia, mas também para produzi-la, ocorrendo uma retroalimentação entre os dois modos de produção de conteúdo e divulgação de informações, havendo, por meio das redes sociais, um contato maior e mais direto com a audiência, escutando-a e convidando-a a estar presente também nos outros meios pelos quais a informação completa é divulgada, como no telejornal, no caso do JN.

Essa dinâmica faz com que as informações ganhem maior alcance e reverberem por muito mais tempo. O Jornal Nacional, por exemplo, faz as chamadas durante o dia no *Facebook* e *Twitter* das principais notícias que serão veiculadas à noite, atraindo audiência. Além disso, o telejornal do dia anterior é disponibilizado na íntegra na *Globoplay*⁸, permitindo sua disseminação nas redes sociais. Portanto, o alcance das notícias se alargou e o que antes ficava guardado somente na memória, hoje, pode ser encontrado com uma busca rápida na internet para ser visto quantas vezes se julgar necessário.

Esse formato de prática jornalística, em conjunto com as ferramentas utilizadas para tal, dá ao jornalismo um poder ainda maior no que diz respeito à transmissão de notícias, propagação de discursos enviesados e produção de consensos. Outro aspecto a ser destacado é a facilidade que o público encontra para dialogar com os jornalistas, havendo uma troca, muitas vezes em tempo real, sobre o que está sendo, será ou já foi veiculado. Assim, a opinião da audiência poderá ser medida instantaneamente pela interatividade nos comentários e, da mesma forma, poderá ser mobilizada, organizada e sensibilizada. Do mesmo modo, o jornalismo atual, considerando a premissa de que “o consumidor tem sempre razão”, modula as notícias de acordo com os desejos da audiência a fim de fidelizá-la.

⁸ Plataforma digital de *streaming* de vídeos e áudios lançada em 2015 pelo Grupo Globo. Com 20 milhões de usuários, é líder nacional no segmento e oferece, dentre outros serviços, acesso aos programas de TV da rede.

Sob essa perspectiva, iniciaremos o debate sobre a cobertura política e *fake news*, que têm, em nossa discussão, dois pontos em comum: valer-se da credulidade dos receptores e produzir discurso de ódio.

2.2.1 O jornalismo político, estratégias de audiência e poder

O ambiente político contemporâneo é constituído por elementos que interferem diretamente nas relações sociais e na democracia. A partir da disseminação de informações da esfera política pela cobertura jornalística nas mídias tradicionais e sociais e pela produção das *fake news*, é possível perceber como o jogo de poder se move no campo político e, com ele, as disputas discursivas que irão determinar os rumos de todo o país.

A cobertura política por parte da imprensa é grande responsável pela condução das massas na decisão do voto – forma de exercício da cidadania –, mas existem outros fatores, como o ativismo de base e as fraudes, discursivas ou econômicas, que também são elementos que influenciam o resultado das eleições. No Brasil, o jornalismo tem uma forte presença na cultura política e exerce seu poder através da tentativa de homogeneização do discurso político como forma de eliminação e descrédito de outros posicionamentos. As estratégias políticas de comunicação, desempenhadas por quem as domina, mostram-se como um lugar de fabricação de discursos políticos (CHARAUDEAU, 2018), como forma de elaborar um sistema de pensamento que é difundido pela circulação no meio social.

As mídias são uma máquina sem memória que tendem a construir uma consciência cidadã também sem memória. Assim, a opinião pública pelas mídias escapa ao político, pois apenas raramente ele corresponde ao que deveria ser o alvo do discurso político: uma consciência política (CHARAUDEAU, 2018, p. 295).

Só tem a possibilidade de influenciar os cidadãos aqueles que têm como transmitir suas mensagens a eles. Apesar de dispor desse recurso, o jornalismo não se propõe à formação de uma consciência política, e, sim, de fazer julgamentos sobre o contexto político, levando ao descrédito a classe política, amplificando discursos que o interessam, a fim de mobilizar ou desmobilizar o cidadão, impactando, assim, sua decisão na escolha dos seus candidatos.

[...] as mídias têm alguma responsabilidade no fenômeno de interferência da consciência cidadã. Sua ideologia da dramatização e, sobretudo, essa tendência de querer se erigir em “consciência moral universal”, praticando interpelações e denúncias sistemáticas de poderes políticos, só pode exacerbar o sentimento de impotência da consciência cidadã (CHARAUDEAU, 2018, p. 297).

Dessa forma, o jornalismo usa de seus interesses implícitos, abrigados por suas máximas de imparcialidade e credibilidade, evidenciando discursos que apoiam a construção de ideologias e formação de opinião pública, visando à manutenção do poder e da audiência.

Para Marcondes Filho (1989), o serviço noticioso produz preocupação e medo, de acordo com os interesses da classe dominante; uma preocupação “genérica” que produz a coletivização do temor que a burguesia tem de movimentos antiburgueses, fazendo com que o receptor tema sem questionar, transferindo a solução dos problemas para o sistema como um todo. “A produção política do medo por meio do processo jornalístico vai ser, assim, a repercussão na opinião pública das preocupações de classe (econômicas, políticas) do jornal” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 17).

Por mais que o jornalismo se pautе pelos princípios da imparcialidade e interesse público, na prática, observam-se outros critérios. O jornalismo pode ser considerado como uma instituição política, pois impõe “escolhas” à sociedade, valorando acontecimentos e pautando a opinião pública. Desde o seu surgimento, influencia diretamente o funcionamento das instituições, tanto privadas quanto públicas, norteando as experiências de vida, individual e coletivamente.

Com os avanços tecnológicos, o jornalismo se faz ainda mais presente no dia a dia da sociedade e alcança qualquer ambiente através da mobilidade dos equipamentos conectados à internet, dando – ainda mais – a falsa impressão aos usuários de que eles dominam as informações. É certo que, com o advento da internet e das redes sociais, os conteúdos jornalísticos podem ser contestados mais facilmente e em tempo real, o que afeta sua estrutura de funcionamento e os processos de interação com sua audiência. Ainda assim, o jornalismo exerce seu poder e se reinventa de forma a manter sua legitimidade, prestando-se à estabilidade do controle social por meio de mecanismos ideológicos consentidos pela própria sociedade e pelo mercado, em um sistema de troca de informações para estabilização das expectativas da sociedade (ROCHA, 2007).

É preciso, na questão da identificação dos atores com maior capacidade de definição da agenda jornalística, levar-se em conta não só que o campo da mídia é o local de geração do poder comunicativo, fundamental para as democracias modernas, mas também considerar as pressões e injunções exercidas nesse processo pelos controladores do capital investido nas empresas da área (donos dos veículos), pelos representantes da estrutura de poder do Estado e das organizações do mercado (inclusive os anunciantes) e pela própria sociedade através do público consumidor dos produtos midiáticos e dos cidadãos idealmente engajados num legítimo processo de constante atualização constitucional (auto-governo da sociedade) inerente ao Estado de direito democrático (ROCHA, 2007, p. 45).

Fazendo um comparativo em relação aos poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), é possível dizer que o jornalismo tem em comum com eles a independência quanto ao seu funcionamento, mas, comparando-se outras características, como o fato de que aqueles são instituídos pelo Estado e têm suas próprias responsabilizações, não se pode elevar o jornalismo ao patamar de poder do Estado e, nesse sentido, a noção de “quarto poder” fica limitada. Além disso, os poderes do Estado se completam, ao passo que o exercício do jornalismo é controlado por corporações privadas, o que o difere dos poderes governamentais (COOK, 2011).

A autonomia de seu exercício inerente à função social a que se presta o jornalismo desde seu nascimento é questionável, pois o que se vê é um jornalismo dependente do governo e do mercado, orientado pela esfera política e pela audiência, no qual seus valores são amplamente declarados, mas pouco exercitados, de forma a esconder uma realidade sob a capa da independência e da imparcialidade. “O grau de autonomia de um órgão de difusão mede-se, sem dúvida, pela parte de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob forma de subvenções) e também pelo grau de concentração dos anunciantes” (BOURDIEU, 1996, p. 102).

Portanto, existem outros padrões de seleção de notícias que não se restringem à importância de sua atuação junto aos poderes republicanos (Executivo, Legislativo e Judiciário), praticados com intuito de manter o público interessado e com um viés político-institucional, no qual o jornalismo se apresenta como “quarto poder”. Para Castells (2017), a mídia não é detentora do poder, mas é o espaço em que a produção do poder acontece, o que a torna muito mais que o “quarto poder”.

Diante da produção desse poder, os atores políticos precisam se submeter às normas reguladoras da mídia, aos seus interesses e à sua linguagem e se valem da atenção do jornalismo ao que é novo, às notícias episódicas em detrimento do que é constante, para encenarem uma oportunidade de fala. “Em outras palavras, a preocupação constante com o tempo presente, e com o que é novo e não o que é constante, nega a atenção do noticiário a problemas sociais pré-existentes, desencorajando soluções” (COOK, 2011, p. 239).

Além da novidade, um dos critérios de noticiabilidade mais destacados pelo jornalismo, esses atores também estão atentos ao conjunto de condições de seleção de eventos para serem transformados em notícia e, dessa forma, participam como coprodutores das notícias e agem de maneira oportuna para atender aos valores necessários para se alcançar o noticiário. É claro que

os agentes políticos não produzem as notícias por si próprios, mas procuram se manter de acordo com os valores de produção necessários à prática do jornalismo. Se “[...] precisam cada vez mais de publicidade para colocar suas questões na agenda política e atingir seus objetivos, devem conformar suas atividades aos valores de produção das notícias, e a política se seguirá daí” (COOK, 2011, p. 241).

O noticiário pode então não ser uma amostra representativa das ocorrências, mas os jornalistas podem responder com credibilidade – e o fazem – que chegaram com os eventos e pessoas mais importantes para incluir no noticiário. O problema, é claro, é que esse foco confere tanto status quanto o fato que teria levado a ele. Os jornalistas podem criar importância e certificar a autoridade tanto quanto refleti-la, ao decidir quem deve falar sobre o que e em que circunstâncias (COOK, 2011, p. 206).

Os veículos de comunicação e a mídia de um modo geral desempenham um papel fundamental na conexão entre o amplo e diversificado universo eleitoral e os governantes. A importância da notícia é construída respeitando requisitos estratégicos para que impacte o telespectador a fim de gerar sentido de acordo com o interesse de quem a produz. A seleção das fontes, das imagens, da saliência e ênfase do discurso interfere diretamente na concepção da imagem dos personagens sobre os quais se implica a informação, assim, “[...] as mensagens, as organizações e os líderes que não têm uma presença na mídia não existem na mente pública” (CASTELLS, 2017, p. 247). Conscientes desse poder, os políticos empregam estratégias comunicacionais para conseguir se inserir substancialmente no universo informacional, em que a relevância e a novidade são peças-chave para a audiência.

A sedução dos telespectadores se manifesta, muitas vezes, forçosamente, a partir de formas estéticas apelativas que seguem um padrão intitulado por Sodré e Paiva (2014) de grotesco, as quais utilizam o recurso da espetacularização para atrair a atenção do público, reforçando o distanciamento da consciência crítica e desestimulando os afetos ativos, pois “a prática política de escândalos representa o mais alto nível de desempenho na estratégia de produzir um efeito de afeto negativo” (CASTELLS, 2017, p. 305). Por mais que isso ocorra, não há como separar o escândalo da política, pois essa relação está culturalmente enraizada e se faz instrumento, muitas vezes, eficaz na luta pelo poder político e, conseqüentemente, discursivo:

Como as mensagens mais eficientes são as mensagens negativas, e como o assassinato do caráter de uma pessoa é a forma mais definitiva de negatividade, a destruição de um líder político por vazamento, fabricação, formatação e propagação de escândalos que podem ser atribuídos a ele ou a ela, seja pessoalmente ou por associação, é a meta final da política de escândalos (CASTELLS, 2017, p. 305).

O comportamento político dos cidadãos é afetado por esse mecanismo veloz de disseminação da informação e influencia a relação de confiança estabelecida entre o eleitor e o candidato, bem como a crença no sistema político como um todo. Pesquisador da relação entre política, mídia e mente humana, Leitão (2017, p. 123) considera que, “Ao demonizar a política e os políticos convencionais, incrementa-se o moralismo purificador da paranoia. É como se, ao combater o que é considerado a má política, a despolitização propusesse uma maldade ainda maior, enfrentando o fogo com o incêndio”.

Apesar de a afecção se dar de maneira diferente, a depender de vários fatores, como pessoais (escolaridade, valores, partidarismo, pré-conceitos etc.) e sociais (tipo de pleito, nível do cargo político disputado, potencial do candidato, se é renomado ou não etc.), a política do escândalo desempenha um papel crucial no pleito eleitoral; “[...] os espetáculos políticos são todopoderosos e avassaladores” (KELLNER, 2006, p. 137).

Produzir o espetáculo nada mais é do que produzir imagens (DEBORD, 1968), visuais ou não (CASTELLS, 2017), e mediá-las a partir das manifestações por elas geradas. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediatizada por imagens” (DEBORD, 1968, p. 14). Ou seja, o espetáculo consiste em provocar a construção de estereótipos, rotulá-los e extrair proveito disso, pela consolidação ou pela extinção, pelo destaque ou pelo olvidamento, pela exaltação ou pelo desprezo. Possivelmente, essa imagem servirá como símbolo e referência para tomada de posicionamentos e decisões movidas por afetos passivos, ou seja, paixões alegres ou tristes, que, na perspectiva spinoziana, respectivamente, aumentam e diminuem a potência de agir, pois os fatos

[...] informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à sua verdade fatural. A liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação fatural seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados. Em outras palavras, a verdade fatural informa o pensamento político, exatamente como a verdade racional informa a especulação filosófica (ARENDRT, 2016, p. 242).

O escândalo, de um modo geral, afeta a confiança da população na política, deslegitimando-a, e, em meio às disputas discursivas, mobiliza a plateia, explorando as emoções. Essa estratégia desencadeia paixões e estimula sentimentos como medo, injustiça, esperança e ódio, pondo o debate público a serviço de quem o controla em um dado contexto do qual se pretende extrair algum proveito com a discórdia entre a população e a política.

Chamo de servidão a impotência humana para regular e refrear os afetos. Pois o homem submetido aos afetos não está sob seu próprio comando, mas sob o do acaso,

a cujo poder está a tal ponto sujeitado, que é, muitas vezes, forçado, ainda que perceba o que é melhor para si, a fazer, entretanto, o pior (ESPINOSA, 2009, p. 141).

A espetacularização da Operação Lava Jato pela mídia e a distorção do debate público – que se reduziu à “luta anticorrupção”, transformando o país em um palco em que de um lado estavam “os contra” a corrupção, e, do outro, “os a favor” –, cumpriram uma função mais apolítica do que qualquer outra coisa, já que a política precisa considerar que “[...] o outro que é a razão de ser da política, o outro que é o primeiro anúncio de que pode haver humanidade” (BUCCI, 2019, p. 120). A dimensão do diálogo foi apequenada e opiniões contrárias, hostilizadas – características de elementos da antipolítica, já que, na visão de Arendt (2018, p. 18), “A política baseia-se na pluralidade dos homens”, portanto, precisa se organizar no convívio dos diferentes, e não dos iguais. Além disso, os que se agrupavam sob o rótulo de “os contra” a corrupção dispunham de discursos dominantes com ideias utópicas para alcançar o apoio das massas.

Tanto o nazismo quanto o stalinismo operaram nesse campo, transformando ideias como pureza racial ou pureza de classe em utopias que justificavam a distorção do debate público e a repressão aos seus opositores. Ouso dizer que a ideia de corrupção, tal como opera no Brasil desde 2014, cumpre função semelhante. Não tenho dúvidas de que a campanha contra a corrupção preencheu no Brasil os mesmos requisitos: a introdução de uma chave analítica “limpos” contra “impuros”, associada à figura de um combatente desse processo de degradação social, no caso o juiz da 13ª vara da Justiça Federal, Sérgio Moro (AVRITZER, 2020, p. 19-20).

Para Moretzsohn (2017), um artifício da lógica do espetáculo é utilizar-se de meias-verdades ou mesmo de mentiras deslavadas. Bucci (2019, p. 20) chama a atenção para o fato de a imprensa ter outorgado “[...] uma prerrogativa de escarafunchar as misérias humanas para depois escancará-las sem cerimônias” – e o que é pior: fazer isso ultrapassando as fronteiras da intimidade e da verdade. “A ausência de escrúpulos, que se esconde por trás de uma alegação fingida de que se fala em nome de uma tal ‘verdade’ vem de longa data. Assim como a mentira é tão antiga quanto a fala, a mentira da imprensa é tão antiga quanto a imprensa” (BUCCI, 2019, p. 21).

2.2.2 Fake news e a mobilização dos afetos

Da mesma forma, o processo de fabricação das *fake news* age por meio da espetacularização, dentre outros dispositivos de natureza estética que são extraídos do jornalismo. A veiculação de informações falsas, assim como o espetáculo midiático, não é nova, mas foi intensificada com o surgimento das redes sociais digitais e desde o contexto de manifestação da pós-verdade. Dadas as formas como esses dois fenômenos evoluíram com o tempo e com a multiplicidade

dos avanços tecnológicos, podemos dizer até que o espetáculo é pano de fundo e sustenta as narrativas baseadas em mentiras, tornando-as eventos marcantes em determinados contextos, agitando os ânimos e movendo os afetos. As notícias falsas atuam fortemente no contexto político e, assim como as notícias comuns, são capazes de influenciar os resultados de uma eleição, como exemplo do que aconteceu nas eleições presidenciais dos EUA em 2016, com a vitória de Donald Trump, posteriormente, com o referendo *Brexit*, no Reino Unido, e, aqui no Brasil, em 2018, também em eleições presidenciais. Elas dramatizam narrativas, promovem embates passionais, dominando os modos de produção de discursos.

A mentira disfarçada de notícia sempre existiu e foi se adaptando no tempo à medida que os valores e estilos de vida foram evoluindo, mas é um processo que continua a acontecer e, mesmo que tenha sua forma e seus instrumentos de produção reconfigurados, seus efeitos ainda são sentidos em menor ou maior proporção, a depender do “espetáculo” que a envolve. Manchetes sensacionalistas, histórias fabricadas, boatos não são nenhuma novidade no contexto do ambiente comunicacional; o que mudou diante da atividade on-line em rede é a capacidade e velocidade da circulação e disseminação dessas informações.

A propagação das *fake news* deve ser entendida pela manipulação do sentimento do público para engajá-lo a reproduzir a informação da forma que lhe é conveniente e produz efeitos resistentes no mundo real. Atualmente, as notícias falsas não podem ser entendidas fora do ambiente on-line e, segundo o “*A field guide to fake news and other information disorders*”⁹, precisam ser consideradas em termos de infraestruturas mediadoras, plataformas e culturas participativas, não somente na forma ou conteúdo da mensagem. “Para se tornar *fake News*, eles precisam mobilizar um grande número de públicos – incluindo testemunhas, aliados, reações e compartilhamentos, assim como oponentes para contestar, sinalizar e desmenti-los” (BOUNEGRU et al., 2017, p. 18). Para Warde (2018), as consequências das mentiras ou distorções da verdade repercutem em grande monta, modificando a história, razão pela qual é muito importante existirem mecanismos para reconstruí-la.

A distorção da história, que tende à mentira, à não história, justifica. E, ao justificar, dirige, submete, determina e escreve a história do futuro a partir da não história do passado. Daí a importância da contramentira, da reconstrução honesta do passado, por meio das representações menos vulneráveis, falseáveis, da sua ocorrência (WARDE, 2018, p. 60).

⁹ Trata-se de um guia do *Public Data Lab* – uma nova rede que trabalha para facilitar a pesquisa, o engajamento e o debate público sobre o futuro da sociedade de dados –, o qual foi produzido em colaboração com a *First Draft*.

A distorção da verdade pode dar a volta ao mundo em questão de segundos diante da nova ordem dos modelos comunicacionais que regem a vida virtual on-line e em tempos em que a cultura da pós-verdade traz à tona discursos nos quais os “[...] fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (FÁBIO, 2018).

Conforme Dunker et al. (2017, p. 16), “A pós-verdade tem muitas implicações políticas, morais e institucionais. Ela afeta cotidianamente nossos laços amorosos e nossas formas de sofrimento, principalmente na medida em que estas dependem de descrições, nomeações e narrativas”. É importante pontuar, todavia, que pós-verdade e *fake news* são dois fenômenos distintos, mesmo que, à primeira vista, sejam parecidos, por tratar-se de tema similar: o que se toma como verdade ou mentira. Hezrom e Moreira (2018, p. 17) esclarecem que “[...] a pós-verdade tem a ver com a forma como as pessoas veem a realidade. No caso das *fake* (falso) *news* (notícias), estamos falando de informações mentirosas que são compartilhadas, seja na imprensa ou em redes sociais”.

Arendt (2016) entende que a verdade factual, que é a produzida pelo jornalismo, está mais sujeita aos assédios do poder e, conseqüentemente, às distorções e mentiras – e é nesse cenário que as *fake news* prosperam. Com a diversidade de práticas do jornalismo e a “democratização” da produção de conteúdos, o processo de desprofissionalização do jornalismo deu lugar às disputas de narrativas, que vão desde matérias inventadas e divulgadas, que não possuem nenhuma relação com a realidade, até matérias distorcidas e totalmente parciais sobre assuntos em evidência. Geralmente, as *fake news* utilizam-se da verossimilhança, ou seja, de dados ou fatos reais, do passado ou do presente, e acrescentam a eles informações inverídicas, aumentando assim, a capacidade de engano e tornando a mentira crível por aparentar ser a verdade. Além disso, elas se apoiam nos recursos imagéticos, manipulados ou não, como forma de maior aproximação da realidade e, conseqüentemente, menor desconfiança por parte do público, que diminuirá também o seu questionamento e interesse sobre a origem da informação.

Nesse conturbado cenário, o jornalismo tem assumido um papel fundamental em busca de credibilidade e do reestabelecimento da confiança depositada pela audiência. O jornalismo mostra sua importância quando entram em cena as agências de checagem de notícias. Para os autores da pesquisa “*The spread of true and false news online*”¹⁰, notícia é tudo que é publicado pela imprensa e também nas redes sociais que repercutem no corpo social (VOSOUGHI; ROY;

¹⁰ <https://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146.full>

ARAL, 2018). Portanto, as chamadas *fact-checking* têm ajudado a sociedade a identificar quando uma notícia é falsa ou verdadeira. Essas iniciativas surgiram de forma independente, durante a cobertura de eleições e, em 2021, eram cerca de 340 em todo o mundo e nove no Brasil – destas, somente a da rede governamental EBC está inativa¹¹.

Na atualidade, no entanto, parte dessas agências de checagem se aproxima dos grandes *players* – *Facebook e Google* – e também da mídia tradicional, trazendo um novo componente ao campo da comunicação. Esse movimento de checagem deu origem, em 2015, à *International Fact-Checking Network* – da qual fazem parte as brasileiras “Estadão Verifica”, “Aos Fatos” e a “Agência Lupa” – uma associação global de agências liderada pelo *Poynter Institute* com o objetivo de aproximar os estudos e as discussões de checagem de informação de todo o mundo.

Nesse sentido, entretanto, cabe ressaltar que por mais que as notícias “verdadeiras” e as *fake news* possam causar seus efeitos em relação aos afetos e ao processo democrático, as notícias jornalísticas não são *fake* e não podem ser confundidas com elas. A maior diferença entre as duas é que a notícia gerada verdadeiramente por profissionais é veiculada pelos órgãos de imprensa, que poderão ser responsabilizados pelo que divulgam, enquanto que as *fake news* têm origem desconhecida e é quase impossível saber a quem pertence sua autoria, portanto, o processo de responsabilização por seu conteúdo torna-se muito complexo. Por mais que possam conter informações incorretas e ideias absurdas ou serem produzidas de forma irresponsável e até mesmo mentirosa, as notícias não estão na categoria de *fake news* (BUCCI, 2019), que “[...] enganam o sistema de informações e matam a credibilidade das pessoas no jornalismo” (HEZROM; MOREIRA, p. 17). Para Santaella (2019, p. 29),

Notícias falsas costumam ser definidas como notícias, estórias, boatos, fofocas ou rumores que são deliberadamente criados para ludibriar ou fornecer informações enganadoras. Elas visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos.

Notamos a partir disso, que os espaços ocupados por sujeitos que acreditam agir livremente enquanto são monitorados pela “algoritmização” da vida (RUIZ, 2018, p. 10) são atravessados por milhares de informações duvidosas que controlam os comportamentos, as emoções e os discursos. “[...] infelizmente, a verdade dos fatos pode ser tripudiada, vilipendiada, manipulada até se converter em mentira deslavada” (SANTAELLA, 2019, p. 74). Ao contrário do erro, a

¹¹ *Reporters Lab* é um centro de pesquisa em jornalismo da *Stanford School of Public Policy*, da *Duke University*. Os projetos principais se concentram na verificação de fatos, mas também há pesquisas sobre a confiança na mídia de notícias e em outros tópicos. Disponível em: <https://reporterslab.org/fact-checking/>.

mentira é uma falsidade deliberada, que tem o propósito de enganar com o intuito de manipular opiniões e moldar os afetos maus, provocando sentimentos de injustiça e ódio.

É verdade que acontece, quando erroneamente tememos algum mal, que o temor se desvanece quando ouvimos a notícia verdadeira, mas, inversamente, também acontece, quando tememos algum mal que certamente virá, que o temor se desvanece quando ouvimos uma notícia falsa. Portanto, as imaginações não se desvanecem pela presença do verdadeiro, enquanto verdadeiro, mas porque se apresentam outras imaginações mais fortes que excluem a existência presente das coisas que imaginamos [...] (ESPINOSA, 2009, p. 145-146).

Portanto, segundo Espinosa (2009), quando adentramos o mundo da subjetividade e da imaginação, a mentira não passa a ser verdade simplesmente pelo fato de dizê-la ser real nem o contrário. Tudo irá depender das crenças e do grau de racionalidade (afeto ativo) com que o fato é introjetado, caso contrário, a mentira reagirá com paixão (afeto passivo). Para o filósofo, vimos como maldade aquilo que julgamos nos impedir de desfrutar algum bem e nesse caso, é mais fácil concordar com o que achamos melhor, mesmo que isso não seja de fato verdadeiro. Porém, Espinosa (2009) argumenta não existir nas ideias nada de positivo que constitua a forma da falsidade. É conveniente observar, sobretudo, o quão facilmente nos enganamos, pois a falsificação da realidade é inerente ao psiquismo humano, apesar de a mentira ser condenada e sofrer sanções tanto no âmbito social quanto no jurídico (LEITÃO, 2000).

São muitos os possíveis motivos que levam as pessoas a falsear informações. O fato, entretanto, é que as notícias falsas despertam emoções, mobilizam a opinião pública e geram consequências perigosas que podem ser irreversíveis e prejudicar a vida coletiva. “Isso é particularmente poderoso no ambiente de paixões políticas” (FIRMO, 2018, p. 90). No campo político, a mentira sempre foi utilizada instrumentalmente para depreciar ou aplaudir personalidades, partidos e ideologias.

Como visto anteriormente, as pessoas preferem mover-se mais por afetos passionais e menos por afetos ativos, escolhem acreditar na mentira e serem afetadas de maneira a diminuir sua potência de agir com senso crítico, ficando à mercê do fascínio e da esperança oferecidos por promessas enganosas alheias. “Há personalidades capazes de mobilizar séquitos que beiram o fanatismo e abraçam praticamente quaisquer boatos que surjam a favor deles ou contra adversários” (FIRMO, 2018, p. 90).

Além de acreditarem na mentira, as pessoas são suas principais propagadoras, desde quando a conhecida “rádio-peão” se fazia com o boca a boca. Com o surgimento das redes sociais, o alcance das notícias enviesadas, distorcidas ou falsas ganhou intensa proporção. Pesquisadores

do *Media Lab MIT* atestaram em um estudo, publicado pela revista *Science*, em 2018, que as notícias falsas têm um potencial 70% maior de serem compartilhadas por pessoas reais do que as notícias verdadeiras (Figura 5):

Notícias políticas falsas (Fig.1D) viajaram mais fundo (Fig.3A) e mais amplamente (Fig.3C), alcançaram mais pessoas (Fig.3B) e eram mais virais do que qualquer outra categoria de informações falsas (Fig.3D). As notícias políticas falsas também se difundiram mais rapidamente (Fig.3E) e alcançaram mais de 20.000 pessoas quase três vezes mais rápido do que todos os outros tipos de notícias falsas alcançaram 10.000 pessoas (Fig. 3F) (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018, p. 1, tradução nossa).

As presunções do inconsciente que levam as pessoas a agirem motivadas pelos afetos passionais provocados pela informação falsa ou distorcida advindas das máquinas corporais ou incorporais (BRYANT, 2014) transformam as disputas discursivas em um ambiente intolerante, em que o espírito de guerra reina sob o domínio de uma comunicação agressiva na qual o ódio impera.

Figura 5 - Velocidade de propagação de fake News

Fig.1

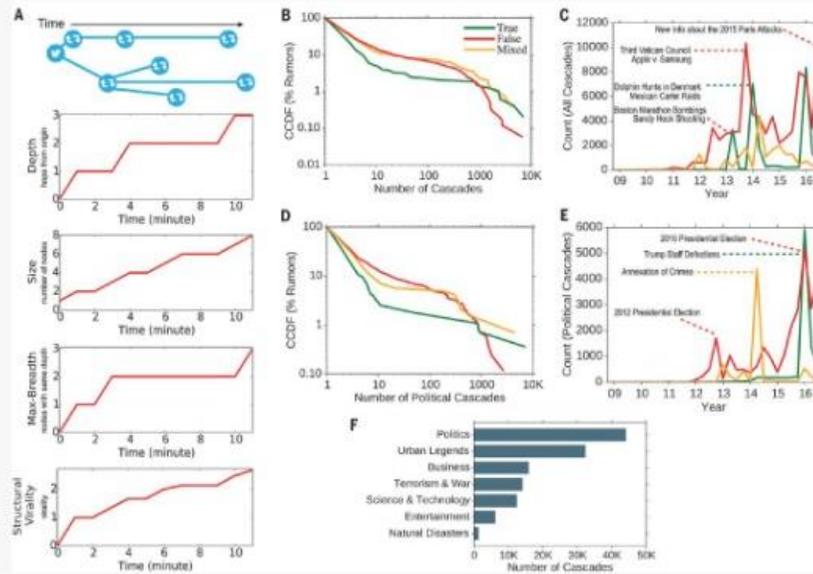


Fig.3

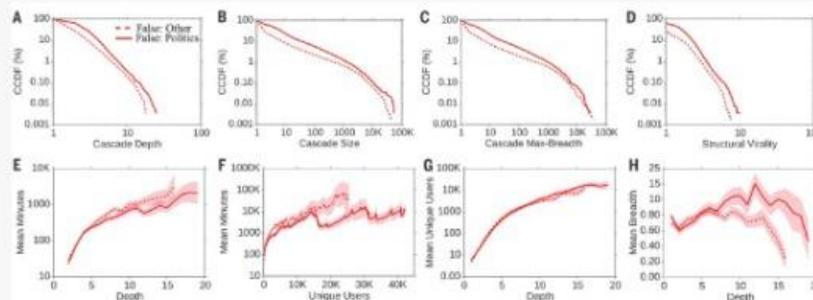


Fig.2

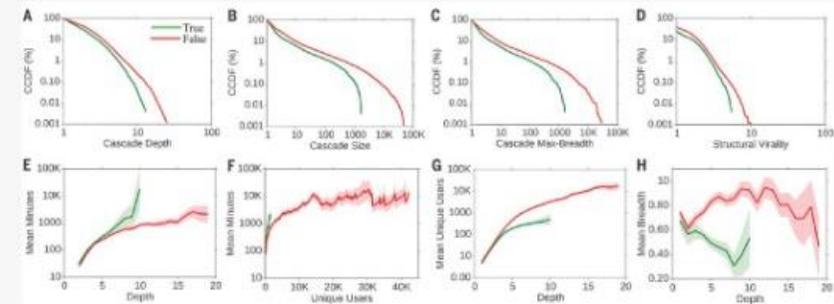
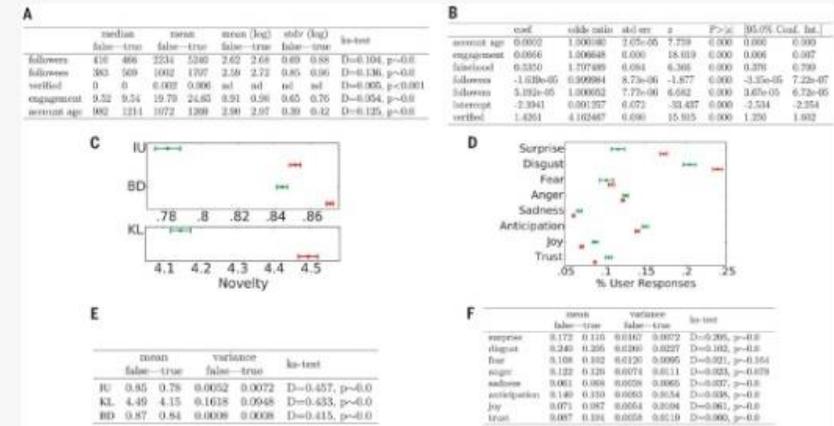


Fig.4



Fonte: Vosoughi, Roy e Aral (2018, p. 2-4).

2.2.3 Formação do discurso de ódio

Como acredita Muniz Sodré (2016), não há como haver maniqueísmo entre razão e emoção, já que somos atravessados o tempo todo por afetos alegres e tristes (ESPINOSA, 2009), a partir dos quais construímos ações ativas e passivas (GLEIZER, 2005). Por isso, vivemos sempre tentando uma conciliação entre o racional e o emocional.

[...] o afeto, território próprio da estesia, revela-se um mecanismo de compreensão irredutível às verificações racionalistas da verdade. Por meio dele, divisa-se uma **teoria compreensiva da comunicação**, presumidamente capaz de trazer à luz hipóteses mais fecundas sobre as transformações das identidades pessoais e coletivas, modulações da política e as ambivalências do pluralismo cultural no âmbito da globalização contemporânea (SODRÉ, 2016, p. 70, grifo do autor).

Mas nem sempre esse equilíbrio é possível. Tudo irá depender, como já vimos, de vários fatores subjetivos mais bem conhecidos pelas ciências da mente, que se debruçam sobre a psiquê humana e que não são o foco deste trabalho. Isso não reduz nossa análise, pois estamos desenvolvendo uma abordagem sob a ótica comunicacional dos discursos que operam sobre a produção de sentidos através dos afetos, que, apesar de terem caráter subjetivo, são apreensíveis e podem ser apreciados e avaliados. Para Leitão (2009, p. 166), não se pode desprezar o “[...] conhecimento gerado pela dinâmica afetivo-emocional inconsciente na sua relação com a experiência do mundo”, pois não há como separar os caminhos da razão, da filosofia e da mente humana.

O fetichismo contemporâneo, em qualquer de suas formas, igualmente, não surgiu senão através do metabolismo estrutural do mercado capitalista combinado com a instrumentalização da mente humana. Isso não se deu somente no plano cognitivo racional, mas atingiu a profundidade pulsional do corpo, influenciando de modo regular tanto o desenvolvimento maturativo da mente quanto os processos sublimatórios em geral (LEITÃO, 2009, p. 167).

Não há como manter-se separado de uma comunicação afetiva já que é impossível para a natureza humana viver puramente da razão. A dimensão afetiva não pode estar apartada da comunicação e está presente em seus processos de produção. Portanto, “[...] se multiplicam os reconhecimentos analíticos de que as estratégias do discurso e da sensibilidade interagem decisivamente [com] a produção [...]” (SODRÉ, 2016, p. 70).

A conduta humana, nas “[...] novas condições de existência geradas pela ciência e pela tecnologia” (SODRÉ, 2016, p. 71), é regida por elementos heterogêneos que oscilam entre razão e emoção, ora inclinados mais a um do que a outro. Manter a “balança equilibrada” é um

desafio no momento em que somos atravessados por tantas disputas narrativas, vindas de todos os cantos do mundo.

O caminho do meio torna-se ainda mais complexo quando se trata do campo político, em que há uma predominância clara do afeto sobre a razão nos discursos. Existe um encantamento mágico na política que captura o desejo humano inconsciente sobre aspectos que se imagina serem ideais para um governante e que vão além dos elementos tradicionais tidos como necessários a um político (propostas de governo, por exemplo). Esses aspectos têm mais a ver com a estética apresentada pela personalidade do governante, que o qualificam subjetivamente (AB’SABER, 2015, p. 10, grifo do autor): “O que sonhamos do líder, e principalmente, o seu modo único de nos fazer sonhar – com os complexos pactos de **comunicação** que a ele se agregam – em conjunto com o que ele pode ou não entregar, faz parte do valor de dominação que ele exerce sobre nós”.

A estética faz parte da tática do discurso assim como a retórica, que se utiliza do afeto para comunicar ideias e convencer, produzindo sensações e emoções: “Os pressupostos inconscientes que resultam da reversão da linguagem comunicativa ao ato passional estão se tornando prática comum em todos os níveis da sociocultura contemporânea” (LEITÃO, 2017, p. 123). Os recursos utilizados na argumentação nos permitem decifrar quais ideias estão implícitas no discurso e identificar a estética empregada para convencer a audiência: “[...] na mídia contemporânea, concretiza-se como uma forma de institucionalização tecnológica da linguagem, voltada predominantemente para o contato, portanto, para as expectativas e a conformação psicológica das massas” (SODRÉ, 2016, p. 70).

O temor social é empregado de forma persuasiva pela mídia, movimentando afetos tristes, gerando incertezas, medo e sentimento de injustiça. Segundo Muniz Sodré (2016), para se alcançar a emoção do público, são empregadas duas técnicas, que podem ser utilizadas juntas ou separadamente: a agitação e a propaganda. Apesar de se diferirem em alguns aspectos, o objetivo final de ambas é inculcar ideias nas mentes das pessoas, cristalizando-as e excitando a massa e, a partir de recursos estéticos, tecnológicos e de linguagem, conceber discursos únicos, como o de “anticorrupção”, produzido pela cobertura da Operação Lava Jato. De posse desses discursos de consenso, os indivíduos se convencem de que estão certos, entendendo os demais como errados e, além disso, tornando ínfima qualquer possibilidade de debate racional, excluindo e rechaçando as ideias divergentes.

Para Leitão (2017), as eclosões passionais acontecem nos espaços ocupados por agrupamentos de natureza política que vão muito além da disputa pelo poder. O autor acredita em uma forma “paranoica processual da política” [ou seja], “[...] uma angústia ou dor mental que se manifesta quando o grupo se movimenta emocionalmente; mas enquanto um pressuposto está ativo, os demais permanecem latentes” (LEITÃO, 2017, p. 124). Ele compara o comportamento do grupo a um vulcão que está inativo há muitos anos e que pode entrar em erupção a qualquer hora. Nesse sentido, a dinâmica grupal, movida pelo funcionamento de um inconsciente político, catalisada pelo medo e pelo caos, manifesta sentimentos como o ódio, muitas vezes, “[...] motivados por verdadeiros delírios messiânicos, aliados a fantasias de soberania e poder” (LEITÃO, 2017, p. 117).

É cada vez mais visível que a relação entre a forma comunicativa e o conteúdo ideacional (direita, esquerda, movimento camponês e movimento de mulheres) não se altera senão quanto aos afetos que se entrecrocaram no interior do coletivo, podendo o narcisismo de morte alcançar o apogeu. É inegável que os sentimentos de ódio que dividem várias socioculturas em todo o mundo alcancem níveis de violência jamais vistos (LEITÃO, 2017, p. 122).

Leitão (2017) afirma existir na sociedade uma violência simbólica camuflada pelo *modus operandi* do sistema midiático, que se articula baseado no “terrorismo” ameaçando o sistema civilizatório. Mas não é em forma do terrorismo propriamente dito, é o que o autor chama de “binômico medo-terror”, o qual tem o propósito de aterrorizar como se fosse uma **penumbra delirante**, na qual a coletividade, em uma angústia grupal, se divide formando grupos divergentes que se conclamam adversários na defesa de seus ideais. “O mundo vive, atualmente, sob múltiplas ameaças manifestas ou disfarçadas, mentais ou físicas, individuais ou coletivas, simbólicas ou diretas [...]” (LEITÃO, 2017, p. 126). Desse modo, o autor defende que existe uma apropriação do saber e do conhecimento por parte das plutocracias empresariais e entende as novas tecnologias como “[...] instrumentos com poder destrutivo igual ao de uma bomba atômica” (LEITÃO, 2017, p. 126).

Nessas circunstâncias, podemos dizer que o conceito de paranoia coletiva descrito por Leitão (2017) abarca todo o delírio político vivido no Brasil desde o início da Operação Lava Jato, quando a polarização política alcançou seu auge e determinou os rumos das eleições presidenciais de 2018. Em sua concepção, a vida política, em geral, vale-se da relação “esquizoparanóide” entre amigo e inimigo, que tem mais a ver com identificações projetivas que distorcem a percepção da realidade e causam choques narcísico-doutrinários. Os grupos

costumam seguir uma “ideia-força” e passam a reagir a qualquer sinal de ataque, mesmo que ele não exista de fato.

Dessas reações insurgem verdadeiras batalhas verbais, em que a crueldade e o ódio recheiam os discursos dissensos, carregados de negatividade, ou seja, de paixões tristes. Kiffer e Giorgi (2019, p. 12) analisam que “O ódio não é um afeto nem uma paixão homogênea ou idêntica a si mesma, mas um condensador e modulador de afetos diversos, que conjuga uma constelação de paixões que passam pela reprimenda, pela fúria, pela ira e pela indignação”.

O ódio está problematizado nesta pesquisa em função do ambiente político e seu pilar de manifestação está sustentado por conceitos, valores e ideias que se formam antes de irromper no campo discursivo. As afecções políticas se configuram por trás da materialidade do discurso e se expressam a partir do momento que encontram espaço para tal. No Brasil, os sentimentos preconceituosos para com as minorias, antes velados em função de um clima aparentemente brando e conciliador, ganhou as ruas com as manifestações em 2013, quando a multiplicidade das vozes passou a incomodar e a contranarrativa conservadora apoiou-se em afetos tristes para tentar deslegitimá-las. “[...] a negatividade sempre foi uma astúcia daqueles que compreendem que a liberdade passa pela capacidade de destruir o Outro da força de enunciação dos regimes de visibilidade possíveis” (SAFATLE, 2016, p. 7). Reconhecer a origem do ódio traz à luz a compreensão sobre a intolerância que só vem crescendo desde então:

É preciso ao menos notar que esses desvios conceituais foram sendo consolidados há muito tempo, no interior dos grandes quadros de leitura do Brasil, que, não por acaso, eram efetuados por uma mentalidade branca, em sua maioria masculina, e assentados numa ideia de representação política que hoje também exige ser revista (KIFFER, 2019, p. 25).

A culminação da violência discursiva de tons racistas, classistas, homofóbicos e machistas dirigida a essas maiorias minorizadas deu-se no cenário em que os defensores das políticas neoliberais ensaiavam retomar o governo nas eleições de 2014, depois de o PT ter governado o país por três mandatos consecutivos. As políticas inclusivas desse partido, contrárias ao discurso moral neoliberalista, que condena o amparo do Estado a essas minorias, suscitaram o sentimento de injustiça nos indivíduos convencidos de que o livre mercado e a meritocracia estão igualmente disponíveis a todos e que o fracasso econômico é culpa individual.

O delírio do consumo enfraquece as ligações afetivas subjetivas, diminui os vínculos entre as pessoas e fortalece o individualismo (LEITÃO, 2009). Para Souza (2015), a percepção liberal da sociedade torna a realidade dos excluídos invisível e universaliza as disposições de

comportamento da classe média. Essa visão causa distanciamento e separação, enfraquecendo o tecido social comum, já que a regra do jogo é cada um por si.

Os sentimentos de inferioridade, de desprezo pessoal, o racismo estrutural, a profunda desigualdade social e racial, entre outros, nada mais são que a expressão dessa ejeção de um solo comum, expressão dessa fratura há muito existente, e que, já partida e partindo os nossos laços, não permitem mais que nos reconheçamos nem em nossas diferenças nem em nossos conflitos, dificultando inclusive a percepção de nossas semelhanças (KIFFER; GIORGI, 2019, p. 24).

A **estratégia sensível** está na essência do processo comunicativo, que, mediada pelos signos, vincula o indivíduo e o insere socialmente, sendo muito mais do que um simples processo interativo; é também existencial, pois vai desde a dimensão imaginária até as práticas de conduta, constituídas por valores (SODRÉ, 2016). O rompimento das retóricas de igualdade, que desde a abertura política do país – com as “Diretas Já” – e da promulgação da Constituição de 1988 encobriam disfarçadamente as diferenças sob a capa ilusória de um consenso democrático, deu lugar a uma polarização cada vez mais intensificada à medida que se aproximavam as eleições de 2014 e que as chances da manutenção das políticas do governo petista eram proeminentes.

Nos últimos anos, desde meados de 2010, notou-se um crescimento da articulação do campo conservador, o qual flerta com a volta da ditadura militar, reorganizando-se em volta de uma ideologia de extrema-direita. Desde a década de 1980, via-se um movimento tímido nesse sentido, ao qual não se dava muito crédito, por se tratar de um projeto de poder então visto como já “abortado”. O que se vislumbrava distante e desprestigiado, contudo, ganhou força e voltou à tona nas discussões políticas que seguem até o momento.

Aliado a isso, há rumores de que existe uma movimentação internacional tentando influenciar o curso das mudanças políticas latino-americanas como forma de dominar o mercado. Essas mudanças estariam voltadas para o domínio do poder político com fins de promover políticas neoliberais e, no Brasil, têm como um de seus principais representantes o Movimento Brasil Livre. Em comum, tais articulações visam ao restabelecimento do conservadorismo moral e a aversão às políticas voltadas à diminuição da desigualdade social, ideologias contrárias ao campo político progressista, do qual faz parte o PT.

A deflagração da Operação Lava Jato, em março de 2014, acirrou ainda mais o conflito entre os dois polos que foram nominados de várias maneiras: petistas e antipetistas, contrários e a favor da corrupção, “mortadelas” e “coxinhas”, bandeira vermelha e bandeira verde-amarela, dentre outros. O universo público coletivo, que durante anos era dominado por um discurso

elitista, branco e heteronormativo, viu-se obrigado a dar lugar aos que têm legitimidade para ocupar seus espaços de fala.

O trânsito da comunicação quando estabelecido pelo ódio pode desdobrar-se em consequências que irão para muito além dele, causando danos não só ao objeto a que foi dirigido o discurso, mas todo o exterior que se sente representado por esse objeto ou que com ele se identifica. Do mesmo modo, quem usa a palavra odiosa também espelha, instiga e reforça os que pensam em correspondência. As narrativas odiosas manifestam desprezo pelo outro e, além de serem ofensivas, são danosas, gerando sentimentos negativos tanto nos que são alvo dos discursos como nos simples espectadores.

Suas consequências, no entanto, não se reduzem a isso. Há efeitos indiretos que reforçam estereótipos e dificultam as relações sociais, podendo aumentar o grau de violência praticada contra certos grupos na medida em que o discurso discriminatório encontra eco nos “pré-conceitos” estabelecidos historicamente na sociedade. Nesse sentido, quanto mais visibilidade o discurso de ódio ganha, maiores serão as consequências coletivas. Além do dano psicológico, esse tipo de discurso, para as ciências jurídicas, causa danos morais, pois representa um ataque direto à reputação e à dignidade de suas vítimas.

A dignidade ou reputação de uma pessoa tem a ver com como as coisas são em relação a ela na sociedade, não com como as coisas são sentidas por ela. Ou pelo menos isso é verdade em primeira instância. É claro que uma agressão à dignidade de alguém será sentida como prejudicial e debilitante. E, sem dúvida, aqueles que atacam a dignidade de outra pessoa desta forma, estarão esperando por certos efeitos psicológicos (WALDRON, 2012, p. 106, tradução nossa).

Na opinião de Waldron (2012), é necessário entender a distinção entre o discurso de ódio e o discurso que “simplesmente” ofende. Muito mais do que a ofensa, o discurso de ódio tem um impacto duradouro e objetiva manter a pessoa ou grupo em “seu lugar”, valendo-se de ameaça e terror. Pretende evocar a superioridade de quem o lança e o desprezo pelos que são atingidos por ele. Para o autor, a intenção será sempre essa, mesmo que a transmissão tenha sido feita em duas palavras, pois as ideias são passadas de maneira calculada a fim de incitar o ódio, a humilhação e a violência. Proibir ou restringir o discurso de ódio, segundo Waldron (2012), traz também a ameaça à liberdade de expressão e ao debate democrático, caso a regulação não se faça de forma ética, moral e justa.

O direito à liberdade de expressão, embora esteja amparado como garantia de dignidade da pessoa humana, é relativo, portanto, limitado às condições impostas pelo Estado democrático de direito, que restringe condutas abusivas de intolerância e violência.

[...] o peso que recai a favor da liberdade de expressão exige a análise e a ponderação criteriosa de diversos aspectos para que haja, no caso concreto, o enquadramento de um discurso como sendo de ódio. Os direitos fundamentais em jogo devem ser manejados com o melhor rendimento em relação ao menor sacrifício possível, numa lógica de proporcionalidade (ROTHENBURG; STROPPA, 2015, p. 465).

Contudo, o discurso de ódio existe e é conceituado como manifesto discursivo realizado por quem pretende atacar alguém ou um grupo social e incitar sobre ele afetos negativos, gerando consequências de âmbito social. Sobretudo, deverão ser considerados não somente o teor e o motivo da mensagem, mas a forma e o instrumento pelos quais ela será manifestada. Quanto maior a projeção do discurso e a confiança existente em quem o enuncia, maior será o dano causado. É certo que ao imputar um discurso como odioso, deve-se levar em conta vários fatores como o grau de severidade do insulto e seus efeitos, o contexto, a situação de vulnerabilidade da vítima, se o ataque é individual ou coletivo; mas não se pode deixar de considerar a posição a partir da qual fala o autor.

Se quem fala ocupa uma posição de destaque social, é muito mais provável que o discurso repercuta mais velozmente e que afete um número maior de pessoas e, conseqüentemente, o meio social. Ou seja, a “[...] forma de divulgação (por exemplo, uma charge, uma opinião ou uma notícia, inseridas em um *blog* ou rede social) e a probabilidade de que o discurso possa, de fato, ensejar o ódio e suscitar algum nível de risco de que algum dano resulte de tal incitação” (ROTHENBURG; STROPPA, 2015, p. 461) estão diretamente associadas.

A opinião, que é prevalentemente subjetiva, deve ser considerada como socialmente menos idônea a atingir a percepção social que se tem da vítima do preconceito, pois o público em geral sabe ou pode saber que se trata apenas de uma opinião, por mais enfática e distorcida que seja. Por outro lado, se a mensagem é veiculada como notícia o seu impacto na percepção social é mais incisivo [...] (ROTHENBURG; STROPPA, 2015, p. 461).

Os meios de comunicação fazem ecoar suas ideias e convicções na esfera de discussão pública, mesmo de forma implícita ou dissimulada. O não dito pode dizer tanto quanto o que se diz com todas as letras. Portanto, não é necessário que o discurso contenha palavras de ódio explícitas para ser considerado discurso de ódio, mas aquilo que através dele é percebido, mesmo que subjetivamente, e que afeta os sujeitos.

[...] alguns valores e posições têm muito mais impacto quando são apresentados sob o modo de uma evidência e introduzidos no discurso de maneira a não constituir o objeto declarado do dizer. Eles escapam, assim, à contestação, impondo-se ainda mais ao auditório na medida em que se mostram como evidências que não precisam ser formuladas com todas as letras (AMOSSY, 2020, p. 178).

O implícito existe pela necessidade de que a informação não seja contestada, já que quando é explicitada, torna-se um tema de discussão possível, pois tudo que é dito pode ser contestado. Além disso, a forma velada e indireta reforça crenças e opiniões escondidas por trás do discurso, as quais passam despercebidas conscientemente, permitindo ao enunciador dizer coisas fazendo parecer que não disse, o que implica a possibilidade de não responsabilização, pois “É esse processo que ilustra o subentendido: para dizer alguma coisa, faz-se o outro dizer o que se disse” (DUCROT, 1987, p. 43). Assim,

[...] o locutor apresenta sua fala como um enigma que o destinatário deve resolver. O sentido, que é sempre, para mim, um retrato da enunciação, é então um retrato cuja responsabilidade o locutor deixa ao destinatário, processo quase explícito na expressão "Eu não o obrigo a dizer" (o locutor parece aceitar, sem lhes dar origem, os subentendidos decifrados pelo destinatário) [...] Tudo o que posso dizer é que a linguagem oferece exemplos frequentes dessa atitude, certamente muito hipócrita (DUCROT, 1987, p. 42).

Na perspectiva da argumentação implícita de Amossy (2020) e Ducrot (1987), existem dois fenômenos distintos responsáveis pela possibilidade de persuasão do público: os pressupostos e os subentendidos. Enquanto o primeiro está inscrito na língua e não pode ser objeto de negação total de responsabilidade por parte de quem o enuncia, o segundo é contextual e depende da interpretação do alocutário (AMOSSY, 2020, p. 180). Apesar de o pressuposto estar vinculado ao seu conteúdo e ser mais difícil de o enunciador negar o que deu a entender, é, tanto quanto o subentendido, uma forma de tentar persuadir, pois, para que o alocutário compreenda o que ele quis dizer, será necessário supor coisas para que o discurso seja compreendido, ou seja, supor o que o outro pensa, extrair dele sua opinião.

[...] O subentendido [...] diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário. [...] o sentido de um enunciado é, por exemplo, a pretensão manifesta de obrigar o destinatário, no momento mesmo da enunciação, a fazer esta ou aquela coisa, a crer nesta ou naquela proposição, a continuar o diálogo nesta ou naquela direção - ou, o que vem a ser o mesmo, a não continuá-lo [sic] nesta ou naquela outra). A pressuposição é, então, um elemento do sentido – se se considera o sentido como acabo de propor, como uma espécie de retrato da enunciação. Dizer que pressuponho X é dizer que pretendo obrigar o destinatário, por minha fala, a admitir X, sem por isso dar-lhe o direito de prosseguir o diálogo a propósito de X. O subentendido, ao contrário, diz respeito à maneira pela qual esse sentido é manifestado, o processo, ao término do qual deve-se [sic] descobrir a imagem que pretendo lhe dar de minha fala (DUCROT, 1987, p. 40).

Dessa forma, Ducrot (1987) entende o pressuposto pelo que se apresenta em comum aos dois personagens do discurso e o subentendido como aquilo que o locutor deixa para o ouvinte concluir. Em todo caso, o que importa aqui é demonstrar que o discurso de ódio mesmo não explicitado verbalmente pode fazer parte das narrativas dos meios de comunicação. Sendo

assim, existem valores com os quais se constroem os discursos jornalísticos que afetam positivamente ou negativamente os espectadores. Essas afecções geram afetos, que, por sua vez, quando são paixões tristes, podem produzir discursos impulsionados pelo ódio.

Charaudeau (2007) afirma haver “marcas-vestígios” no discurso que não estão visíveis no emprego direto da palavra, mas estão de forma implícita e indireta, de modo a gerar “efeitos patêmicos”. Logo, “há palavras que não descrevem as emoções, mas são tidas como boas candidatas ao seu desencadeamento [...]” (CHARAUDEAU, 2007, p. 7). Os efeitos patêmicos, conforme o autor, são caracterizados por toda e qualquer emoção que se instaura, alicerçada por crenças e que emerge de uma atividade inferencial a ser desenvolvida pelo sujeito a partir da situação de comunicação, dos universos de saber partilhados e da estratégia enunciativa. Essa emoção dependerá da situação sociocultural em que está inserida a troca comunicativa.

Dessa forma, o jornalismo adota um modelo enunciativo aparentemente cortês e destituído de emoção, que se aproxima de um discurso objetivo e racionalista, amparado por regras e padrões enunciativos próprios, mas que ainda assim não deixa de agir sob uma orientação argumentativa implícita e patêmica, empregada de forma a produzir efeitos intencionais, conduzindo à construção discursiva de sentido, a depender do conhecimento e referências que os participantes do ato comunicativo tenham da situação de enunciação evidenciada.

No caso em questão, toda a irritação social presente no país durante a realização da Operação Lava Jato esteve, mesmo que não declaradamente, ligada à cobertura jornalística dada ao caso, principalmente pela Globo e seu maior noticiário, o Jornal Nacional. Somado a isso, os territórios eletrônicos ganharam destaque no debate e a relação entre a mídia e esse novo espaço de circulação e enunciação tornou-se de alguma forma codependente. O ambiente do universo político e coletivo, que durante anos viveu os desdobramentos de uma política mais inclusiva e focada no bem-estar social, passou a ser permeado por um intenso debate afetivo sobre corrupção ligada ao governo do ex-presidente Lula, que conquistou 87% de aprovação popular em seu último mandato, elegendo Dilma Rousseff como sucessora.

A politização da cobertura jornalística contribuiu para fomentar a agressividade nas disputas discursivas, massificando apenas um ponto de vista, que passou a fazer parte do dia a dia dos brasileiros, sem dar lugar aos argumentos e opiniões contrárias às que eram veiculadas diariamente pelos meios de comunicação. Tudo que saía da ótica midiática era imediatamente rechaçado, não havendo mais lugar para o diálogo. A atitude que ficou evidente no meio social era o espelho do que se via no comportamento da imprensa, diante da cobertura

desproporcional, em que se dava mais peso e mais espaço para os responsáveis pela condução da Operação Lava Jato do que para os que por ela eram investigados. O clima anticorrupção e “proteção à pátria” foi disseminado a tal monta, que aqueles que demonstravam qualquer objeção à condução da operação começaram a ser tachados como “traidores da nação” e “petistas”. A exacerbação dos afetos de amor à pátria, de ódio aos corruptos e à corrupção, passaram a ensejar o coro da opinião pública e, principalmente, da classe média brasileira.

Para Espinosa (2009, p. 191), o amor excitante, movido por paixão é tão prejudicial quanto o ódio: “[...] todo amor que admite outra causa além da liberdade do ânimo converte-se, facilmente, em ódio, exceto quando, o que é pior, torna-se uma espécie de delírio, em cujo caso, mais do que a concórdia, é a discórdia que é reforçada”. Convertida em ódio, a discórdia é aumentada pelo ódio recíproco, intensificando as disputas de tal forma, que os caminhos se tornam truculentos e permeados pelo discurso de ódio.

Para Kiffer e Giorgi (2019), o ódio contemporâneo é mais uma modelagem política das intensidades e disputas, e não apenas uma dimensão psicológica, pois as inscrições do ódio estão nas rearticulações dos lugares de fala, das posições de enunciação, dos agenciamentos coletivos. O ódio é

[...] especialmente uma energia e uma intensidade que altera os pactos discursivos, os laços simbólicos, os protocolos cívicos (com suas regras do que pode ser dito), nos quais se basearam as democracias brasileira e argentina. [...] antes de tudo, o ódio é um terremoto, um estremecimento raivoso dos protocolos da expressão democrática, face às formas, aos canais, às vias de expressão de sentidos e afetos nos quais se conjugam as representações unificadas do “popular”, do “cidadão”, do “nacional-popular”, do “povo trabalhador” etc. (KIFFER; GIORGI, 2019, p. 16).

O discurso de ódio é um conjunto de práticas discursivas que provocam danos morais e psicológicos a uma pessoa ou a um grupo social a fim de menosprezar, silenciar, difamar, intimidar, em função de características como raça, condição, etnia, religião, filiação político-ideológica, condição financeira, nacionalidade, orientação sexual, ou qualquer outro aspecto passível de diminuir o *status* social, assim como incitar o ódio, a violência e a discriminação sobre essas pessoas.

O discurso tem o poder de convencer pessoas a sentir ódio, especialmente nas condições em que o senso de justiça é ofendido. “O ódio aparece apenas onde há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são” (ARENDDT, 1994, p. 47). De posse do poder de convencimento, a imprensa proclama sua ética baseada na neutralidade e imparcialidade, mas se esforça para convencer o tempo todo, por meio “[...] dos signos que ligam um objeto a

uma ideia interpretante” (SODRÉ, 2016, p. 91). Uma pessoa afetada pelo signo do ódio e impulsionada pela condensação do discurso midiático esforça-se intolerantemente para convencer,

[...] apenas em função de um afeto, para que os outros amem o que ele próprio ama e para que vivam de acordo com a inclinação que lhe é própria, age apenas por impulso, e se torna, por isso, odioso, sobretudo para aqueles que gostam de outras coisas e que, portanto, por sua vez, se empenham e se esforçam, com igual impulso, para que os outros vivam de acordo com a inclinação que lhes é própria (ESPINOSA, 2009, p. 164-165).

Assim, a agressividade se mantém presente no processo histórico das disputas narrativas e de poder.

3 A TELEVISÃO E O DISCURSO DE ÓDIO CONTRA LULA

O discurso televisivo promove um engajamento emotivo, incentivando o público, orientando sentimentos e valores que justificam atitudes externalizadas e que são respaldadas por convicções de natureza jurídica, ideológica, corporativa etc., produzidas no processo sócio-histórico-comunicativo. As emoções têm um caráter social que vai além do estado emocional do indivíduo e permitem que este constitua um sentimento de pertencimento a um grupo por meio da participação na construção de uma “consciência coletiva”, que, na verdade, se reproduz mais como julgamentos coletivos que se instituem numa espécie de regra moral (CHARAUDEAU, 2007).

Os efeitos patêmicos do discurso são produzidos de acordo com o campo temático em que se apoia o dispositivo comunicativo. Cada universo de patemização, segundo Charaudeau (2007), possui uma constituição sociodiscursiva própria, de modo que o que faz sentido para um pode não fazer para outro ou pode fazê-lo de forma distinta, produzindo efeitos também diversos. No caso da mídia de informação, por exemplo, a desordem social ou a sua reparação provocam efeitos estratégicos. É importante salientar, ainda, que os recursos utilizados para tal são de fundamental importância na produção dos efeitos patêmicos, como é o caso do discurso televisivo.

A linguagem empregada nos discursos televisivos se utiliza não só da fala (som), mas também de imagens, portanto, neles, há mais estímulos sensoriais do que em outros meios de comunicação, como o jornal impresso ou digital e o rádio.

[...] a mídia televisual pode criar a ilusão do contato entre instância de enunciação e instância de recepção – na representação pela imagem de uma situação face a face entre duas instâncias (a posição do apresentador diante da câmera, logo, diante do telespectador, simula o face a face a situação de interlocução). Tal como o rádio, a televisão pode recorrer a estratégias de interatividade (telefone, e-mail, soldagens imediatas etc.), mas sabe-se que essas, na realidade, produzem apenas um simulacro de contato, pois o receptor interveniente é imediatamente “fagocitado” pela encenação midiática. Apesar disso, há efeito de contato, pois a televisão, ao utilizar-se de todos esses procedimentos, pode criar a ilusão de que representa o mundo dos acontecimentos tal como ele é; próximo ou distante, o mundo se torna presente, aumentando o efeito de ubiquidade; cria a ilusão da encarnação, que é suscetível de produzir: um efeito de autenticação do acontecimento (é o que a expressão “eu vi na televisão” significa [...]) (CHARAUDEAU, 2019, p. 112).

A estruturação de sentido é conduzida por vários significantes e, por longo tempo, era possível alcançá-los somente pela notícia televisionada. Hoje, com a internet, o contexto mudou e esses recursos foram ampliados para outros setores da comunicação de massa. Apesar da

massificação da internet, a televisão ainda é um meio de comunicação muito popular e de grande alcance, que fascina pela imagem e pelo drama apresentado, podendo o telespectador reduzir o mundo àquilo que nela é transmitido e descartar todo o resto. Além disso, o veículo pode despertar no telespectador um sentimento de proximidade e intimidade com as pessoas que estão do outro lado da tela (CHARAUDEAU, 2019).

O discurso televisivo pressupõe a orientação do olhar do telespectador sobre os acontecimentos do mundo que se faz visível através da tela, mundo esse que se torna real no meio social e no debate público. O tempo presente é feito por narrativas que acessamos pela internet e pela televisão e, para Fisher (2007, p. 295),

[...] é esse presente, com todas as suas metáforas, ícones, modos de simbolizar nossas experiências mais diversas, que opera em nós, acionando memórias, construindo e reconstruindo um jeito de entender o que seria nossa história, pessoal e social. A televisão, já se disse tantas vezes, é uma grande contadora de histórias; ela faz-nos retrospectivas, a cada final de ano, a cada final de década e até de século, como vivemos na entrada do ano 2000. Ela vai indicando que fatos, que imagens, que sentimentos precisam ser adicionados aos nossos arquivos individuais e coletivos. Um século pode ser-nos contado por imagens e sons em 60 minutos, em menos de duas horas.

As estratégias discursivas utilizadas nos textos televisivos criam efeitos de sentido, convencem, seduzem e formam telespectadores por meio dos modos de organização da linguagem. Por isso, é importante compreender como as linguagens são formuladas para a TV e como essa articulação opera em seu processo discursivo. A linguagem, assim como a comunicação, também acompanha o processo de transformação das novas tecnologias. Está em constante modificação e precisa ser considerada como uma “tecnologia” altamente requintada (MACHADO, 2001), em vez de somente uma formalização produzida pela linguística. Afinal, é ela quem produz sentidos nas variadas práticas sociais significantes nas quais estamos inseridos.

A produção televisiva é construída pela articulação da linguagem e seus efeitos de sentido, que criam mapas mentais (FAIRCLOUGH, 2016) para as interpretações políticas ou ideológicas das realidades sociais.

[...] as ideologias estão nos textos. Embora seja verdade que as formas e o conteúdo dos textos trazem o carimbo (são traços) dos processos e das estruturas ideológicas, não é possível “ler” as ideologias nos textos. [...] isso ocorre porque os sentidos são produzidos por meio de interpretações dos textos e os textos estão abertos a diversas interpretações, que podem diferir em sua importância ideológica, e porque os processos ideológicos pertencem aos discursos como eventos sociais completos – são processos entre as pessoas – não apenas aos textos, que são momentos de tais eventos (FAIRCLOUGH, 2016, p. 124).

Na concepção textual da localização da ideologia, Fairclough (2016) prefere defender que ela está tanto nas estruturas – na ordem do discurso – como nas condições dos eventos discursivos. Para o estudioso, uma posição rígida entre o conteúdo-sentido-forma é equivocada, pois os sentidos dos textos são estreitamente interligados com as formas, que também podem ser investidas de ideologia, apesar de ser difícil para as pessoas identificá-la. Assim ocorre, pois os processos de sua naturalização e automatização são convencionados aos discursos, até mesmo nos discursos de resistência. Isso dá uma falsa sensação de autonomia ao sujeito, que acredita estar recebendo uma informação imparcial e verdadeira, por exemplo.

Fairclough (2016, p. 126) não aceita a premissa de que os sujeitos não possam agir, individual ou coletivamente, contra as práticas ideológicas: “Os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criticamente, no sentido de realizar suas próprias conexões entre diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras”. Para o autor, existem fatores, como condições sociais e relações de dominação, que devem ser considerados como variáveis do efeito ideológico em que o sujeito está inserido. Da mesma forma, Charaudeau (2007) argumenta que os efeitos patêmicos também dependem do conjunto de crenças e valores morais do espectador, os quais o guiarão na tomada de decisões sobre mover-se ou não na direção apresentada pelo telejornal.

Ora, é fato que os discursos estão presentes e são parte fundamental nas reproduções e nas transformações da sociedade. As abordagens das análises de discurso demonstram o modo como este é estruturado, levando em consideração as relações de poder e ideologias e os efeitos patêmicos sobre o indivíduo e, por consequência, nas identidades, nas relações sociais e nos sistemas de conhecimento e crença, mesmo que os participantes desse contrato de comunicação não estejam conscientes disso, que não é, na maioria dos casos, tão aparente.

Os discursos informativos do telejornalismo não apenas são uma representação do mundo para os sujeitos, mas, também, atos de linguagem que correspondem a uma forma de ação sobre o outro e que podem modificar uma situação: “[...] visam a produzir uma modificação nos destinatários” (MAINGUENEAU, 2013, p. 60). A idealização de que a televisão seria um espaço de democratização e transparência e que dá lugar à reverberação do consenso popular pode dar a ela o *status* de produtora de “verdades” que influenciam na formação social e cultural dos sujeitos, reproduzindo ordens de discursos, regras sociais, imaginários coletivos e outras tendências sociais.

O cotidiano se faz presente no telejornal mesmo que de uma forma selecionada, fragmentada ou distorcida. Por meio da materialidade audiovisual, o receptor é chamado a ser, de uma forma direta, o espectador do mundo e, ao mesmo tempo, o telespectador, pela mediação do interlocutor. A instância receptora da comunicação televisiva, quando atingida pelo espetáculo, pode reagir de várias formas, desde questionar-se sobre como agir diante do que lhe é proposto (metaespectador), passando pela reação de indignação e paixão (espectador apaixonado ou denunciador) e pela avaliação conforme seus princípios morais (espectador moral), até apenas se prestar ao ato de observar sem estabelecer relação (espectador *voyeur*) (CHARAUDEAU, 2007).

Sob a construção do modelo de organização do universo patêmico proposta por Charaudeau (2007), interessa-nos analisar o discurso do JN considerando o espectador apaixonado ou denunciador como sujeito capaz de produzir discurso de ódio. Ao mesmo tempo, é necessário analisar a significância do contrato de comunicação midiática estabelecido pelo espetáculo da desordem social e por sua reparação na figura de seus heróis.

Os programas televisivos de notícias investem na transmissão de informações como relatos, com narrativas sociodiscursivas que se aproximam do telespectador desencadeando neles estados patêmicos e comportamentos diante do que é visto, ouvido ou exprimido, mesmo que de forma indireta ou implícita. A percepção do sujeito gera comportamentos enunciativos negativos ou positivos categorizados por Charaudeau (2007), como dor, alegria, angústia, esperança, antipatia, simpatia, atração e repulsa.

No fluxo audiovisual, as narrativas televisuais de desordem social – como os processos de corrupção, política e guerra – são as que se apresentam com mais intensidade. A postura do apresentador, os recursos imagéticos e a vinheta completam o cenário da espetacularização da notícia e o acontecimento se torna só uma parte do “show”, demonstrando que a mídia televisiva age como ator e não como mero observador. Todo esse aparato é mais um elemento que tensiona a relação discursiva e o contrato de comunicação estabelecido. Os relatos dos fatos são intensificados, como também seus efeitos.

3.1 A MÍDIA JORNALÍSTICA NO BRASIL E O JORNAL NACIONAL

A mídia global está dominada por megacorporações que comercializam diversificados tipos de produtos: do jornalismo aos programas de entretenimento, até plataformas digitais com séries, filmes, *podcasts*, dentre tantos outros. A atividade jornalística está atrelada à economia de

mercado e às grandes empresas capitalistas. O jornal nasceu, grosso modo, junto à iniciativa burguesa, que passou a ver os meios de comunicação como uma fonte de ganhos e instrumentos criados para ratificar sua dominação ideológica e política na sociedade (MARCONDES FILHO, 1989).

O capitalismo comunicacional globalizado é regido pelas leis de circulação econômica, ou seja, voltado para a busca da movimentação do capital e do lucro com a maior velocidade possível. “A comunicação voltada para o consumo é o grande ponto nodal do capitalismo cognitivo do século 21 e precisa ser estudada como tal, não somente como um paradigma crítico [...]” (PRADO, 2017, p. 38).

Além do monopólio financeiro, a mídia institui uma hegemonia ideológica como forma de criar uma unidade ou consenso, de acordo com os interesses da classe dominante. Para Marcondes Filho (1989, p. 79-80), “Esse bloco ideológico em que [...] oficializam-se uma política e uma ideologia particulares como sendo gerais e trabalha-se por perpetuá-las, só ele permite a investigação dos mecanismos sociais gerais nos quais se insere o trânsito das informações”.

Esse dispositivo apela às ações dos indivíduos, que, investidos afetivamente, são induzidos a produzir uma “consciência” na organização social da qual fazem parte. “O que caracteriza essa produção dentro do modo de produção capitalista contemporâneo é a função de silenciamento das massas [...]”, criando posicionamentos conformistas (MARCONDES FILHO, 1989, p. 80). Para Gramsci (apud YAMAUTI, 2015, p. 52), essa hegemonia é exercida como forma de tentar garantir a estabilidade do sistema econômico, mas abarca outras estruturas sociais que influenciam “[...] o modo de conhecer, de pensar e de agir dos indivíduos de tal modo que estes admitiriam a supremacia da classe dominante como algo natural e conveniente a ponto de ter o seu potencial revolucionário inibido”.

No Brasil, a passagem do século XIX para o século XX marcou o período de transformação da notícia como produto. Com o declínio da crítica literária e o surgimento do noticiário e da reportagem, a atividade jornalística foi se expandindo e se profissionalizando; o jornal passou a ser uma empresa com estratégias comerciais. A produção de notícias voltou-se para o consumo e incorporou rituais e práticas de modo a alcançar os indivíduos.

Na concepção de Pena (2021, p. 3), “a batalha por corações e mentes, travada na seara da comunicação, é tão ou mais importante que os fuzis e canhões”. Logo, com uma comunicação voltada a atender aos interesses mercadológicos, tornam-se cada vez mais preocupantes e

questionáveis os limites morais e éticos da atuação do jornalismo e da mídia em geral. Isso porque,

Atualmente, a mídia ocupa lugar central na vida de todos. Ajuda a moldar nosso imaginário, estabelecer prioridades, decidir e descartar opções. Essa onipresença não comporta apenas um poder avassalador de formação de opiniões, de registro da história recente ou de definição de relevâncias sociais (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 104).

Antes da emergência das novas tecnologias digitais, o modelo televisivo reinava sozinho como o meio de comunicação de maior impacto sobre a opinião pública e, apesar de atender aos interesses políticos e financeiros de instituições públicas ou privadas, era a principal fonte de conhecimento sobre os acontecimentos cotidianos. Há mais de seis décadas no ar, a TV, na atualidade, disputa esse papel com os meios de comunicação virtuais, mas ainda é uma das mais importantes fontes de informação, exercendo centralidade na reprodução de discursos e na construção do que se considera a realidade social cotidiana, mediando discursos e produzindo simbolismos (BECKER, 2016).

A relação entre os meios de comunicação e a política sugere uma relação de poder, hoje disfarçado pelo manto da imparcialidade. Os “canais de difusão seletiva” (THOMPSON, 2018) produzem formas simbólicas e as comercializam de acordo com o interesse do aparelho institucional que possui o meio técnico para a transmissão da informação. Assim, os indivíduos inseridos nesse processo irão participar de uma interação controlada entre formas simbólicas e poder, descrita por Thompson (2018, p. 225) como “[...] mecanismos para a implementação restrita das formas simbólicas”, que servem para controlar a percepção e a difusão destas em benefício próprio ou de terceiros, visando a objetivos econômicos, políticos e ideológicos.

Para Gomes (1993, p. 68, grifos do autor), “os mesmos sujeitos que são a **audiência**, na perspectiva dos fluxos de comunicação, convertem-se em **consumidores**, para o mercado, e em **eleitorado**, para o campo político”. Nessa perspectiva, o controle da audiência interessa ao mundo produtivo e ao universo político.

O jornalismo brasileiro, desde a sua concepção, é fortemente marcado pelo teor político, evidenciando a aproximação entre a atividade jornalística e a esfera política. O telejornalismo nasceu ancorado pelos interesses do Estado. Para Bucci (1996), no Brasil, a televisão se confunde com o próprio poder, pois sua evolução é análoga à democracia, ou seja, caminhou vagarosamente com a política. Em sua análise sobre o tema, o mesmo autor avalia que a televisão ajudou a organizar a sociedade no período da ditadura pelo fato de ser uma espécie de

prolongamento do Estado, cuja finalidade era manter a sustentação política por meio da apologia à pátria, produzindo ufanismos e patriotismos espontâneos. Nesse contexto, surge a Rede Globo, apoiada pelo Estado para expandir sua transmissão para todo o território brasileiro, tendo como carro-chefe do jornalismo o Jornal Nacional. A emissora garantia a sustentação de um discurso voltado a um projeto político de poder que, em contrapartida, também lhe garantia o poder, pelo alcance da comunicação.

[...] se a ditadura precisava da TV para a sua sustentação política, a TV passou a precisar da ditadura para o seu sucesso junto ao público, pois a sua glória dependia da pátria, da unidade apoteótica, dependia do êxtase da integração nacional. [...] O problema, aliás, é bem este: o modelo de TV inventado na ditadura sobreviveu à ditadura (BUCCI, 1996, p. 19-20).

Mesmo tendo sofrido várias transformações ao longo dos anos e também de adentrar o mundo digital e seus ambientes interativos, não significa, necessariamente, que esse poderoso veículo de comunicação tenha se tornado mais democrático. Ele continua sendo um meio dominante de acesso às informações e um grande negócio no que diz respeito a investimentos publicitários. O fato de a circulação da notícia ter ganhado amplitude e alcançado todo o território brasileiro por meio do Jornal Nacional, um marco para o telejornalismo e para a sociedade, não diminui as condições sociais na desigualdade de acesso à informação no país. Da extensão territorial às condições de econômicas, o alcance das informações não se dá de maneira democrática, apesar das mudanças tecnológicas e dos recursos atualmente disponíveis. Do jornal impresso, passando pelo rádio e pela TV até a internet, a condição social é determinante para o acesso à informação, principalmente, a de “qualidade”.

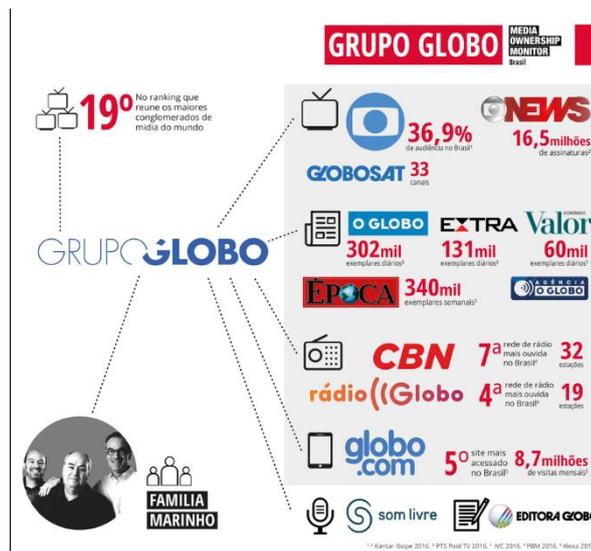
a excelência tecnológica e o refinamento plástico com a competitividade internacional surgiram como contrapartida de uma sociedade atrasada, iletrada, que dependia das possibilidades técnicas desse meio para a sua própria integração política. [...] O vigor e o gigantismo da televisão brasileira, ainda que aparentemente tenham sido gerados pelo sonho de grandeza, [...] são na verdade um produto do atraso (BUCCI, 1996, p. 22-23).

No cenário dos conglomerados midiáticos brasileiros, é possível perceber que a interação é controlada pelo interesse de cinco grupos, os quais detêm a propriedade da metade dos 50 veículos¹² de maior audiência no país. Essa dinâmica impede uma maior pluralidade de

¹² Nove pertencem ao Grupo Globo; cinco, ao Grupo Bandeirantes; outros cinco, à família Macedo (considerando o Grupo Record e os veículos da IURD, ambos do mesmo proprietário); quatro ao grupo de escala regional RBS e três ao Grupo Folha. Outros grupos aparecem na lista com dois veículos cada: Grupo Estado, Grupo Abril e Grupo Editorial Sempre Editora/Grupo Sada. Os demais grupos possuem apenas um veículo da lista. São eles: Grupo Sílvio Santos, Grupo Jovem Pan, Grupo Jaime Câmara, Diários Associados, Grupo de Comunicação Três, Grupo Almicare Dallevo & Marcelo de Carvalho, *Ongoing/Ejesa*, *British Broadcasting Corporation*, Empresa Brasil de Comunicação, *Publisher Brasil*, Consultoria *Empiricus*, Grupo Alfa, Grupo Mix de Comunicação/Grupo

informações, o debate e embate de opiniões, inibindo a coexistência de visões de mundo e de valores diferentes. Esse controle pelo aparato institucional empobrece a transmissão cultural (THOMPSON, 2018) diversa. A formação dos oligopólios não foi inibida nem com a chegada da internet. Os líderes do mercado brasileiro dominam vários segmentos, devido à tolerância da propriedade “cruzada”. É o caso do Grupo Globo, responsável pela produção e veiculação do Jornal Nacional, cujo conglomerado é mostrado na Figura 8.

Figura 6 - Conglomerado de mídia do Grupo Globo



Fonte: Media Ownership Monitor Brasil (S.d).

A Rede Globo, responsável pelos programas televisivos do Grupo Globo, comanda os números da audiência, com 36,9% do mercado, o que corresponde a um pouco mais do que a soma das outras três emissoras posicionadas em seguida no *ranking* das mais assistidas (Figura 7).

Figura 7 - Ranking de audiência das TV's

AUDIÊNCIA - TELEVISÃO					MEDIA OWNERSHIP MONITOR Brasil
TV aberta ou a cabo?	Kantar Ibope 2016 Share TLE %	Hábitos de consumo Ipsos Connect - 7 dias/semana %	PBM - consumo de TV declarado (1° + 2°) %	Grupo	
 GOBO	Aberta	36,9	91%	75%	Grupo Globo
 sbt	Aberta	14,9	60%	39,1%	Grupo Silvio Santos
 RECORDTV	Aberta	14,7	58%	33,1%	Grupo Record
 BAND	Aberta	4,1	30%	10,2%	Grupo Bandeirantes
 REDETV!	Aberta	1,2	9%	0,8%	Grupo Amizade Dallevo / Marcelo de Carvalho
 TV BRASIL	Aberta	0,8	6%	0,1%	EBC
 TV PÙBICA	Aberta	0,5	2%	0,4%	Grupo Record
 REDEVIDA	Aberta		3%	0,8%	Igreja Católica
 NEWS	A cabo		9%	1,3%	Grupo Globo
 BAND NEWS	A cabo		4%	0,7%	Grupo Bandeirantes
 GOSPEL	Aberta		2%		Igreja Renascer em Cristo

FONTE: Kantar Ibope 2016 Share TLE; Ipsos Connect 2015; Meio & Mensagem (PM) 2015; Government and Ibope's Media Research - PBM - Pesquisa Brasileira de Mídia 2016; P15 Paid TV data.

MOM Brasil, Out. 2017

Fonte: Media Ownership Monitor Brasil (S.d).

Atualmente apresentado por William Bonner e Renata Vasconcellos (Figura 9), o Jornal Nacional é o telejornal mais antigo de transmissão em rede nacional. Entrou no ar em 1º de setembro de 1969 (Figura 8). É também o mais assistido desde então, abarcando 30 pontos de audiência em média e atingindo cerca de 50 milhões de telespectadores. Representa o modelo de referência nacional no quesito telejornal pelas qualidades técnica, de recurso e profissional.

Figura 8 - Primeira transmissão do Jornal Nacional (1969)



Fonte: Memória Globo.

Figura 9 - Bancada atual do JN, com Willian Bonner e Renata Vasconcellos (2021)



Fonte: *Globoplay.*

Figura 10 - Ordenação dos programas conforme horário de início no período estabelecido para análise (20h e 22h30)



Fonte: *Katar Ibope Media.*

Figura 11 - Temporada com período de dados de 04/01/2021 a 27/07/2021 e ranking Top 20 de 21/06/2021 a 27/06/2021, de 20h as 22h30

Temporada					
Targets	TV BAND	GLOBO	Rede Tv!	Record TV	SBT
Total Individuos	380,09	4639,55	157,77	1703,19	1383,48
AS ABCDE 18-49	124,84	1908,20	58,07	668,08	574,15
TOP 20 Programas					
Posição	Nome Programa		Rat#		
1	NOVELA III SS/ GLOBO		9103,915003		
2	JORNAL NACIONAL SS/ GLOBO		8614,276231		
3	NOVELA III SB/ GLOBO		7910,249149		
4	JORNAL NACIONAL SB/ GLOBO		7835,734607		
5	FANTASTICO/ GLOBO		6175,403674		
6	FUTEBOL NOT/ GLOBO		5842,872501		

Fonte: *Katar Ibope Media.*

A singularidade do Jornal Nacional é confirmada por sua audiência e, mesmo tendo que conviver com polêmicas e críticas sobre sua credibilidade, o telejornal segue disparado em

primeiro lugar na categoria, liderando o horário nobre da TV brasileira. As características da arquitetura do JN como o modo de organização e exibição das notícias, a postura de seus locutores e repórteres, a criação dos cenários, o formato de edição, tudo contribui para a construção de sua identidade, do seu *ethos*, que, consolidado, acaba por fidelizar o seu público consumidor.

A aposta na construção da imagem de um país e de um povo baseada em um discurso liberal no que diz respeito à economia e, ao mesmo tempo, conservador e dramático, quando se trata de assuntos como o patriotismo ou a fidelidade a certos valores, faz com que o JN receba críticas de vários segmentos, tidos como opostos na sociedade. Levando em conta que a produção das notícias se dá pela interação de vários vetores (cultural, ideológico, tecnológico, midiático etc.), seus efeitos também incidem na sociedade e nos indivíduos de vários modos, como é o caso dos efeitos afetivos.

A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem seu senso de classe, de etnia, de raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”. Ajuda a modelar a visão prevalecente do mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mal, positivo ou negativo, moral ou imoral. As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a construir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos do mundo hoje (KELLNER, 2001, p. 9).

Para entender essa construção, investigamos as práticas discursivas do Jornal Nacional na cobertura do caso do “Triplex em Guarujá” e a existência de formas materiais presentes, usadas para determinar os sentidos causados pelos efeitos patêmicos.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A COLETA DE DADOS E ANÁLISE

Elegemos a proposta de análise de discurso de Charaudeau (2007) para analisar os efeitos patêmicos causados pelo *modus operandi* da cobertura jornalística do Jornal Nacional, identificando a presença dos elementos persuasivos da dramatização e do silenciamento empregados estrategicamente com objetivo de mover os afetos. Tomamos como base a sistematização metodológica proposta por Becker (2012, p. 233-234), que visa a auxiliar a interpretação da produção audiovisual televisiva, considerando “[...] a [etapa] de descrição do objeto de estudo, a da análise televisual, e a de interpretação dos resultados alcançados”. Para a autora, os princípios da enunciação são a dramatização, a fragmentação e a definição de

identidades e valores. Já as categorias da enunciação estão na análise televisual propriamente dita, sendo elas: estrutura do texto, temática, enunciadores, visualidade, som e edição.

Essas categorias indicam, dentre outros elementos, o modo como o produto audiovisual se apresenta, sua sistematização, o contexto em que está inserido, as estratégias utilizadas, o que se destaca na temática editorial abordada, os enunciadores participantes da narrativa, a construção dos cenários, figurinos, recursos gráficos e multimídia, os sons (como palavras e trilhas sonoras), enfim, todos os recursos alcançáveis pelo analista para “[...] desvelar o processo de montagem da obra audiovisual e compreender como as principais características das narrativas jornalísticas audiovisuais, as combinações entre o texto verbal e a imagem produzem sentidos” (BECKER, 2011, p. 244).

Dentre os princípios da enunciação propostos por Becker (2012) o que mais nos interessa nesta pesquisa é a dramatização, por se tratar do envolvimento emocional do telespectador, nele despertando sentimentos como empatia, sedução, comoção, indignação etc. Outro princípio sobre o qual nos debruçamos é o do silenciamento e suas formas de produzir sentidos e, conseqüentemente, efeitos patêmicos. Neste, reportamo-nos a Orlandi (2015), para quem este princípio enseja o não uso da palavra de modo a proibir certos sentidos, ou seja, as formas do silêncio retiram dos sujeitos certos posicionamentos, pelo desconhecimento, por exemplo.

A compreensão da problemática discursiva da emoção dentro da lógica da racionalidade das práticas jornalísticas é um desafio, pois implica perceber os mecanismos de intencionalidade por trás do objeto de estudo analisado, que não é sobre o que os sujeitos realmente sentem, mas sobre a linguagem e sua relação de troca, a fim de produzir sentidos; é sobre algo que vai além da linguagem e que muitas vezes não está “impresso com todas as letras” no discurso, mas se expressa de outras formas. E são essas as formas que nos interessam (CHARAUDEAU, 2007).

Entretanto, este “algo”, que não está no signo, mas do qual ele é, no entanto, portador (ou seja, o que está no signo de discursos não é uma “essência denotativa” que faria deste uma realidade explícita e transparente, contrariamente ao signo da língua), este algo que contribui para construir figuras, onde está ele? De onde ele vem? O que ele representa? Vem de tudo aquilo que constitui a troca social e que faz sentidos: desejos e intenções dos sujeitos, suas relações de pertencimento aos grupos, o jogo das interações que se estabelecem entre eles, indivíduos ou grupos, conhecimentos e visões do mundo que eles compartilham, e em circunstâncias de troca ao mesmo tempo particulares e tipificadas (CHARAUDEAU, 2007, p. 2).

Assim, as dinâmicas de combinações e associações entre palavras, imagens, sons, grafismos, gestos, expressões faciais, entonação, dentre outros, afetam os indivíduos e revelam construções de sentidos, que dependem, também, do referencial trazido por cada um.

O percurso da análise aqui realizada passou pelas seguintes etapas: recorte do tempo; seleção de edições no *site Globoplay* por assunto e data; análise de cada edição e seleção das notícias; *downloads* e transcrição de todas as notícias selecionadas, análise das notícias e interpretação das análises. Em função do interesse da investigação, o *corpus* constitui-se de 78 matérias – contando com os plantões – distribuídas em 48 edições, veiculadas no período de 27 de janeiro de 2016, quando foi transmitida no JN a primeira notícia da Operação Lava Jato relativa ao “Triplex em Guarujá”, até 23 de junho de 2021, quando o telejornal noticiou a confirmação, por parte do STF, da parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro, então magistrado no processo do triplex.

As reportagens foram selecionadas por ano e por relevância, de acordo com o curso da lógica processual. Os primeiros três meses desde a instauração do inquérito foram os de maior concentração de notícias relacionadas ao assunto. Dividimos as matérias em temáticas que representam as fases do processo: Investigação/Denúncia (2016), Processo/Condenação (2017), Condenação/Apenamento (2018/2019), Soltura (2019) e Liberdade/Parcialidade (2020/2021) (Quadros 1 a 5).

Quadro 1 - Temáticas e notícias por data

Data	Notícias
27/01/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Lava Jato investiga prédio de apartamentos no litoral de São Paulo • MP investiga suspeita de que Lula tenha ocultado ser dono de apartamento • Condomínio em Guarujá pode ter sido usado pela OAS como propina • Brasil cai sete posições em ranking da percepção da corrupção
28/01/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Nova fase da Lava Jato tem como alvo condomínio no Guarujá (SP)
29/01/2016	<ul style="list-style-type: none"> • JN desmembra esquema de lavagem de dinheiro envolvendo empresa investigada na Lava Jato • MP convoca Lula e Marisa para depor sobre apartamento triplex no Guarujá (SP)
02/02/2016	<ul style="list-style-type: none"> • MP investiga se família de Lula recebeu privilégios em negociação de triplex em SP
17/02/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Manifestantes pró e contra Lula se enfrentam em São Paulo
03/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Fotos mostram Lula fazendo vistoria em triplex no Guarujá • Em delação, Delcídio teria dito que Lula mandou comprar silêncio de Cerveró
04/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • PF leva Lula para depor a investigadores da Lava Jato em SP • Dilma faz pronunciamento sobre a Operação Lava Jato • Investigadores: suspeitas contra Lula têm base em provas e depoimentos • Instituto Lula e Lils são investigados na Operação lava Jato • Agentes da PF fazem busca em triplex em Guarujá • Ministra do STF nega conceder liminar para suspender investigações contra Lula • Lula diz que ficou indignado por ter sido levado à força pela PF • Presidente Dilma Rousseff manifesta solidariedade ao ex-presidente • Depoimento de Lula na Lava Jato agita meio político em Brasília • Várias capitais têm manifestações contra e a favor de Lula • Ex-presidente Lula ganha destaque negativo nos principais jornais • Equipes que trabalhavam na cobertura do depoimento de Lula são hostilizadas em SP • Manifestantes atenderam convocação em redes sociais e bateram palmas em apoio à PF • Operação tem busca e apreensão em sítio frequentado por Lula

Data	Notícias
05/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • PF começa a analisar documentos apreendidos na 24ª fase da Lava Jato • Lula recebe em casa a visita da presidente Dilma Rousseff • Ministro do STF declara que discordou de condução coercitiva do ex-presidente
09/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • MP de São Paulo denuncia Lula à Justiça no caso do triplex
10/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Juiz Sérgio Moro defende as investigações da Lava Jato • MP-SP explica denúncia contra Lula e mais 15 pessoas • Promotores pedem prisão preventiva do ex-presidente Lula
11/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Juíza que recebeu denúncia contra Lula não tem prazo para acolhimento • Juristas criticam o pedido de prisão preventiva do ex-presidente Lula
12/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • JN reage a advogados de Lula, que solicitaram direito de resposta
14/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Justiça divulga o que Lula disse no depoimento à PF em aeroporto de SP • Juíza transfere para Sergio Moro denúncia contra Lula • Brasil teve atos em 337 cidades no domingo (13)
15/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Governistas defendem nomeação de Lula em ministério • Lula se reúne com a presidente Dilma Rousseff no Palácio da Alvorada
16/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Juiz Sergio Moro acaba com sigilo de gravações de conversas telefônicas de Lula • Luís Inácio Lula da Silva é nomeado ministro chefe da Casa Civil • Congresso reage a nomeação de Lula como ministro chefe da Casa Civil • Manifestantes protestam contra a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil • Presidente Dilma fala sobre a nomeação de Lula para ministério • Justiça torna público um diálogo entre Lula e a presidente Dilma Rousseff • Sérgio Moro justifica fim do sigilo de gravações da Operação Lava Jato • Revelação do diálogo entre Lula e Dilma repercute no congresso • População faz "panelaço" contra o Governo em várias cidades brasileiras • Presidente Dilma divulga nota sobre os grampos
17/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Lula toma posse como ministro-chefe da Casa Civil • Conversas telefônicas de Lula são grampeadas pela Polícia Federal • Advogado de Lula critica decisão de Moro de divulgar conversas • Juristas comentam divulgação de conversas telefônicas de Lula • Advogados de Lula afirmam que a intenção de Sergio Moro foi monitorar estratégia de defesa • Conversas telefônicas de Lula provocam reações de autoridades da República • Gravações de conversas telefônicas aumentam clima de confronto entre governo e oposição • Manifestações contra e a favor de Lula e Dilma são registradas em 20 estados e no DF • Força-tarefa da Lava Jato divulga novos documentos sobre sítio frequentado por Lula em SP • Agravamento da crise política aumenta manifestações contra e a favor do governo
18/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Manifestações pró-Lula e contra o impeachment seguem nesta sexta (18) • Escuta revela indícios de que Lula foi nomeado para escapar de possível prisão • Novos trechos de gravações reforçam ligação da família de Lula com sítio em Atibaia • Crise política brasileira ganha destaque na imprensa internacional • Dilma diz que não poderia ter sido grampeada sem autorização do STF • Em 24 horas, posse de Lula foi cancelada e revalidada duas vezes • Conversas grampeadas de Lula causam indignação em autoridades do Judiciário • Carta aberta de Lula condena a divulgação das conversas dele • Carta aberta de Lula causa reações no Congresso Nacional • Manifestantes fazem atos contra o impeachment e a favor de Lula • Integrantes da PF fazem manifestações de apoio às equipes da Lava Jato • Sexta-feira (18) também tem protestos contra Lula e Dilma
19/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Grampos indicam que Lula atuava para fim de vazamentos na Lava Jato • Manifestações a favor do governo ocorreram em 55 cidades e no DF Assista
29/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Moro pede desculpas ao STF pela divulgação das escutas de Lula
30/03/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Edinho Silva manifesta preocupação com a intolerância política
26/08/2016	<ul style="list-style-type: none"> • PF indicia Lula, Marisa e mais três na investigação do triplex do
14/09/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Advogado de Lula rebate MP e acusa Lava Jato de perseguição • MP denuncia Lula, Marisa e mais 6 por corrupção e lavagem de dinheiro
15/09/2016	<ul style="list-style-type: none"> • Lula reage à denúncia do MP por conta do triplex do Guarujá

Fonte: elaboração própria a partir da coleta de dados (2021).

Quadro 2 - Temática Processo/Condenação

Processo/condenação	Notícias
11/05/2017	<ul style="list-style-type: none"> • Moro inicia interrogatório dizendo que nada tem contra Lula • Moro faz perguntas sobre o tríplice, o sítio e as reformas • Lula se recusa a responder perguntas sobre sítio em Atibaia • Lula diz que MP teria induzido testemunhas a acusá-lo • Moro pergunta se Lula sabia da conta de propina da OAS com PT • Moro pergunta se Lula sabia dos crimes de Duque na Petrobras • Moro insiste nas perguntas sobre relações entre Vaccari e Duque • Moro pergunta sobre nomeações de diretores para a Petrobrás • Lula nega ter influência dentro do Partido dos Trabalhadores • Lula disse que usou força de expressão quando ameaçou prender • Nas considerações finais, Lula defende acertos de seus mandatos • Ex-presidente critica a imprensa e se diz massacrado • Após interrogatório de Lula, processo entra na fase final
12/07/2017	<ul style="list-style-type: none"> • Lula é condenado a nove anos e meio de prisão • Juiz Sérgio Moro condena ex-presidente Lula a 9 anos e 6 meses de prisão • Veja as sentenças de cada um dos condenados no caso do tríplice • Sentença terá que ser confirmada pelo Tribunal Regional Federal • Condenação de Lula tem repercussão imediata no Congresso • Defesa crítica Moro e diz que Lula é vítima de perseguição política • Ex-presidente Lula é réu ainda em mais quatro ações penais

Fonte: elaboração própria a partir da coleta de dados (2021).

Quadro 3 - Temática Condenação/Apenamento

Data	Notícias
24/01/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Dois dos três desembargadores do TRF-4 mantêm condenação de Lula • Por três votos a zero, TRF-4 mantém a condenação do ex-presidente Lula • Julgamento de recurso de Lula fecha 2 quilômetros de ruas em Porto Alegre. • Desembargador inicia julgamento do recurso de Lula lendo relatório • Acusação rebate declarações de defesa de Lula, de que não há provas • Advogado de Lula nega irregularidade e diz que defesa foi cerceada • Provas não deixam dúvidas da culpa do ex-presidente Lula, diz revisor • Relator mantém condenação de Lula e aumenta pena para 12 anos de prisão • Terceiro desembargador a votar acompanha votos dos colegas • Ex-presidente da OAS tem pena diminuída no julgamento • Lula acompanha julgamento no sindicato dos metalúrgicos do ABC • PT afirma que julgamento de recurso de Lula teve votos combinados • Confirmação da condenação enquadra Lula na Lei da Ficha Limpa
26/03/2018	<ul style="list-style-type: none"> • TRF4 nega recursos do ex-presidente Lula • Ao negar o recurso, TRF4 mantém condenação e Lula fica inelegível
27/03/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Ônibus da caravana do ex-presidente Lula é atingido por tiros no Paraná
04/04/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Manifestantes fazem ato de apoio a Lula em 16 estados e no DF • Plenário do Supremo vota habeas corpus preventivo pedido por Lula

Data	Notícias
05/04/2018	<ul style="list-style-type: none"> • PLANTÃO Juiz Sergio Moro ordena a prisão do ex-presidente Lula • VEJA NO JN Sérgio Moro emite mandado de prisão contra ex-presidente Lula • VEJA NO JN Moro estipula prazo para que Lula se entregue voluntariamente à Polícia Federal • Plantão: juiz Sérgio Moro ordena a prisão do ex-presidente Lula • Veja no JN: Moro estipula prazo para que Lula se entregue • Veja no JN: Sergio Moro emite mandado de prisão contra Lula • Moro decreta prisão do ex-presidente Lula, HC foi negado pelo Supremo • Moro manda PF reservar sala especial na Superintendência • Lula se reúne com cúpula do PT no Sindicato dos Metalúrgicos em SP • Políticos reagem à ordem de prisão do ex-presidente Lula • Mandado de prisão é incompatível com a garantia da presunção da inocência, diz defesa • Por 6 votos a 5, STF rejeita o pedido de habeas corpus da defesa de Lula • Dois dos três desembargadores do TRF4 mantêm a condenação de Lula • O terceiro desembargador a votar acompanha votos dos colegas • Ex-presidente da OAB tem pena diminuída em julgamento • PT afirma que o julgamento do recurso de Lula teve votos combinados • Confirmação da condenação enquadra Lula na Lei da Ficha Limpa • Lula acompanha julgamento no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC • Defesa de Lula diz que decisão do Supremo fere dignidade humana • Decisão do Supremo de negar HC a Lula repercute cena política • Supremo ainda discute prisão após segunda instância em duas ações • Após ter HC negado, Lula começa o dia em instituto em SP • Principais jornais do mundo noticiam mando de prisão de Lula • Tiros no ônibus de caravana de Lula eram balas calibre 32, diz laudo • Militantes se encontram no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo
06/04/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Veja no JN: STJ nega pedido de HC para evitar prisão de Lula • Plantão: Termina prazo para Lula se apresentar à PF • Veja no JN: Defesa de Lula recorre novamente ao STF para tentar impedir prisão • Prazo dado por Moro acaba e Lula não se apresenta à PF para cumprir pena • Lula passa a noite no Sindicato dos Metalúrgicos no ABC paulista • Ministro do STJ nega mais um pedido de habeas corpus da defesa de Lula • Em 24 Estados e no DF manifestantes se reuniram em apoio a Lula • Sala onde Lula ficará na PF em Curitiba não tem grades na porta • Polícia investiga agressão em frente ao Instituto Lula em S. Paulo

Data	Notícias
07/04/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Lula passa quase 48 horas no Sindicato dos Metalúrgicos e é preso no início da noite • Em discurso, Lula saúda políticos, lembra trajetória, critica a imprensa e justiça • Plantão: Militantes impedem a saída de Lula do Sindicato dos Metalúrgicos • Plantão: Presidente do PT, Gleisi Hoffman negocia saída de Lula • Plantão: Ex-presidente deixa Sindicato dos Metalúrgicos a pé para se apresentar a PF • Plantão: ex-presidente Lula se apresenta a polícia federal • Plantão: Lula vai de helicóptero para o Aeroporto de Congonhas • Plantão: Lula chega ao Aeroporto de Congonhas e segue rumo a Curitiba • Lula diz que se entregou para provar sua inocência • Associação Nacional dos Procuradores repudiou as declarações de Lula • Lula se entrega à PF às 26 horas depois do prazo dado por Moro • No Aeroporto de Congonhas, clima fica tenso entre policiais e apoiadores de Lula • Lula vai ficar preso numa sala especial um direito previsto por lei • Moro diz a TV chinesa que não havia razão para adiar a ordem de prisão contra Lula • Lula foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex • Fachim nega mais um pedido de recurso para Lula • Prisão de Lula repercute entre políticos de vários partidos • Imprensa internacional noticia prisão do ex-presidente Lula • No Rio, PF investiga autoria de pichações em dois prédios da Justiça federal • Estado do empresário agredido em frente ao Instituto Lula é estável • Fantástico tem cobertura completa da prisão do ex-presidente Lula • Barroso, Fux e Dodge criticam corrupção, impunidade e fake news • Presidente do PT e políticos do partido chegaram em Curitiba antes do avião de Lula • Plantão: Lula chega ao Aeroporto Afonso Pena e segue para sede PF em Curitiba • Plantão: Lula chega na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba
09/04/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Moody's muda perspectiva da nota do Brasil negativa para estável • Polícia indiciou ex-vereador Maninho do PT por lesão corporal dolosa • PM reforça segurança na área da PF de Curitiba onde Lula está preso • Marco Aurélio confirma pedido para rediscutir segunda instância no STF
15/08/2018	<ul style="list-style-type: none"> • Denúncia com base em delação deve ser rejeitada, entende turma do STF • JN esclarece citação a Lula em reportagem sobre críticas às políticas ambientais do Brasil

Fonte: elaboração própria a partir da coleta de dados (2021).

Quadro 4 – Temática Soltura

Data	Notícias
23/04/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Maioria dos Ministros da 5ª turma do STJ vota pela redução da pena de Lula no caso do triplex
23/08/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Segunda turma do STF rejeita pedido de defesa da Lula
08/11/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Após decisão do Supremo, presos por corrupção pedem liberdade • Boletim JN ex-presidente Lula deixa sala em que estava preso em Curitiba • Boletim JN Justiça concede alvará de soltura para o ex-presidente Lula • Entendimento do Supremo pode beneficiar quase cinco mil presos • Lula deixa PF após decisão do STF sobre prisão em 2ª instância • Parlamentares atuam para votar projetos sobre prisão após 2ª instância • Veja no JN Ex-presidente Lula é libertado após decisão do Supremo
09/11/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Em discurso, Lula ataca Bolsonaro, procuradores da Lava Jato e os ministros Moro e Guedes

Fonte: elaboração própria a partir da coleta de dados (2021).

Quadro 5 - Temática Liberdade/Parcialidade

Data	Notícias
23/04/2019	Boletim JN: Ministro do STJ vota por diminuir pena do ex-presidente Lula para oito anos Ministro Jorge Mussi também vota por reduzir pena de Lula Boletim JN: STJ reduz pena de Lula de 12 para oito anos e dez meses de prisão Quinta Turma do STJ mantém Condenação do ex-presidente, mas reduz pena Redução da pena de Lula possibilita pedido de progressão de regime para ex-presidente Além do caso do triplex, Lula é réu em outras seis ações penais Conselho investiga se procurador Deltran feriu decoro ao criticar Supremo
23/08/2019	Segunda turma do STF rejeita pedido de defesa da Lula
08/11/2019	Boletim JN: Justiça concede alvará de soltura para o ex-presidente Boletim JN: ex-presidente Lula deixa sala em que estava preso em Curitiba Veja no JN: Ex-presidente Lula é libertado após decisão do Supremo Lula deixa PF após decisão do STF sobre prisão em 2ª instância
09/11/2019	Em discurso, Lula ataca Bolsonaro, procuradores da Lava Jato e os ministros Moro e Guedes
23/10/2020	Ex-presidente Lula se torna réu
16/11/2020	STF libera acesso a Lula a correspondências trocadas entre a Lava Jato e outros
17/11/2020	STJ rejeita novo recurso de Lula e mantém condenação no caso do triplex do Guarujá
18/11/2020	Fachin determina que STJ julgue pedido de Lula Fachin anula condenações de Lula na Lava Jato
08/03/2021	Decisão de Fachin não repara danos causados por Moro e pela Lava Jato, diz defesa de Lula Ao anular decisões, Fachin diz que STF definiu que Lula não deveria ser julgado em Curitiba
23/06/2021	STF mantém decisão da 2ª Turma que declarou Moro parcial ao condenar

Fonte: elaboração própria a partir da coleta de dados (2021).

O recorte também se deu, em um segundo momento, com a eleição de cinco edições do Jornal Nacional contendo reportagens que representam cada uma das temáticas. Foram escolhidas notícias pontuais, por assuntos que correspondem às mudanças ocorridas ao longo da Operação Lava Jato no caso específico em análise, considerando o rito construído pelo JN desde a denúncia do Ministério Público Federal, passando pela condenação e prisão até a soltura do ex-presidente Lula e o julgamento de parcialidade praticada pelo então juiz Sérgio Moro. Neste material (Quadro 6), serão analisadas as estratégias discursivas patêmicas adotadas pelo Jornal Nacional na cobertura do caso do “Triplex em Guarujá”.

Quadro 6 - Matérias analisadas pontualmente

Período	Assunto	Temática
Março 2016	Condução Coercitiva	Investigação/ Denúncia
	<ul style="list-style-type: none"> • PF leva Lula para depor a investigadores da Lava Jato em SP • Dilma faz pronunciamento sobre a Operação Lava Jato • Investigadores: suspeitas contra Lula têm base em provas e depoimentos • Instituto Lula e Lils são investigados na Operação lava Jato • Agentes da PF fazem busca em triplex em Guarujá • Ministra do STF nega conceder liminar para suspender investigações contra Lula • Lula diz que ficou indignado por ter sido levado à força pela PF • Presidente Dilma Rousseff manifesta solidariedade ao ex-presidente • Depoimento de Lula na Lava Jato agita meio político em Brasília • Várias capitais têm manifestações contra e a favor de Lula • Ex-presidente Lula ganha destaque negativo nos principais jornais 	

Período	Assunto	Temática
	<ul style="list-style-type: none"> • Equipes que trabalhavam na cobertura do depoimento de Lula são hostilizadas em SP • Manifestantes atenderam convocação em redes sociais e bateram palmas em apoio à PF • Operação tem busca e apreensão em sítio frequentado por Lula • PF começa a analisar documentos apreendidos na 24ª fase da Lava Jato • Lula recebe em casa a visita da presidente Dilma Rousseff • Ministro do STF declara que discordou de condução coercitiva do ex-presidente 	
Setembro 2017	Condenação de Lula pelo Juiz Sérgio Moro	Processo/ Condenação
	<ul style="list-style-type: none"> • Lula é condenado a nove anos e meio de prisão • Juiz Sérgio Moro condena ex-presidente Lula a 9 anos e 6 meses de prisão • Veja as sentenças de cada um dos condenados no caso do tríplex • Sentença terá que ser confirmada pelo Tribunal Regional Federal • Condenação de Lula tem repercussão imediata no Congresso • Defesa critica Moro e diz que Lula é vítima de perseguição política • Ex-presidente Lula é réu ainda em mais quatro ações penais 	
Abril 2018	Expedição do mandado de prisão	Condenação/ Apenamento
	<ul style="list-style-type: none"> • PLANTÃO Juiz Sergio Moro ordena a prisão do ex-presidente Lula • VEJA NO JN Sérgio Moro emite mandado de prisão contra ex-presidente Lula • VEJA NO JN Moro estipula prazo para que Lula se entregue voluntariamente à Polícia Federal • Plantão: juiz Sérgio Moro ordena a prisão do ex-presidente Lula • Veja no JN: Moro estipula prazo para que Lula se entregue • Veja no JN: Sergio Moro emite mandado de prisão contra Lula • Moro decreta prisão do ex-presidente Lula, HC foi negado pelo Supremo • Moro manda PF reservar sala especial na Superintendência • Lula se reúne com cúpula do PT no Sindicato dos Metalúrgicos em SP • Políticos reagem à ordem de prisão do ex-presidente Lula • Mandado de prisão é incompatível com a garantia da presunção da inocência, diz defesa • Por 6 votos a 5, STF rejeita o pedido de habeas corpus da defesa de Lula • Dois dos três desembargadores do TRF4 mantêm a condenação de Lula • O terceiro desembargador a votar acompanha votos dos colegas • Ex-presidente da OAB tem pena diminuída em julgamento • PT afirma que o julgamento do recurso de Lula teve votos combinados • Confirmação da condenação enquadra Lula na Lei da Ficha Limpa • Lula acompanha julgamento no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC • Defesa de Lula diz que decisão do Supremo fere dignidade humana • Decisão do Supremo de negar HC a Lula repercute cena política • Supremo ainda discute prisão após segunda instância em duas ações • Após ter HC negado, Lula começa o dia em instituto em SP • Principais jornais do mundo noticiam mando de prisão de Lula • Tiros no ônibus de caravana de Lula eram balas calibre 32, diz laudo • Militantes se encontram no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo • Veja no JN: STJ nega pedido de HC para evitar prisão de Lula • Plantão: Termina prazo para Lula se apresentar à PF • Veja no JN: Defesa de Lula recorre novamente ao STF para tentar impedir prisão • Prazo dado por Moro acaba e Lula não se apresenta à PF para cumprir pena 	

Período	Assunto	Temática
	<ul style="list-style-type: none"> • Lula passa a noite no Sindicato dos Metalúrgicos no ABC paulista • Ministro do STJ nega mais um pedido de habeas corpus da defesa de Lula • Em 24 Estados e no DF manifestantes se reuniram em apoio a Lula • Sala onde Lula ficará na PF em Curitiba não tem grades na porta • Polícia investiga agressão em frente ao Instituto Lula em S. Paulo • Moody's muda perspectiva da nota do Brasil negativa para estável • Polícia indiciou ex-vereador Maninho do PT por lesão corporal dolosa • PM reforça segurança na área da PF de Curitiba onde Lula está preso • Marco Aurélio confirma pedido para rediscutir segunda instância no STF • Lula passa quase 48 horas no Sindicato dos Metalúrgicos e é preso no início da noite • Em discurso, Lula saúda políticos, lembra trajetória, critica a imprensa e justiça • Plantão: Militantes impedem a saída de Lula do Sindicato dos Metalúrgicos • Plantão: Presidente do PT, Gleisi Hoffman negocia saída de Lula • Plantão: Ex-presidente deixa Sindicato dos Metalúrgicos a pé para se apresentar a PF • Plantão: ex-presidente Lula se apresenta a polícia federal • Plantão: Lula vai de helicóptero para o Aeroporto de Congonhas • Plantão: Lula chega ao Aeroporto de Congonhas e segue rumo a Curitiba • Lula diz que se entregou para provar sua inocência • Associação Nacional dos Procuradores repudiou as declarações de Lula • Lula se entrega à PF às 26 horas depois do prazo dado por Moro • No Aeroporto de Congonhas, clima fica tenso entre policiais e apoiadores de Lula • Lula vai ficar preso numa sala especial um direito previsto por lei • Moro diz a TV chinesa que não havia razão para adiar a ordem de prisão contra Lula • Lula foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex • Fachim nega mais um pedido de recurso para Lula • Prisão de Lula repercute entre políticos de vários partidos • Imprensa internacional noticia prisão do ex-presidente Lula • No Rio, PF investiga autoria de pichações em dois prédios da Justiça federal • Estado do empresário agredido em frente ao Instituto Lula é estável • Fantástico tem cobertura completa da prisão do ex-presidente Lula • Barroso, Fux e Dodge criticam corrupção, impunidade e fake news • Presidente do PT e políticos do partido chegaram em Curitiba antes do avião de Lula • Plantão: Lula chega ao Aeroporto Afonso Pena e segue para sede PF em Curitiba • Plantão: Lula chega na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba 	
Novembro 2019	Lula deixa prisão	Soltura
	<ul style="list-style-type: none"> • Boletim JN: Justiça concede alvará de soltura para o ex-presidente • Boletim JN: ex-presidente Lula deixa sala em que estava preso em Curitiba • Veja no JN: Ex-presidente Lula é libertado após decisão do Supremo • Lula deixa PF após decisão do STF sobre prisão em 2ª instância • Em discurso, Lula ataca Bolsonaro, procuradores da Lava Jato e os ministros Moro e Guedes 	

Período	Assunto	Temática
Junho 2021	Sérgio Moro foi parcial	Liberdade/ Parcialidade
	<ul style="list-style-type: none"> • Fachin anula condenações de Lula na Lava Jato • Decisão de Fachin não repara danos causados por Moro e pela Lava Jato, diz defesa de Lula • Ao anular decisões, Fachin diz que STF definiu que Lula não deveria ser julgado em Curitiba • STF mantém decisão da 2ª Turma que declarou Moro parcial ao condenar 	

Fonte: elaboração própria a partir da coleta de dados (2021).

3.2.1 Metodologia de análise

Sob um corte horizontal, foram analisados os recursos enunciativos utilizados pelo JN como estratégias de materialidade de seu discurso com intenção de desencadear um estado patêmico no telespectador, que se comporta de acordo com o que sente pelo que foi dito de forma verbal ou por meio do que está “implícito” e também pelo formato do telejornal, seus enquadramentos, a linguagem corporal, as expressões faciais e entonação de voz dos apresentadores e repórteres, o cenário, a movimentação da câmera e seus planos, a utilização e escolha de imagens e os grafismos.

Nos imaginários sociodiscursivos estabelecidos por Charaudeau (2007), o autor elege parâmetros para identificar o estatuto estabelecido na relação entre o enunciador midiático e o sujeito responsável por gerar comportamentos enunciativos neste. Fazendo referência ao que diz Espinosa (2009) sobre os afetos, quando o indivíduo é afetado de modo apaixonado, ele reage de acordo com suas crenças e o seu grau de racionalidade. Portanto, o discurso televisivo aposta na subjetividade e na cena emocional como forma de oferecer ao telespectador um contexto pronto e enviesado que simula o real a fim de convencê-lo, aparentemente, pela razão, não pela emoção. Os vestígios do universo patêmico deixam marcas que podem ser encontradas de várias formas, conforme exemplificado acima, e que são suscetíveis de serem observadas e analisadas no contrato de comunicação estabelecido por meio do discurso.

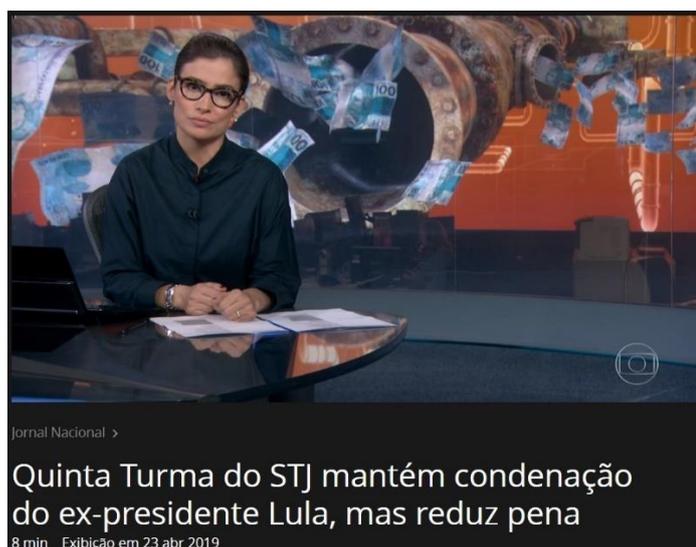
Diante dessa relação que se instaura, Charaudeau (2007) classifica tópicos polarizados de comportamentos a serem considerados para examinar o comportamento enunciativo desejado pelo enunciador para o destinatário, na comunicação televisiva, já mencionados na introdução deste capítulo: dor, alegria, angústia, esperança, antipatia, simpatia, atração e repulsa.

Durante a análise do *corpus* desta investigação, verificamos fortemente a presença dos tópicos angústia v. esperança, antipatia v. simpatia, atração v. repulsa, conforme demonstrado a seguir.

3.2.1.1 Corrupção e violência como ameaça

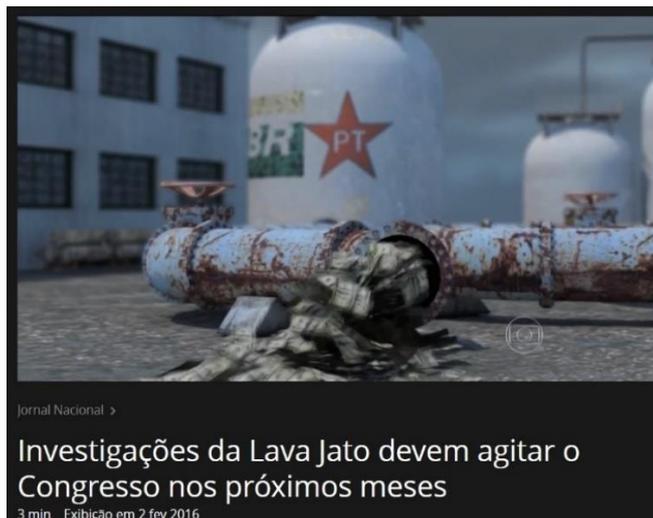
A angústia é desencadeada por uma série de reportagens abordando a corrupção no Brasil, que envolveria, principalmente, o ex-presidente Lula e políticos e empresários ligados ao Partido dos Trabalhadores. Essas matérias estão sempre associadas à crise econômica do país, à cotação do dólar e à crise no governo da então presidente Dilma Rousseff. As representações são sempre negativas e provocam sentimentos de terror, ameaça e medo. A imagem do cenário que aparece ao fundo dos apresentadores mostra muitas notas de dinheiro voando (Figura 12) e dutos enferrujados (Figura 13), fazendo alusão à destruição da Petrobrás pela corrupção. A expressão facial dos apresentadores demonstra desaprovação e desconfiança após as falas dos investigados pela Operação Lava Jato. A apresentadora geralmente está vestida de preto quando noticia alguma condenação ou algum fato “novo” sobre corrupção (Figura 12). Além disso, grafismos são mostrados como forma de explicar melhor os fatos, reportando e transcrevendo documentos e oferecendo ao telespectador uma “comprovação” de informações, ou seja, trazendo o tom de veracidade aos fatos (Figura 12).

Figura 12 - Apresentadora Renata Vasconcellos anunciando os votos dos desembargadores do STJ



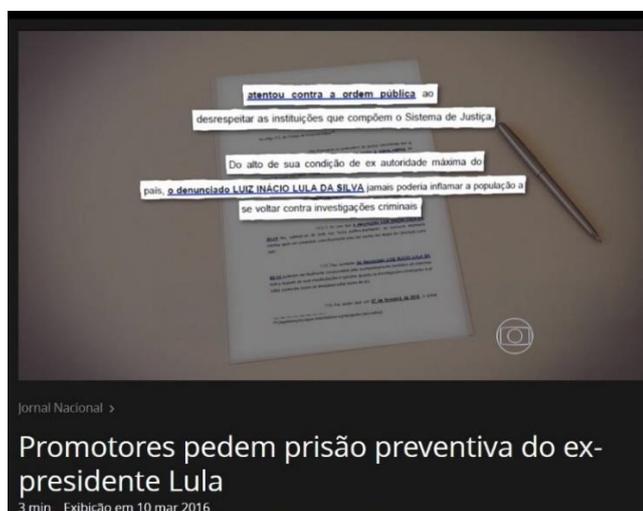
Fonte: *Globoplay*.

Figura 13 - Recurso imagético utilizado pelo JN para demonstrar ligação do PT com a corrupção na Petrobrás enquanto a matéria anuncia que a Lava Jato deverá agitar o congresso nos próximos meses



Fonte: *Globoplay.*

Figura 14 - No pedido de prisão do ex-presidente Lula, o JN destaca trecho sobre justificativa dada pelo MP de São Paulo



Fonte: *Globoplay.*

Em matéria que foi ao ar dia 27 de janeiro de 2016, Renata Vasconcellos diz que o Brasil caiu sete posições no *ranking* da percepção da corrupção, provocando e convocando os brasileiros a ficarem mais atentos. Na narração, o repórter Pedro Vedova, de Londres, imputa a culpa da queda aos governos do PT quando faz referência às datas e apela ao emocional, anunciando a quebra do encanto brasileiro pelos escândalos envolvendo corrupção de governantes. A reportagem defende, também, a importância da Lava Jato e da imprensa para tornar a corrupção visível aos olhos dos cidadãos. Durante a narração, imagens de políticos acusados e presos pela Lava Jato e da Polícia Federal são transmitidas.

Renata Vasconcellos: A organização Transparência Internacional divulgou hoje o *ranking* da percepção da corrupção de 2015. O Brasil caiu sete posições em relação ao ano anterior e obteve a pior colocação desde 2008.

Pedro Vedova: O Brasil, potência emergente, sede da Copa do Mundo e das olimpíadas. O lugar do nosso país era de destaque. Só que escândalos quebraram o encanto brasileiro. A percepção da corrupção no Brasil piorou no último ano. Foi a maior queda entre 168 países distintos. O representante da Transparência Internacional lembra do forte crescimento e a escolha como país-sede de eventos importantes. O tombo do Brasil foi do tamanho da expectativa: mensalão, o esquema bilionário da Petrobrás e a crise econômica mudaram a forma como olham para o país. Alejandro Salas explica que não dá para afirmar que o Brasil esteja mais corrupto. Ensina que a corrupção é um crime subterrâneo. Não tem como ser contabilizado. A impressão de desonestidade, sim. Aqui um contraste: quanto mais se investiga a corrupção mais ela salta aos olhos do público. A imprensa livre para divulgar a notícia e a prisão de corruptos dão a sensação de mais sujeira, mas também podem significar uma maior faxina. A percepção da corrupção é um índice relativo. Coreia do Norte e Somália são os piores da lista. Os três países vistos como mais honestos do mundo são nórdicos. Nem por isso o norte da Europa é um santuário da ética. Suécia e Finlândia são acionistas de uma empresa de telecomunicações acusada de pagar propina para garantir contratos lá no Uzbequistão onde tribunais são menos eficientes, a polícia e a mídia têm menos liberdade para investigar. O relatório prova que o jeitinho não é brasileiro, é universal (JORNAL NACIONAL, 27 jan. 2016).

Também estão incluídas na categoria “Corrupção e violência como ameaça”, as matérias sobre violência e agressividade dos “petistas” durante as manifestações a favor e contra Lula e a ameaça vermelha do comunismo (Figura 15, Figura 16 e Figura 17). O Jornal Nacional mostra cenas de agressões e pessoas machucadas ou apanhando em grandes planos e costuma entrevistar as pessoas agredidas ou que presenciaram a confusão. Geralmente, não é demonstrado como as agressões começaram e qual foi o motivo. Na maioria das vezes, o sentido dado à notícia é de que os manifestantes pró-Lula são os causadores das agressões, pondo os telespectadores em posição de ter que recusar ou partilhar o medo ou a ameaça, o que é angustiante.

Figura 15 - Manifestantes protestam contra a condução coercitiva de Lula



Fonte: *Globoplay*.

Figura 16 - Polícia bate em manifestante “a favor de Lula”



Fonte: *Globoplay*.

Figura 17 - Policiais reagem aos ataques de manifestantes a favor de Lula e acertam rosto de manifestante, que desmaia



Fonte: *Globoplay*.

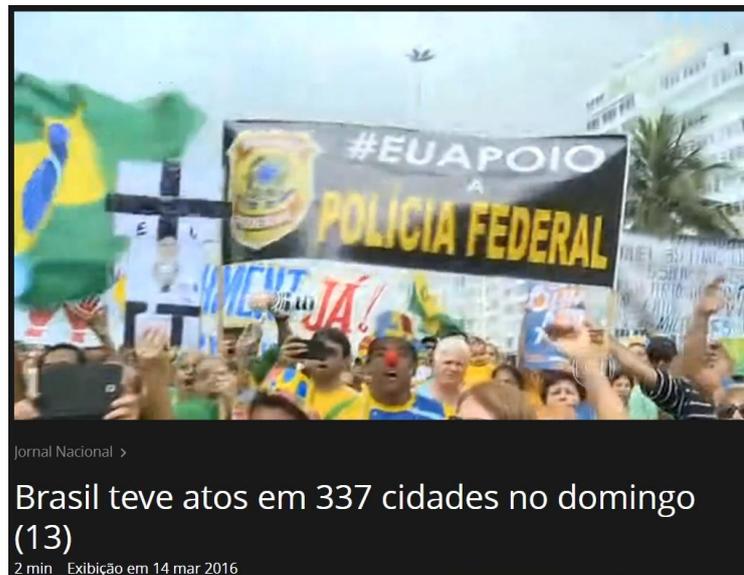
A construção da narrativa do telejornal analisado traz elementos que provocam indignação nos telespectadores, possibilitando reações angustiantes que são instauradas de uma forma passional por meio de afetos passivos, ou seja, não racionalizados.

3.2.1.2 A esperança brasileira nas mãos da Lava Jato

Conforme argumenta Charaudeau (2007), a esperança possui as mesmas características que a angústia, porém dela surge uma melhora, espera-se um benefício. As ações da Operação Lava Jato foram tratadas pelo JN como a esperança de um país inteiro para livrar-se da corrupção. Durante todo o período, o JN construiu um sentido de credibilidade em torno da Lava Jato, visando a gerar efeitos patêmicos de confiança, adoração e esperança, despertando sentimentos de “patriotismo”, “cidadania (de bem)” e “justiça”. A operação era sistematicamente noticiada

e atualizada a cada fato novo durante o período que envolveu as denúncias contra o ex-presidente Lula, colocando o telespectador em posição de partilhar ou recusar a confiança em seu desfecho (Figura 18). Para isso, eram noticiadas quantias devolvidas pela Lava Jato aos cofres públicos e pesquisas de opinião sobre a aprovação da população. Todo um aparato foi construído para receber esse espetáculo que ficará marcado na história brasileira do “*showrnlalismo*” (ARBEX JÚNIOR, 2001). Recursos visuais, entradas ao vivo, externas, movimentação de apresentadores e de câmeras em *travelling*, plantões do JN, entrevistas com juristas, comentários de parlamentares “contra a corrupção” e jornalistas, foram alguns recursos utilizados para gerar um comportamento enunciativo nos telespectadores a favor da operação e seus desdobramentos.

Figura 18 - JN destaca manifestantes com placa em apoio à Polícia Federal



Fonte: *Globoplay*.

A forma em que as diligências eram apresentadas ao público traziam o poder Judiciário e os órgãos de fiscalização (Polícia Federal e Ministério Público) como detentores da verdade, e os que se opunham a isso, denominados de “petistas”, “militantes”, “adoradores de Lula” e “a favor da corrupção”. Sob o manto da Lava Jato, o jornalismo do JN desconsiderou a presunção de inocência em seus discursos verbais enviesados, nas escolhas das fontes, na não concessão do mesmo espaço aos acusados e na escolha de ângulos e enquadramentos de acordo com o interesse narrativo de construção de uma imagem da Lava Jato como salvadora de uma pátria inteira.

Em reportagem publicada em 17 de março de 2016 sobre a repercussão do conteúdo das escutas telefônicas das conversas do ex-presidente Lula, o JN ouviu várias fontes que defenderam a

Operação Lava Jato e, segundo a passagem da repórter Camila Bomfim, “rebateram Lula”. A palavra empregada pela repórter sugere uma discussão entre Lula e as fontes, o que nunca ocorreu já que os áudios foram vazados para a imprensa sem nem mesmo ouvir o ex-presidente, que, posteriormente, falou sobre o assunto por meio de uma carta aberta. Aliás, um fato observado nesta pesquisa é que em nenhum momento o ex-presidente foi entrevistado pelo JN durante todo o curso da cobertura da operação. Suas manifestações foram feitas, na maioria das vezes, por notas públicas do Instituto Lula ou por notas e coletivas de seus advogados.

O Jornal Nacional entrevistou o então procurador da república Rodrigo Janot, que estava na Suíça, entrevistou juristas, políticos e mostrou os atos em defesa da Lava Jato organizados por juízes e procuradores. Um dos ouvidos foi o procurador do Ministério Público Federal Deltan Dallagnol (Figura 19).

Figura 19 - JN entrevista Deltan Dallagnol no ato em apoio da Operação Lava Jato



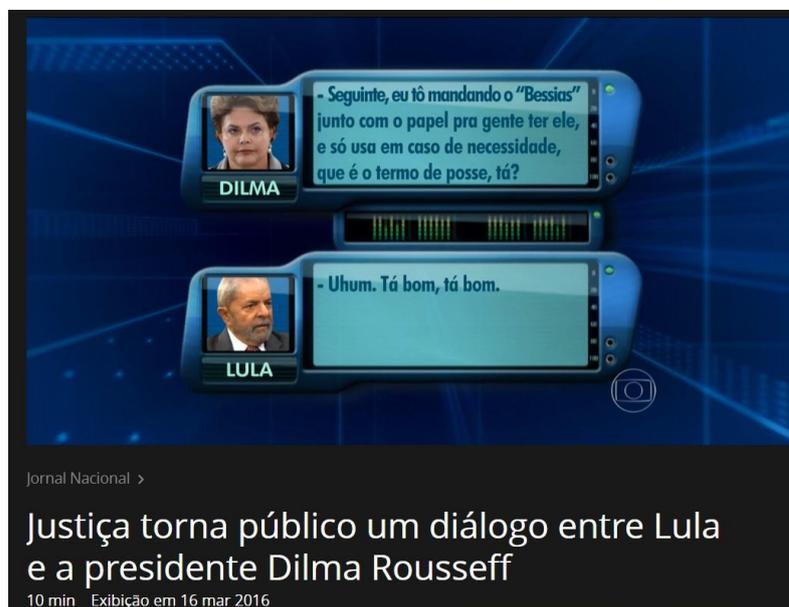
Fonte: *Globoplay*.

No trecho da fala de Dallagnol reproduzido pelo JN, ele declara:

Os atentados à investigação revelam a extensão do abuso de poder e do descaso com o Estado Democrático de Direito na República. As conversas telefônicas constituem evidências de obstrução às investigações em uma guerra desleal e subterrânea travada nas sombras, longe dos tribunais. O Estado democrático não existe sem o direito. Não há direito sem um Poder Judiciário independente. Não há independência do Poder Judiciário sem que sejam respeitadas as suas decisões. A força das investigações da Lava Jato deriva da busca da verdade e da Justiça com base em princípios e regras comungados, compartilhados com a sociedade e estabelecidos na Constituição (JORNAL NACIONAL, 17 mar. 2016).

Ainda sobre as escutas, em um primeiro momento, não se cogitou sua ilegalidade nem a forma espetacularizada com que foram divulgadas, mobilizando avassaladoramente a opinião pública com o intuito de impedir a posse de Lula como ministro da Casa Civil do governo Dilma Rousseff (Figura 20).

Figura 20 - JN reproduz diálogo gravado ilegalmente entre a então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva



Fonte: *Globoplay*.

O JN trouxe o assunto durante vários dias consecutivos devido às controvérsias sobre a legalidade do levantamento do sigilo das escutas. O STF determinou ao então juiz Sérgio Moro que enviasse o processo ao tribunal em razão da citação de pessoas com foro privilegiado.

Em uma reportagem de viés sereno, no dia 29 de março de 2016, os dois apresentadores do Jornal Nacional, em tom de desculpas, explicaram compreensivamente os motivos que levaram Moro a levantar o sigilo dos grampos, detalhando o pedido de desculpa que o hoje ex-magistrado fez ao STF (Figura 21).

Figura 21 - Renata Vasconcellos reproduz explicação e desculpas de Moro ao STF



Fonte: *Globoplay*.

Dias antes, a repórter Camila Bonfim, em transmissão ao vivo, com Willian Bonner no estúdio, já havia explicado os motivos pelos quais Moro teria levantado o sigilo das ligações:

O juiz Sérgio Moro justificou ter tornado pública aquela gravação afirmando o seguinte: a democracia, em uma sociedade livre, exige que os governados saibam o que fazem os governantes mesmo quando estes buscam agir protegidos pelas sombras. O juiz disse ainda que nesse caso de sigilo os investigados podem exercer amplo direito de defesa, assim como em outras etapas da investigação, quando as diligências são cumpridas. Sérgio Moro torna tudo público e diz que isso ainda é mais urgente em um cenário que ele chama de aparente tentativa de obstrução à justiça (JORNAL NACIONAL, 16 mar. 2016).

Observam-se traços comuns no sentido construído pelos discursos do procurador Dallagnol e de Moro. Os dois falaram em “agir pelas sombras”, como se a Lava Jato estivesse ameaçada nos diálogos privados do ex-presidente Lula, que, por essa lógica, usaria de sua influência para tentar intervir no curso da operação. Esse discurso é ratificado pelo JN no momento em que elege trechos parecidos para serem publicados.

Em outra reportagem, publicada no dia 14 de março de 2016, o apresentador Willian Bonner inicia dando ênfase à palavra “**corrupção**”, como se ela tivesse acento circunflexo na letra ‘o’:

Palavras de ordem contra o governo da presidente Dilma o ex-presidente Lula e a **corrupção** foram ouvidas ontem no Brasil inteiro. Ao todo houve atos em 337 cidades em todos os estados. Em Porto Alegre, uma faixa gigante defendia o *impeachment*. [...] Vitória teve o maior ato político de sua história. Eram milhares de pessoas nas ruas e na ponte de ligação com Vila Velha. O ato em São Paulo também foi recorde segundo o Datafolha. Superou o comício das Diretas Já, há 32 anos, e tomou toda a extensão da Avenida Paulista. O G1, portal do jornalismo da Globo na internet, apurou

que as manifestações de ontem superaram em muito o protesto de março do ano passado, o maior até então, mesmo sem a contagem de algumas cidades. Segundo a PM, eram 3 milhões e 600 mil pessoas nas ruas, 6 milhões e 900 mil, segundo os organizadores. No ano passado, a PM contou 2 milhões e 400 mil manifestantes. Os organizadores, 13 milhões de manifestantes (JORNAL NACIONAL, 14 mar. 2016, grifo nosso).

Enquanto o apresentador narra os atos realizados em diversas cidades (Figura 22), o hino nacional toca ao fundo na voz dos manifestantes de cada localidade, que são enquadrados intercaladamente por imagens aéreas e grande plano. Nota-se aí a o patriotismo como comportamento enunciativo desejado e que, para ser “patriota”, é necessário ser contra a corrupção e apoiar a Lava Jato.

Figura 22 - Willian Bonner narra as manifestações em todo o Brasil, enquanto imagens de apoio à Lava Jato são mostradas



Fonte: *Globoplay*.

Figura 23 - Reportagem de 4 de março de 2016 mostra manifestações nas janelas em vários estados enquanto o JN transmite a cobertura da Operação Lava Jato



Fonte: *Globoplay*.

Charaudeau (2007) explica que uma espécie de regra moral é instituída por meio dos efeitos patêmicos, pois, apoiada em julgamentos coletivos, exclui e sanciona os que não fazem parte do grupo, como se todos tivessem obrigação de concordar com a regra estabelecida. Dessa forma, o Jornal Nacional construiu um sentimento de que, para pertencer à pátria, seria necessário ter esperança na Operação Lava Jato, pois esta seria a oportunidade dada ao Brasil para se livrar da corrupção.

4.2.1.3 O “herói” Sérgio Moro

A construção discursiva pelo Jornal Nacional em torno do então juiz Sérgio Moro se deu dentro das categorias referenciadas por Charaudeau (2007) como simpatia e atração. Ao mesmo tempo em que ele era visto como um combatente solitário contra a corrupção, digno de ser ajudado pelo telespectador nessa tarefa de “benevolência” para com o Brasil (simpatia), ele também era lançado nas telas do JN como aquele que repara o sofrimento e a indignação de uma nação (atração). Não só ele, mas também o procurador federal Deltan Dallagnol, que exercia um papel coadjuvante, como se formassem uma dupla, tipo “Batman e Robin”. O modo de tratamento do telejornal à figura de Moro é sempre enaltecido e de admiração, mesmo diante de seus comprovados erros legais como a condução coercitiva do ex-presidente Lula, o levantamento de conteúdo parcial de conversas sigilosas interceptadas, a condenação sem provas substanciadas e, mais recentemente, a suspeição e a parcialidade.

O maravilhamento e o fervor dirigidos ao ex-juiz eram nítidos nas reportagens, colocando o telespectador em posição de apreciador da figura do magistrado. Em matéria veiculada no dia 10 de março de 2016 (Figura 24), o telejornal noticiou uma palestra de Moro em que ele declara não ter ligação com nenhum partido político ou com qualquer pessoa, apesar de sua esposa ocupar um cargo comissionado do PSDB no Paraná.

Willian Bonner: Ontem à noite numa palestra em Curitiba o juiz Sérgio Moro defendeu as investigações da Lava Jato.

Sérgio Moro: Nós temos duas alternativas: podemos fazer como se fez muito, varrer esses problemas para debaixo do tapete, esquecer que eles existem, continuar os nossos caminhos ou nós podemos enfrentar esses problemas com seriedade da forma que eles devem ser enfrentados. A partir do momento em que não há o enfrentamento do problema, nós vamos encontrar ele muito maior daqui a dois, três anos. Daqui a dez anos ou a vinte anos, é um problema maior.

Renata Vasconcellos: O juiz Sérgio Moro negou qualquer motivação partidária no trabalho dele.

Sérgio Moro: Não tenho nenhuma, zero, zero ligação com partido ou pessoa ligada ao partido. O juiz vai trabalhar avaliação dos fatos, provas, fatos e com a lei. Se tiver uma acusação formulada e tiver provada a responsabilidade criminal, tem que ser provada categoricamente, acima de qualquer dúvida razoável, o juiz pode produzir uma sentença condenatória. Se não tiver, é uma sentença absolutória. Questão de partido, de interesse ou coisa assim, não, não é o caso da minha profissão (JORNAL NACIONAL, 10 mar. 2016).

Figura 24 - Em palestra, Moro defende sua imparcialidade na condução da Lava Jato por meio de “fala” claramente construída antecipadamente (lida por ele durante o evento), no entanto, querendo fazê-la parecer espontânea



Fonte: *Globoplay*.

Com a polêmica em torno do vazamento dos áudios do ex-presidente Lula para o Jornal Nacional antes mesmo de serem anexados aos autos do processo, o programa virou defensor ferrenho dos motivos que levaram Moro a publicar as conversas. Uma enorme discussão se

insurgiu nos meios jurídicos, políticos e de imprensa. Nos dias subsequentes ao vazamento, que aconteceu em 16 de março de 2016 (Figura 25), todas as edições traziam justificativas de Moro para ter tornado público os diálogos, como também a de especialistas, constitucionalistas e ministros com entendimentos a favor e contra a medida adotada pelo magistrado. Sobrou até para a empresa responsável por executar as interceptações “legais”, que continuou gravando as ligações após cessar a determinação judicial (Figura 26). Moro tornou público áudios de conversas entre Lula e da então presidente Dilma Rousseff após o horário de término da ordem judicial, mas disse não ter observado esse “detalhe”.

Figura 25 - Vestindo preto e com expressão de desaprovação e indignação, Renata Vasconcellos anuncia as conversas de Lula e Dilma publicadas por aquele que se comprometeu a acabar com a corrupção no Brasil



Fonte: *Globoplay*.

Figura 26 - JN apresenta prova de que o juiz Moro determinou a interrupção das gravações, mas que a empresa de telefonia continuou a gravar sem autorização



Fonte: *Globoplay*.

Em tom de compadecimento, o Jornal Nacional veiculou, em 29 de março de 2016, explicações do juiz Sergio Moro ao então ministro do STF, Teori Zavascky. As explicações foram dadas pausadamente e em tom de compreensão pelos dois apresentadores do telejornal, que se revezavam e conversavam com o telespectador, olho no olho, em primeiro plano. Renata Vasconcellos, vestida de rosa claro, inicia as explicações dizendo:

Renata Vasconcellos: O juiz Sérgio Moro enviou hoje explicações ao ministro do Supremo Teori Zavascki sobre a atuação dele nas investigações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na semana passada, Teori determinou que Moro enviasse o processo ao Supremo em razão da citação de pessoas com foro privilegiado, para que o Supremo decida o que deve ser analisado na corte e o que deve ficar sob responsabilidade de Moro. O ministro criticou, ainda, a divulgação de conversas relacionadas a Lula, **interceptadas com autorização judicial**.

Moro afirmou ainda que a intenção foi cumprir a regra prevista na Constituição de dar publicidade aos processos e que seguiu o procedimento adotado desde o início da Lava Jato. Ele também **negou** qualquer finalidade político-partidária com a divulgação.

Willian Bonner: O juiz declarou que **em nenhum momento investigou pessoas com foro privilegiado** e disse que divulgou as informações porque as conversas eram relevantes, do ponto de vista criminal, para as investigações.

Renata Vasconcellos: Moro disse que os diálogos revelaram tentativa do ex-presidente Lula de obstrução à justiça, **intimidação e tentativa de influenciar indevidamente o Judiciário**, e destacou que em razão do interesse para a investigação, não pode ser considerado o direito de privacidade do ex-presidente.

Willian Bonner: Moro citou conversa de Lula com o senador Lindbergh Farias na qual, segundo o juiz, houve tentativa de intimidar um procurador e mencionou ainda um diálogo de Lula com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, no qual, segundo Moro, houve tentativa de atrapalhar a atuação da Receita Federal na Operação Lava Jato. Mas o juiz Sérgio Moro afirma que não houve comprovação de que Nelson Barbosa tenha cedido às solicitações indevidas.

Renata Vasconcellos: sobre conversa de Lula com a presidente Dilma Rousseff, Sérgio Moro afirmou que o áudio **foi divulgado** porque o fato de Lula aceitar o cargo de ministro da Casa Civil daria proteção jurídica ao investigado e que, portanto, a

questão era relevante para a investigação, mas que não viu, naquele momento, eventuais e possíveis reflexos para Dilma que justificassem enviar os áudios em sigilo para o Supremo (JORNAL NACIONAL, 29 mar. 2016, grifos nossos).

A Lava Jato já gozava de grande credibilidade nos anos anteriores ao período analisado por esta pesquisa, portanto, a construção explorada aqui teve início dois anos antes de as investigações atingirem o ex-presidente Lula. Em todas as reportagens sobre manifestações populares a favor da Lava Jato, contra a corrupção, pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e contra Lula, a imagem do juiz Sergio Moro era enaltecida e divulgada pelo Jornal Nacional.

Na reportagem exibida no dia 14 de março de 2016, enquanto o apresentador narrava, as imagens das manifestações, *closes* de pessoas caracterizadas passavam e, ao fundo, ouvia-se, em *on*, “O Moro vai te pegar” (Figura 27).

Willian Bonner: O juiz Sérgio Moro também recebeu o apoio dos manifestantes. Em Curitiba, a capital da Operação Lava Jato, tinha até máscara. No Rio, ele foi homenageado pelo ‘morobloco’, na orla lotada de Copacabana. Já em Brasília multidões pediam a saída dos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, do Senado, Renan Calheiros, e da presidente da república. O pedido de *impeachment* também levou milhares de pessoas para as ruas de Fortaleza (JORNAL NACIONAL, 14 mar. 2016).

Figura 27 - JN dá destaque ao ‘morobloco’, formado por quatro participantes



Fonte: *Globoplay*.

Figura 28 - JN destaca pessoa com máscara de Sérgio Moro



Fonte: *Globoplay*.

Assim, o Jornal Nacional ativou a simpatia e a atração dos telespectadores pela construção da imagem intelectual e positiva de benfeitor do juiz Sérgio Moro.

4.2.1.4 O “mal” chamado Lula

A narrativa do Jornal Nacional ao tratar o caso do “Triplex em Guarujá”, envolvendo o ex-presidente Lula, adota as categorias de antipatia e repulsa (CHARAUDEAU, 2007). A imagem construída do ex-presidente dá indicação sobre qual é o comportamento enunciativo desejado pelo programa.

Em vários momentos, o telejornal apresenta Lula como responsável pelo mal da corrupção, mostrando-o como perseguidor do juiz Sérgio Moro (antipatia), fazendo com que o telespectador fique indignado frente a vítima perseguida. Charaudeau (2007, p. 13) acredita que essa estratégia “[...] mobiliza crenças sobre bem e mal e sobre as relações de dominação [...] é sempre orientada contra alguém”. O autor destaca ainda que diante da antipatia, o telespectador pode ser afetado pelo sentimento de vingança e de ódio.

A figura do ex-presidente Lula aparece sempre como responsável pelos esquemas de corrupção desde à época do ‘mensalão’, em 2005. Outra característica para a configuração da antipatia é mostrar manifestações de protesto, direito de resposta, notas, provocando o telespectador a manifestar um posicionamento moralista diante da promoção de denúncias pela mídia.

Figura 29 - Jornal Nacional mostra Lula sempre no sentido de estar sendo vigiado, ou seja, de que está fazendo algo escondido e proibido



Fonte: *Globoplay*.

Antes da edição do dia 14 de setembro de 2016, o apresentador Willian Bonner entra ao vivo do estúdio do JN (Figura 30) e mostra cenas da entrevista coletiva dada pelos procuradores do Ministério Público Federal do Paraná. As imagens mostram Deltan Dallagnol apresentando um esquema de “propinocracia” (Figura 31) que seria comandado por Lula. Bonner diz:

Olá, boa tarde! O Ministério Público Federal do Paraná acaba de afirmar que o ex-presidente Lula foi (pausa) **o comandante máximo** do esquema de corrupção investigado pela Lava Jato. Os procuradores estão dando uma entrevista coletiva neste momento, em Curitiba, em que denunciam Lula e mais sete pessoas por corrupção e por lavagem de dinheiro. Um esquema que envolveria, segundo o Ministério Público, a reforma no triplex em Guarujá e um contrato para armazenamento de bens do ex-presidente. É a primeira denúncia contra Lula na Lava Jato encaminhada ao juiz Sérgio Moro. Você vai ter todos os detalhes logo mais, no Jornal Nacional. A partir das 8h40 da noite, horário de Brasília. Até lá (JORNAL NACIONAL, set. 2016, grifo nosso).

Figura 30 - Bonner anuncia, ao vivo, a denúncia dos procuradores do MPF



Fonte: *Globoplay*.

À noite, o termo “comandante máximo” foi repetido duas vezes pelo apresentador Willian Bonner e, durante a reprodução da coletiva, a edição do telejornal escolheu os recortes que o repetiam insistentemente, conjugado a outros vários termos sinônimos e adjetivados, atrelados ao nome de Lula, com o objetivo de qualificá-lo: general do governo por meio da

“propinocracia”, peça central, figura central, topo da pirâmide, comandante de esquemas, maestro da orquestra criminosa, elo essencial foram alguns deles. Após a chamada da notícia, Deltan Dallagnol entra em cena (Figura 31) e, durante toda a reportagem, é intercalada a fala dos apresentadores com as do procurador, que diz:

Trecho 1: O Ministério Público Federal acusa o senhor Luiz Inácio Lula da Silva como comandante máximo do esquema. A perpetuação do PT criminosamente no poder e o enriquecimento ilícito. O problema, nesse caso, foi o método que foi alcançado para alcançar essas finalidades. O método usado para alcançar essa finalidade foi a **corrupção**.

Trecho 2: Quem tinha poder para distribuir e efetivamente distribuiu cargos para fins arrecadatória: **Lula**. Só o poder de decisão de **Lula** fazia estratégia de governabilidade corrompida viável. **Lula** estava no topo da pirâmide do poder.

Trecho 3: É inconcebível que um líder partidário da dimensão de **Lula** não tomasse parte, mais do que isso, que ele não estivesse no comando de esquemas que revelam uma forma constante e própria de obter recursos públicos pelo Partido dos Trabalhadores. O esquema criminoso precisava ser comandado necessariamente por alguém que tinha domínio de duas máquinas: da máquina do partido e da máquina do governo. Que poder tinha o PT para obter essas propinas a partir de altos funcionários da Petrobrás, se não fosse o poder de **Lula**?

Trecho 4: Depois do mensalão, **Lula** não pode mais alegar desconhecimento de um esquema tão semelhante. Um sistema que ocorreu diretamente sob os olhares mais diretos e envolvendo as pessoas a ele mais próximas. Dessa vez **Lula** não pode dizer que não sabia de nada. Já podemos concluir que o Partido dos Trabalhadores e particularmente o **Lula** eram os maiores beneficiados dos esquemas criminosos de macrocorrupção no Brasil (JORNAL NACIONAL, 14 set. 2016, grifos nossos).

Figura 31 - Dallagnol apresenta o suposto esquema apurado pelo MPF



Fonte: *Globoplay*.

Na sequência, o advogado de Lula, Cristiano Zanin, rebate a denúncia do MPF. Willian Bonner deixa claro que o advogado se manifesta por meio de uma entrevista coletiva convocada pela defesa do ex-presidente, em que, dentre outros argumentos, afirma:

O histórico apresentado mostra claramente um cenário de perseguição. Eu não tenho dúvida de que a Lava Jato elegeu o Lula como autor de um crime. Está buscando esse crime não achou. Depois de ter feito uma devassa e hoje apresentou uma denúncia

uma acusação que é absolutamente irreal é uma tática de ilusionismo, porque atribui uma propriedade que simplesmente não existe. Então, diante dessa circunstância, eu entendo que, há, assim, um cenário de perseguição. É mais do que isso. Há uma real intenção de tirar o ex-presidente Lula do cenário político eleitoral para 2018 (JORNAL NACIONAL, 14 set. 2016).

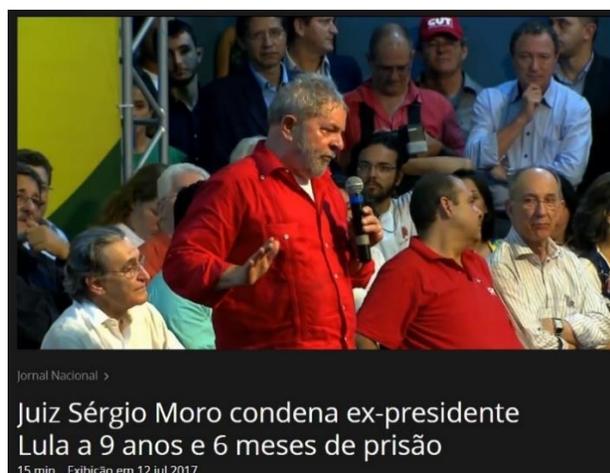
Willian Bonner completa, finalizando a reportagem:

Lembrando que a denúncia do Ministério Público não significa que os denunciados sejam culpados. Uma vez apresentada a denúncia, cabe à justiça acolher ou não as argumentações dos promotores e, se acolher, aí, sim, os denunciados se tornarão réus e serão julgados (JORNAL NACIONAL, 14 set. 2016).

A imagem negativa, de malfeitor, gera sentimento de desaprovação ou até mesmo de uma rejeição violenta à imagem de Lula, que se enquadra na categoria denominada por Charaudeau de repulsa. Uma das estratégias utilizadas por essa categoria é o silenciamento. Através dele, não se oportunizam condições para rebater ou destruir argumentos ou imagens construídas.

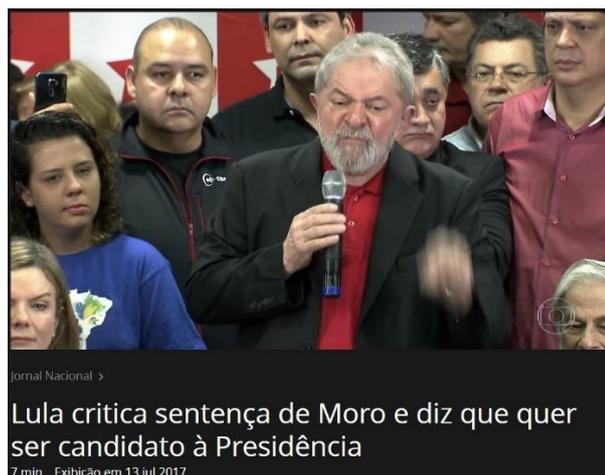
Reiterando, percebeu-se na análise deste *corpus* que o ex-presidente não foi ouvido diretamente pelo telejornal em nenhum momento. Não podemos afirmar se foi uma opção do próprio Lula ou se o telejornal “contentou-se” em noticiar apenas as notas e manifestações dos advogados de defesa, já que não se constatou nas edições analisadas nenhuma manifestação do JN sobre Lula ter se negado a falar com os jornalistas. Apesar de ter uma voz bem caricata, o ex-presidente é um bom orador e tem uma retórica carismática que o beneficia e, talvez, foi uma opção do programa não o entrevistar diretamente. Geralmente, o JN apenas reproduz pronunciamentos públicos do ex-presidente ou notas lançadas pelo Instituto Lula (Figura 32 e Figura 33).

Figura 32 - JN transmite parte do pronunciamento de Lula após o anúncio de sua condenação



Fonte: *Globoplay*.

Figura 33 - JN anuncia que Lula critica a sentença de Moro diante de correligionários



Fonte: *Globoplay*.

O fato é que a repulsa, ao mesmo tempo que repele, também atrai pela fascinação, pelo próprio sentimento de aversão e desprezo. Isso faz com que o telespectador tenha uma posição ambígua em relação à imagem do ex-presidente e, mesmo desaprovando-a, assiste ao telejornal para se informar sobre ele. Isso também pode ser uma estratégia para atrair audiência.

Foi verificado, também, que o JN costuma construir enquadramentos e reproduzir imagens do ex-presidente Lula em circunstâncias que não o beneficiam, causando uma rejeição violenta à sua imagem, inclusive tornando-o alvo de chacota por suas características físicas.

Na edição do dia 14 de março de 2016, seis meses antes da denúncia do MPF, o apresentador Willian Bonner diz, ironicamente, no momento em que é veiculada imagem de uma alegoria representando Lula vestido de presidiário com uma língua de cobra (Figura 34): “Em Maceió a jararaca, citada pelo próprio ex-presidente Lula, virou alegoria dos manifestantes contra a corrupção” (JORNAL NACIONAL, 14 mar. 2016).

Figura 34 - Alegoria veiculada pelo JN que faz referência a um pronunciamento do ex-presidente Lula após MPSP ter pedido sua prisão

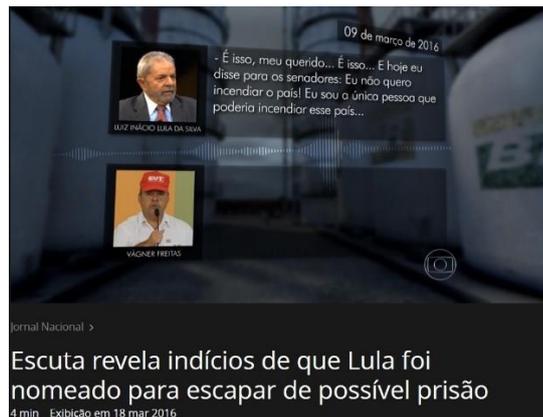


Fonte: *Globoplay*.

Além disso, Lula é mencionado como se fosse uma pessoa violenta. Sua imagem e a dos seus apoiadores, sempre que possível, são associadas pelo JN com as imagens de policiamento, seja nas manifestações ou no curso da Operação Lava Jato. Em reportagem sobre as interceptações telefônicas realizadas por Moro, publicada em 18 de março de 2016, a apresentadora Renata Vasconcellos diz, de forma enfática: “Em 9 de março, o ex-presidente Lula contou ao presidente da CUT como foi o encontro que teve em Brasília com senadores aliados. Lula disse que é capaz de incendiar o país, mas que não quer fazer isso” (JORNAL NACIONAL, 18 mar. 2016).

Mas, como se vê na reprodução da interceptação telefônica (Figura 35), Lula fala que não pretende incendiar o país, ou seja, a linguagem verbal foi utilizada pelo telejornal estrategicamente, de forma a confundir e convencer, equivocadamente, o telespectador a acreditar que o ex-presidente estava ameaçando incendiar o país, o que também vai repercutir no aparato policial com que foi recebido em Curitiba para prestar depoimento ao então juiz Moro (Figura 36). O fato de o JN mostrar a conversa em seguida não exclui a tentativa de persuasão, pois quando o apresentador faz uma afirmação, o que vem em seguida já está enviesado, fazendo com que o entendimento seja direcionado ao ato de fala anterior.

Figura 35 - Conversa telefônica entre o ex-presidente Lula e Vagner Freitas, interceptada pela Polícia Federal



Fonte: *Globoplay*.

Figura 36 - Aparato policial para receber Lula, que presta depoimento ao juiz Sérgio Moro em Curitiba



Fonte: *Globoplay*.

As imagens das manifestações captadas e veiculadas pelo Jornal Nacional constroem no imaginário coletivo e no tecido social, ainda na fase das investigações sobre o caso do “Triplex em Guarujá”, um pré-julgamento sobre a culpabilidade do ex-presidente. Em todas as edições analisadas, o boneco inflável de Lula com roupas de presidiário, apelidado de Pixuleco, aparece nas cenas em *close* (Figura 37, Figura 38, Figura 39 e Figura 40). A simbologia desse boneco se apropria de um valor do referencial simbólico do ex-presidente para construir uma imagem em seu desfavor.

Figura 37 - Imagem em *close* do boneco inflável Pixuleco



Fonte: *Globoplay*.

Figura 38 - Alegoria veiculada pelo JN no dia anterior à condução coercitiva



Fonte: *Globoplay*.

Figura 39 - Imagem veiculada no JN da manifestação após condução coercitiva e pedido de prisão pelo Ministério Público de São Paulo



Fonte: *Globoplay*.

Figura 40 - Alegoria veiculada pelo JN no dia do julgamento do recurso ao STJ contra a condenação proferida por Moro



Fonte: *Globoplay*.

Figura 41 - Imagens de manifestantes do Paraná veiculadas pelo JN



Fonte: *Globoplay*.

A partir da identificação dessas categorias, partimos para análise das estratégias do Jornal Nacional sob a perspectiva da formação do discurso de ódio na construção enunciativa dos telespectadores.

3.2.2 Estratégias discursivas patêmicas adotadas pelo Jornal Nacional na cobertura do caso do “Triplex em Guarujá”

O Jornal Nacional tem duração de aproximadamente 50 minutos e é dividido, geralmente, em três blocos. A escalada traz os principais assuntos do dia, intercalados pelas vozes de seus apresentadores, com uma música instrumental ao fundo semelhante à chamada do jornal, mas em um ritmo mais lento, porém característico de quem está trazendo novidade, ou seja, a música

traz um certo tom de suspense. Quando ao final da escalada se anuncia o jargão “está começando o Jornal Nacional, a música é acelerada e o seu volume elevado. Enquanto a vinheta é tocada, o cenário por trás da bancada com jornalistas trabalhando intensamente “na apuração da verdade” é apresentado ao telespectador.

A vinheta do JN tem um valor simbólico para o telespectador brasileiro, assim como a vinheta do plantão da TV Globo, acionando sentimentos como curiosidade e ansiedade. Gatilho disparado. Silêncio! O JN vai começar! Essa construção atravessa gerações há 52 anos e se mostra eficiente já que o programa é o maior da categoria no país, sendo referência de tempo, inclusive no dia a dia das pessoas, que marcam seus compromissos “depois do Jornal Nacional”. Toda a sistematização do JN é muito mais do que um produto para o seu público; existe uma conexão sentimental preestabelecida entre o *ethos* do enunciador e o *pathos* do destinatário. “Afinal, os textos audiovisuais, inclusive os televisivos, não devem mesmo ser vistos apenas como um meio para retransmitir, difundir, e reproduzir valores, estéticas e conteúdos, mas para fazer e criar a cultura contemporânea, constituída [...] por sistemas de reprodução do som e da imagem” (BECKER, 2012, p. 247).

Escolhidos em ordem cronológica, os assuntos a que se dedicam as reportagens analisadas nesta seção representam diferentes momentos da Operação Lava Jato no caso do “Triplex em Guarujá”, nos quais foram tomadas decisões judiciais importantes e, conseqüentemente, tiveram repercussão na imprensa. As reportagens selecionadas correspondem às mudanças ocorridas ao longo do processo judicial do caso em análise, considerando o rito construído pelo JN. Compreendem o dia da denúncia oferecida pelo MPF, passando pela condenação e prisão do ex-presidente Lula, realizadas por Sérgio Moro, por sua soltura, autorizada pelo julgamento favorável do STF relativo à prisão em 2ª instância, até a comprovação, também pelo STF, da parcialidade do referido juiz e a anulação de todos os processos relativos à responsabilização criminal de Lula (Figura 42). Serão analisadas as estratégias discursivas patêmicas adotadas pelo Jornal Nacional referentes à construção da imagem do ex-presidente Lula.

Figura 42 - Aberturas das reportagens na seqüência temporal por temas: Investigação/Denúncia, Processo/Condenação, Condenação/Apenamento, Soltura, Liberdade/Parcialidade



Fonte: *Globoplay*.

O comportamento regular do Jornal Nacional mostra que o telejornal desde o início da 24ª fase da Operação Lava Jato, em janeiro de 2016, utiliza-se da dramatização, da espetacularização e do silenciamento como estratégias geradoras de efeitos patêmicos. A começar pelos apresentadores, que, por suas expressões corporais, dão, mesmo que inconscientemente, ênfases e pausas mais ou menos curtas nas palavras; sinais de aprovação ou reprovação, por suas expressões faciais, sobre o que foi dito por alguém; interpretações calorosas na leitura de algumas notas, mas frias em outras, enfim, uma série de efeitos que irão significar algo ao alcançar os telespectadores.

Aliado a isso, o movimento das câmeras e seus planos de enquadramento mostram dinamismo e despertam um sentimento de urgência e importância nas reportagens. Durante todo o processo de análise, ficou nítida a desaprovação dos apresentadores em face da argumentação de defesa do ex-presidente (Figura 43 e Figura 44), por meio de notas dos advogados ou de discursos do próprio Lula captados em eventos públicos. Willian Bonner e Renata Vasconcellos deixam transparecer, pelo não dito, que a Lava Jato seria a esperança contra a corrupção sistêmica no país e que Lula estaria mentindo.

Figura 43 - Expressão facial de Bonner indicando desaprovação após serem veiculadas sonoras do advogado Cristiano Zanin e do ex-presidente Lula



Fonte: *Globoplay*.

Figura 44 - Expressão facial de Renata Vasconcellos indicando desaprovação durante a explanação das notícias, ao ouvir o áudio das interceptações telefônicas entre Lula e Dilma e após serem veiculadas sonoras favoráveis ao ex-presidente Lula



Fonte: *Globoplay*.

Os apresentadores também costumavam, sutilmente, expressar ironia após veiculação de sonoras do ex-presidente ou de alguém que estivesse em sua defesa ou nas votações do STF

favoráveis a ele (Figura 45), ao passo que eram bastante enfáticos quando a informação o prejudicava (Figura 46).

Figura 45 - Expressão facial de Bonner ironizando afirmações do ex-presidente e decisões que o beneficiavam



Fonte: *Globoplay*.

Figura 46 - Expressão dos apresentadores enfatizando palavras



Fonte: *Globoplay*.

Há, por outro lado, imagens que demonstram o contentamento dos apresentadores no anúncio de informações desfavoráveis a Lula ou em defesa da Lava Jato e de Moro (Figura 47).

Figura 47 - Apresentadores com semblantes de esperança e admiração no anúncio das manifestações contra a corrupção e a postura de Moro em relação a Lula



Fonte: *Globoplay*.

Somados às gesticulações faciais, na dramatização das notícias, os enquadramentos fechados dão maior importância e seriedade às informações, assim como os movimentos em *travelling* e *zooms* das câmeras passam a sensação de ação. “E, note-se, quanto mais fechados, mais importante é a notícia – ou o trecho dela – em questão. Esta linguagem, tão comum no cinema, passa a ser usada com ênfase, por exemplo, no Jornal Nacional da rede Globo” (PINTO, 1997, p. 118). Willian Bonner e Renata Vasconcellos interpretam, usam e abusam de movimentos das mãos e de cabeça, olhares penetrantes para as câmeras, movimentos corporais, como andar pelo

estúdio e distanciar-se da bancada para fazer o ao vivo, tudo para narrar a “série” anticorrupção. A dramatização também inclui o pano de fundo que ilustra o que está sendo dito, que, neste caso, eram, na grande maioria das vezes, dutos enferrujados com muitas notas de dinheiro saindo por eles ou voando (Figura 48).

Figura 48 - Pannel de fundo mostra imagens de dutos enferrujados da Petrobrás e muito dinheiro, para retratar o que foi intitulado por Dallagnol de “propinoduto”



Fonte: *Globoplay*.

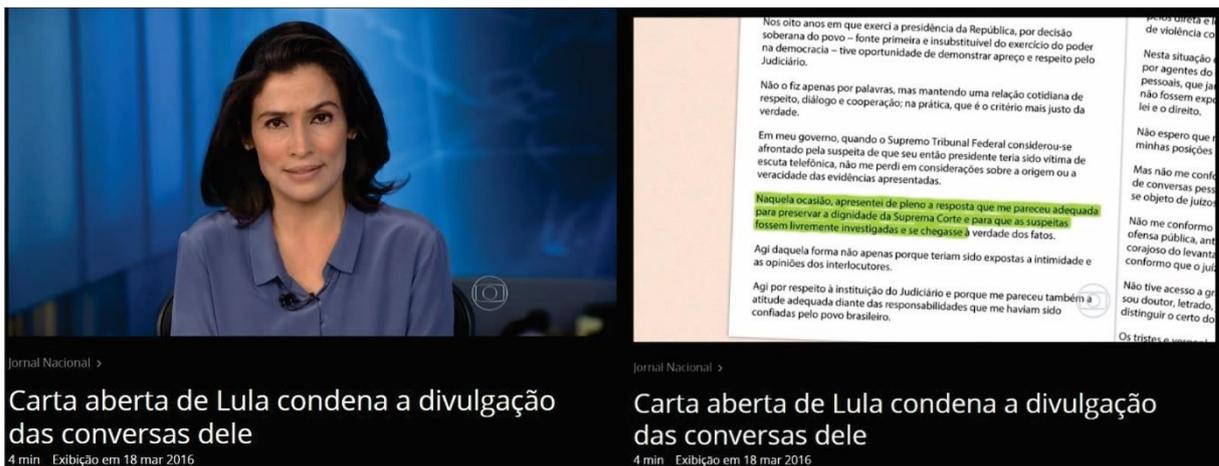
A rejeição a Lula e ao PT é apresentada de forma indireta e mostra-se mais intensamente até o período compreendido pela temática Condenação/Apenamento (24 de janeiro a 15 de agosto de 2018). Nas temáticas dos períodos subsequentes (Soltura, Liberdade/Parcialidade), fatos novos sobre o processo do “Triplex em Guarujá” não mais apareciam em primeiro lugar nas escaladas do programa e, às vezes, nem apareciam. No dia 9 de abril de 2018, primeira edição após a prisão do presidente, a única matéria relacionada ao PT e a Lula era sobre o indiciamento do ex-vereador Maninho do PT, acusado de agressão após se envolver em uma discussão pela defesa de Lula. No dia 10 de abril de 2018, a única notícia relacionada era sobre a proibição da visita de governadores ao ex-presidente, determinada pela juíza responsável. O JN, por outro lado, ignorou completamente as vigílias denominadas de “Acampamento Lula Livre”, em frente à sede da PF, em Curitiba, onde Lula cumpria pena.

Também ficou perceptível na estratégia narrativa do JN uma tentativa de padronização no tratamento das manifestações sobre o processo apresentadas pelo ex-presidente Lula e pelo então magistrado Sérgio Moro. Nenhum dos dois era entrevistado diretamente pelo telejornal. Geralmente, eram lidas suas notas e interpretados seus despachos, enquanto, simultaneamente, eram transmitidas imagens de documentos com destaques em parte do conteúdo ou dos personagens em questão. Essa estratégia revela a intenção do veículo em mostrar-se imparcial na cobertura do caso, mas, mesmo adotando tal formatação, o modo de apresentação e os elementos constituintes das escolhas narrativas eram prejudiciais ao ex-presidente Lula.

Tomemos como exemplo, a comparação entre a reprodução carta aberta publicada por Lula após as divulgações das escutas telefônicas e o pedido de desculpas de Moro ao STF por ter

divulgado os “grampos” sem a permissão do referido tribunal. De forma fria e direta, a apresentadora Renata Vasconcellos diz: “Na noite de ontem, depois de toda a repercussão da divulgação dos grampos no Brasil e no exterior, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva divulgou uma carta aberta (Figura 49). O texto diz o seguinte [...]” (JORNAL NACIONAL, 18 mar. 2016). Na sequência, Willian Bonner faz uma leitura da carta, também fria, quase robótica, enquanto o marcador de texto segue, simultaneamente, mostrando na imagem a parte lida pelo apresentador, que não aparece na reportagem.

Figura 49 - Renata introduz friamente a notícia sobre a carta aberta de Lula e, em seguida, Bonner a lê, também em tom de frieza, de forma rápida e ignorando as pausas de pontuação



Fonte: *Globoplay*.

Já no pedido de desculpas de Moro, os dois apresentadores se intercalaram para explicar, em detalhes, as justificativas que levaram o ex-juiz a determinar a condução coercitiva (Figura 50). Em tom sereno e compreensivo, eles esmiúçam os argumentos apresentados ao STF pelo então magistrado, transmitindo ao telespectador o sentimento de que ele estaria sendo coagido por ter tomado essa decisão e, diante da intimidação, para não sofrer consequências, pedia desculpas.

[...]

Willian Bonner: No texto, Sérgio Moro **reconheceu** que, diante da controvérsia decorrente do levantamento do sigilo das escutas telefônicas, a decisão tomada por ele pode ter trazido polêmicas e constrangimentos desnecessários e pediu **respeitosas escusas** ao Supremo Tribunal Federal.

Renata Vasconcellos: Moro afirmou ainda **que a intenção foi cumprir a regra prevista na Constituição de dar publicidade aos processos** e que seguiu o procedimento adotado desde o início da Lava Jato. **Ele também negou qualquer finalidade político-partidária** com a divulgação.

[...]

Willian Bonner: O juiz declarou que **em nenhum momento investigou pessoas com foro privilegiado** e disse que divulgou as informações porque as conversas eram relevantes, do ponto de vista criminal, para as investigações (JORNAL NACIONAL, 16 mar. 2016, grifos nossos).

Figura 50 - Vasconcellos e Bonner fazem elucubrações e interpretam dramaticamente as explicações de Moro



Fonte: *Globoplay*.

A análise permitiu constatar, ainda, que o tratamento e o espaço dados aos grupos “a favor de Lula” e “anticorrupção” foram bastante desiguais. Todas as imagens beneficiavam o segundo grupo, representado pelas cores da bandeira brasileira e massivamente pela classe média em todos os seus níveis. Eles bradavam contra a corrupção do ex-presidente Lula, mas, intrinsecamente, existiam outros motivos, relativos à luta de classes, que, à época do governo Lula, ficou mais latente por causa de suas políticas inclusivas, tanto na área social quanto na educação e na saúde. Os autointitulados “cidadãos de bem” eram representados por imagens pacíficas e, na maioria das vezes, como vítimas das agressões dos que tinham o político Lula como “bandido de estimação” e que, conforme supunham os “anticorrupção”, queriam mudar a cor da bandeira do Brasil para o vermelho, fazendo alusão ao regime comunista, regime que, no imaginário deste grupo, o PT pretendia implementar no país (Figura 51).

Figura 51 - Imagens das manifestações mostram cartazes contra Lula e PT



Fonte: *Globoplay*.

O JN, por outro lado, oferta uma imagem de violência e agressividade aos que não concordavam com o tratamento dado ao ex-presidente Lula durante a Operação Lava Jato, que corroborava para intensificar à ilusão da “ameaça vermelha” no tecido social, trazendo de volta o estereótipo

de “ódio ao comunismo”. Frases como “Nossa bandeira jamais será vermelha!” e “Vai prá Cuba!”, que eram direcionadas aos partidos de esquerda, principalmente ao PT, e aos não favoráveis às diligências da Operação Lava Jato, apareciam em alto e bom tom nas sonoridades de imagens externas das manifestações. Outra característica a ser destacada é a associação da imagem de Lula e dos “militantes” petistas à repressão policial, dando a entender que se tratam de figuras perigosas à sociedade. Como assevera Moretzsohn (2017, p. 69),

Os símbolos e o imaginário anacrônicos correspondiam a uma visão de mundo igualmente arcaica, mas de fácil assimilação, sobretudo em tempos de crise: assim, o anticomunismo de ontem equivale ao antipetismo de hoje, com a mesma carga de virulência, ignorância e ódio de classe.

Além da imagem de mentiroso e corrupto, Lula também foi representado, durante o período abarcado nesta análise, como culpado por querer transformar o Brasil em um país socialista. Isso se deve ao fato de ele ter dado oportunidade e voz às maiorias minorizadas, da qual também é originário. Em nenhum momento foi oportunizado algum debate em torno desse tema, havendo um silenciamento do telejornal sobre os motivos pelos quais o país passava por tamanha polarização, reduzindo o debate apenas às paixões ilusórias que se transformavam em discussões e brigas nas ruas, sendo estas, por sua vez, de grande interesse do noticiário.

O que está autorizado e o que deve ser dito não alcança, muitas vezes, a percepção dos telespectadores, mesmo havendo uma escolha sobre o que é permitido ou não dizer. Para Orlandi (2015, p. 79), o silenciamento, “[...] pela decisão de um poder de palavra”, é a interdição manifesta da circulação do sujeito, dando a ele o lugar determinado por quem detém os recursos e a autoridade necessários à produção de sentidos. Nesse sentido, nota-se que a escolha do JN foi dar uma carga maior ao “escândalo” da corrupção provocada pelo PT do que ao problema sistêmico propriamente dito, e não se propor a debatê-lo na dimensão que realmente ele tem.

Notamos, também, que todo o discurso do telejornal trazia como viés a culpabilidade do ex-presidente, mesmo que isso não fosse dito em seu discurso verbal. Para Machado (2001), as análises e suas significações podem promover um aprofundamento sem ser necessário apoiar-se na crença de que as palavras são a única fonte da verdade.

Ao contrário da linguagem verbal, as imagens não podem ser classificadas num dicionário. São constituídas como os comportamentos, as atitudes, e os gestos de certa fluidez, formas, cores e enquadramentos, o que as torna difíceis de descrever e interpretar. Se os discursos verbais geralmente desenrolam-se ao longo de uma linha temporal, as imagens são constituídas através do olhar em determinados espaços de representação visual, não seguem, por isso, uma linha de orientação lógica e cronológica (BECKER, 2012, p. 239).

Diante desse olhar, constatamos em nossa análise que o não dito tem uma forte influência na construção dos sentidos desejados pelo JN.

No dia 4 de março de 2016, O JN noticiou a condução coercitiva do ex-presidente para prestar depoimento à Polícia Federal no Aeroporto de Congonhas. Nessa edição, das 18 reportagens transmitidas pelo telejornal, 13 eram sobre o assunto. O anúncio de que Lula foi levado pelos policiais para depor, feito por Willian Bonner, utilizou recursos visuais especiais, como *zoom in* e troca de angulação de câmeras. Em seguida, o apresentador diz:

Os policiais federais levaram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para depor a investigadores da Operação Lava Jato hoje de manhã numa sala do aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Ele foi o alvo central da 24ª fase da operação que recebeu o nome de *Aletheia*. Em grego, essa palavra significa **a busca da verdade** (JORNAL NACIONAL, 4 mar. 2016, grifo nosso).

Figura 52 - Momento em que o apresentador Willian Bonner acaba de dizer a expressão “busca da verdade”



Fonte: *Globoplay*.

Durante a cobertura da condução coercitiva, o JN justifica a decisão de Sérgio Moro querendo fazer parecer que a Lava Jato só decidiu por esse formato de depoimento para proteger a ordem pública e também o ex-presidente Lula. A alegação é controversa, pois a própria reportagem mostra imagens feitas de um helicóptero que acompanhou a diligência e não há menção de que as imagens tenham sido cedidas pela PF. Os jornalistas já estavam a postos em frente ao local onde Lula foi levado para depor; a TV transmitia imagens ao vivo. Portanto, o argumento não se sustenta, já que a condução se tornou um verdadeiro espetáculo midiático, que não preservou em nada a imagem do ex-presidente e não conteve as manifestações e enfrentamentos entre os dois polos.

O repórter José Roberto Burnier, que acompanhava as movimentações externas próximas ao local do depoimento, reafirmou a postura tomada pela PF em relação à preocupação com a segurança:

Eram seis da manhã quando a Polícia Federal bateu à porta do apartamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Bernardo do Campo, onde ele mora. De acordo com os procuradores da Operação Lava Jato, Lula recebeu os policiais com tranquilidade. **Para não chamar a atenção**, Lula saiu num carro **sem o logotipo da PF** por volta das sete da manhã, mas ele não foi para a sede da Polícia Federal, na Zona Oeste de São Paulo, **para onde os intimados costumam ser levados**. Ele percorreu cerca de 25 quilômetros entre São Bernardo do Campo e a zona sul de São Paulo, onde fica o Aeroporto de Congonhas. **Por questões de segurança**, o ex-presidente Lula foi trazido aqui para **a ala de autoridades do aeroporto de Congonhas**. É uma área militar mais protegida. Durante mais de três horas, Lula prestou depoimento numa sala que **normalmente é usada pela Presidência da República** (JORNAL NACIONAL, 4 mar. 2016, grifos nossos).

No texto, há uma preocupação em dizer que Lula merece cuidados especiais e que, por isso, teria sido tratado de forma diferente; teria havido uma preocupação da PF em preservar a imagem do investigado, em vez de se criar alarde sobre o acontecimento, para não atrair grupos a favor e contra o ex-presidente, visto que confrontos já teriam ocorrido em outros momentos. Dizer que Lula merece cuidados especiais pode gerar mais antipatia e repulsa e, talvez, tenha sido essa a real intenção, já que em vários momentos da cobertura “anticorrupção” é afirmado que a lei é para todos, o que, assim como a esperança pelo fim da corrupção, é também um desejo coletivo latente. Portanto, produzir o sentimento de que o juiz está sendo bondoso (simpatia) com o Lula e que só faz isso pois ele tem privilégios depõe muito mais desfavoravelmente ao acusado do que a favor, porque gera um sentimento de indignação.

Os apresentadores fundamentam mais uma vez a condução coercitiva enquanto a imagem de Moro é veiculada: “A justificativa do Ministério Público para a condução coercitiva do ex-presidente é que a medida era necessária para evitar tumultos políticos como o ocorrido no Fórum Criminal da Barra Funda, em fevereiro, quando pessoas ficaram feridas” (JORNAL NACIONAL, 4 mar. 2016). No entanto, o repórter que cobre o local do depoimento afirma, enquanto as imagens do enfrentamento de grupos adversários são veiculadas:

Assim que a notícia foi divulgada, manifestantes começaram a se aglomerar em frente ao apartamento de Lula. Não demorou muito e começou uma confusão. A Polícia Militar tentou manter os grupos a favor e contra em lados separados. Teve socos chutes e muita gente machucada. E muita briga (JORNAL NACIONAL, 4 mar. 2016).

Figura 53 - Enquanto o repórter externo José Roberto Burnier narra em *off*, imagens mostram brigas e focam em uma pessoa ferida vestindo verde e amarelo e um homem de camisa vermelha avançando em direção a alguém e sendo contido



Fonte: *Globoplay*.

Burnier faz a passagem e continua a narrar, desta vez, com imagens dentro do Aeroporto de Congonhas, de onde se ouviam manifestantes gritarem ao fundo da narração: “A nossa bandeira jamais será vermelha!” Sobre o fundo da sonora, o repórter descrevia a cena:

A cena se repetiu em frente ao Aeroporto de Congonhas. Manifestantes a favor e contra o ex-presidente entraram em confronto. Sobrou provocação prá todo lado. Bem em frente à sala onde Lula estava depondo no saguão, muita gente e mais discussão. O professor Luizinho, um dos fundadores do **Partido dos Trabalhadores**, estava no aeroporto. Ele chegou a ser investigado no esquema do mensalão e foi absolvido. Ele discutiu com uma passageira e mostrou uma cueca e fez com a mão a letra L de Lula (ouvem-se gritos “L de ladrão!”). Um pequeno grupo de manifestantes soltou fogos no canteiro central da avenida que fica em frente ao aeroporto. O trânsito parou nos dois sentidos (JORNAL NACIONAL, 4 mar. 2016, grifo nosso).

Figura 54 - À esquerda, manifestantes gritam “A nossa bandeira jamais será vermelha!”, enquanto o professor Luizinho observa; à direita, Luizinho discute com uma mulher



Fonte: *Globoplay*.

No dia 12 de julho de 2017, o Jornal Nacional mostra em detalhes tudo sobre a condenação do ex-presidente Lula. A notícia encabeça a escalada enquanto a música instrumental de abertura toca em tom fúnebre (Figura 55). A apresentadora Renata Vasconcellos está vestida de preto e Willian Bonner anuncia:

Boa noite! Nove anos e meio de prisão para o ex-presidente Lula! O juiz Sérgio Moro declara **culpado** de corrupção e lavagem de dinheiro por ocultar a propriedade do triplex em Guarujá. Moro analisa provas documentais periciais e testemunhais e afirma na sentença: “a única explicação para a ausência de esclarecimentos concretos é que, infelizmente, **o ex-presidente faltou com a verdade** em seus depoimentos”. **Nunca antes no país** um ocupante da Presidência tinha sido condenado por crime comum. A defesa diz que o julgamento ataca a democracia e tem motivação política. Lula vai poder recorrer da sentença em liberdade (JORNAL NACIONAL, 12 jul. 2017, grifos nossos).

Figura 55 - A abertura da reportagem traz ao fundo uma imagem do ex-presidente com o semblante de derrota e tristeza



Fonte: *Globoplay*.

Bonner utiliza-se de ironia, mesmo mantendo o semblante sério, quando parafraseia o ex-presidente com o jargão “nunca antes no país”, conhecido por ser caricato à Lula. Durante o transcurso da matéria, o apresentador enfatiza que a sentença de Moro explica “minuciosamente” os motivos da condenação e que, mesmo não havendo registro documental imobiliário que prove a propriedade do triplex a Lula, o processo não se trata de um exame meramente formal da titularidade, pois existem provas testemunhais e periciais, e que o argumento da defesa é manifestamente insustentável. A edição traz, ainda, opiniões de deputados, senadores e outras autoridades. Durante passagem feita de Brasília pela repórter Camila Confin, depois de ouvidos dois parlamentares do Partido dos Trabalhadores, afirma:

Petistas já aguardavam essa sentença e já tinham uma estratégia definida para desqualificar a decisão do juiz Sérgio Moro. O tom dos discursos era apontar falta de provas e que delações não são suficientes para condenar. A senadora Gleisi Hoffmann, ré na Lava Jato e presidente do PT, diz que confia na absolvição de Lula em outra instância (JORNAL NACIONAL, 12 de jul. 2016).

Nos dias que se seguiram, o JN repercutiu a condenação do ex-presidente e passou a construir um sentido de que a justiça atinge a todos (Figura 56). Entrevistou o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que elogiou e ratificou a sentença de Moro, dizendo que leu e que, gostem ou não, era muito bem fundamentada. O magistrado ressaltou, ainda, que a justiça está aí para todos. Na mesma edição, o programa traz novamente reportagem com o representante da ONG Transparência Internacional, fonte recorrente durante o período da 24ª fase da Lava Jato, pedindo garantias para que a operação seguisse em frente sem interferências políticas.

Figura 56 - Reportagem ratifica a seriedade e imparcialidade de Moro



Fonte: *Globoplay*.

Na semana da decretação da prisão do ex-presidente Lula, as edições do telejornal dos dias 5, 6 e 7 de abril de 2018 foram dedicadas quase que exclusivamente ao assunto. Na escalada do dia 5, quando foi decretada a prisão, Bonner e Renata fazem a chamada para as matérias enquanto as fotos dos dois personagens principais da narrativa aparecem na tela (Figura 57).

Willian Bonner: Boa noite. Quinta-feira, 5 de abril!

Renata Vasconcellos: O juiz Sérgio Moro expediu um mandado de prisão de Luiz Inácio Lula da Silva!

Willian Bonner: Moro concede ao ex-presidente o direito de se apresentar voluntariamente à Polícia Federal, em Curitiba, até as cinco da tarde de amanhã!

Renata Vasconcellos: Em nome da dignidade do cargo que ocupou, reservaram uma sala especial para prisão na Superintendência da PF.

Willian Bonner: E proíbe o uso de algemas.

Renata Vasconcellos: O ofício do juiz Moro foi expedido 18 horas depois de concluído o julgamento do Supremo Tribunal Federal, que rejeitou o pedido *de habeas corpus* de Lula.

Willian Bonner: O PT afirma que o julgamento foi uma violência.

Renata Vasconcellos: E que não vai desistir de evitar a prisão do ex-presidente.

Willian Bonner: Você vai ver em um minuto no Jornal Nacional (JORNAL NACIONAL, 5 de abr. 2018).

Figura 57 - JN apresenta imagens contrastantes de Moro e Lula em seqüência



Fonte: *Globoplay*.

Ao todo, foram nove plantões e cinco chamadas “Veja no JN”, transmitidas também pelas redes sociais, sendo que sete dos plantões aconteceram no dia 7 de abril. O espetáculo midiático havia chegado ao seu clímax. Nas chamadas para o JN do dia 5, a apresentadora Renata Vasconcellos transmitia alegria em dar a notícia da “oferta” de Moro para que o condenado se apresentasse voluntariamente à PF até o dia seguinte, reforçando o sentido de benevolência atribuída pelo telejornal a ele (Figura 58).

Figura 58 - Renata Vasconcellos com semblante de felicidade ao dar a notícia sobre o prazo estabelecido por Moro para que Lula se apresentasse para o início do cumprimento da pena



Fonte: *Globoplay*.

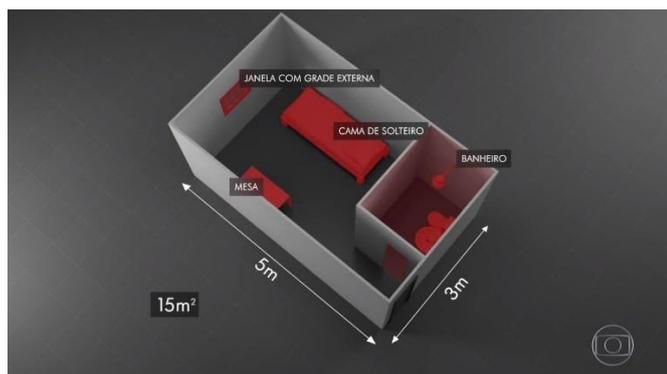
As edições dos dias 5, 6 e 7 de abril de 2018 concentram todo o discurso construído em desfavor do ex-presidente Lula durante as investigações do caso do “Triplex em Guarujá”: exaltação de Lula como culpado e dissimulado, da Lava Jato como a solução para acabar com a corrupção e de Moro com o “salvador” do Brasil. O “bem” tinha vencido o “mal”. As reportagens traziam os sentidos que vinham sendo construídos durante a cobertura do caso, condensados em três

edições. Juristas, ministros do STF, políticos davam opiniões sobre a prisão do ex-presidente. Agora, o juiz bonzinho aguardava o bandido se entregar à polícia e até deu a chance de ele ir sem precisar usar algemas. No Plantão do JN, Renata Vasconcellos disse:

O juiz Sérgio Moro acaba de ordenar a prisão do ex-presidente Lula. Moro tomou a decisão assim que recebeu um ofício do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em que afirma que não há mais nenhum obstáculo ao cumprimento da sentença. O prazo para que o ex-presidente Lula se apresente **voluntariamente** à Polícia Federal de Curitiba vai até amanhã **às cinco horas da tarde** e determina que **não sejam usadas algemas em nenhuma hipótese**. Lula foi condenado em segunda instância a 12 anos e um mês de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex (JORNAL NACIONAL, 5 de abr. 2018, grifos nossos).

O telejornal também fez questão de mostrar o tratamento diferenciado que o ex-presidente receberia e que a prisão não seria tão ruim para ele, inclusive, mostrando o *layout* da cela em que o ex-presidente ficaria (Figura 59). Em meio às matérias, foram apresentados casos semelhantes de ex-presidentes de dois países – da Coreia do Sul e da África do Sul, respectivamente, condenado e acusado por corrupção –, fazendo, claramente, uma alusão ao caso brasileiro. A expressão facial de desaprovação de Bonner é nítida ao final da transmissão da reportagem.

Figura 59 - JN mostra a cela “generosa” que estava preparada para receber o ex-presidente



Fonte: *Globoplay*.

Enquanto o “maestro da orquestra criminoso” estava na iminência de ser preso, o “herói” dava entrevista para um canal norte-americano e o JN noticiava. Todo um aparato foi montado para a cobertura da prisão do “comandante máximo da corrupção”. Helicópteros perseguiram o trajeto de Lula desde o anúncio da expedição do mandado de prisão. Equipes de reportagem estavam nas ruas e as informações eram dadas ao vivo de tempo em tempo. O noticiário do JN acompanhou por três dias a trajetória de Lula até sua apresentação à PF com todos os recursos de um filme policial hollywoodiano, mas ignorou o pronunciamento do ex-presidente em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, utilizando-se da transmissão da

Televisão dos Trabalhadores (TVT) para transmitir o pronunciamento à noite, no telejornal (Figura 60 e Figura 61). Verificou-se nesse caso, uma preocupação maior com a forma do que propriamente com o conteúdo.

Figura 60 - Expressão de Giuliana Morone enquanto Dilma lê a oração de São Francisco, em imagens transmitidas no JN do canal TVT



Fonte: *Globoplay.*

Figura 61 - Imagens do canal TVT, transmitidas no JN sem autorização



Fonte: *Globoplay.*

Enquanto Lula mantinha-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, para onde foi desde o anúncio da ordem de prisão e ali permaneceu até sua apresentação à PF, no sábado, dia 7 de abril de 2018, helicópteros sobrevoavam e captavam imagens como se estivessem em busca de um foragido (Figura 62), apesar de o JN mostrar, por meio de entrevistas de juristas, que Lula não podia ser considerado foragido, pois não havia descumprido nenhuma determinação judicial; só recusou a oferta de se apresentar voluntariamente no horário determinado.

Figura 62 - Imagens aéreas da movimentação do ex-presidente Lula após a ordem de prisão



Fonte: *Globoplay*.

Durante três dias, foram noticiados, de forma enviesada e depreciativa, ataques de “vândalos” à prédios públicos e ao prédio de uma ministra do STF (Figura 63), confusões que teriam sido causadas pelos apoiadores de Lula e militantes do PT, ameaças à imprensa que seriam estimuladas pelo ex-presidente e o pior: tudo “por causa do autoritarismo de quem quer o poder”, de quem teria a intenção de “instaurar o comunismo” e “transformar o Brasil em Venezuela” ou outras várias hipóteses construídas no imaginário coletivo e que, simplesmente, nunca foram pautadas e discutidas pelo telejornal. Qual era o motivo real dos “vândalos” picharem prédios da Justiça Federal? Os juízes federais entrevistados na reportagem disseram que as pichações eram um ataque à democracia e ao combate à corrupção, ou seja, reafirmando o discurso descrito acima.

Figura 63 - JN mostra pichação realizada por “vândalos” e “cidadãos de bem” limpando-as



Fonte: *Globoplay*.

Outro destaque nas três edições (5, 6 e 7 de abril de 2018) foi para a briga que ocorreu em frente ao Instituto Lula em que houve agressões entre apoiadores do ex-presidente e “um homem que passava em frente ao instituto”. De acordo com o JN “o militante do PT” feriu seriamente o homem, mas se isentou de dizer que houve uma provocação antes. Nada justifica violência, mas os fatos precisam ser narrados de acordo com o que aconteceu. Apesar de um amigo da vítima

dizer que ele deu causa às discussões por ter provocado os apoiadores de Lula, isso foi completamente ignorado nos dias seguintes, quando o telejornal retomou o caso.

Figura 64 - Após causar discussão, homem é empurrado, cai, bate a cabeça e sofre traumatismo craniano



Fonte: *Globoplay*.

Em meio a um noticiário dramatizado e permeado de elementos tendenciosos, no sábado (7 de abril de 2018), dia em que o ex-presidente sai do Sindicato dos Metalúrgicos e se apresenta à PF, o telejornal destoa das edições anteriores, quando o jornalista Chico Pinheiro, responsável por apresentar o telejornal naquele dia, corrige ao vivo a repórter de rua Veruska Donato, incomodado com sua narrativa tendenciosa.

Chico Pinheiro: Vamos voltar ao vivo agora a São Paulo, para falar com a repórter Veruska Donato, que está no Aeroporto de Congonhas, de onde há pouco mais de dez minutos decolou o avião que levou o ex-presidente Lula. Está levando de São Paulo para Curitiba. Verônica!

Veruska Donato: Boa noite, Chico! Boa noite, Juliana! Boa noite para todos. Pois é, o clima ficou bem tenso agora há pouco. A Força Tática... Os policiais chegaram a jogar duas bombas de efeito moral para dispersar **os apoiadores do ex-presidente Lula**, que ficaram **beem** frustrados, quando esperavam que ele entrasse aqui pelo portão das autoridades de carro, mas ele acabou chegando de helicóptero e depois embarcou, por volta das oito e quarenta da noite, num monomotor turboélice Caravan, da Polícia Federal. Os manifestantes agora conversaram com a polícia. Eles conseguiram negociar. Conseguiram subir em direção ao aeroporto e já estão, parece que, indo embora. Um homem **só** foi detido aí nessa confusão. Chico e Juliana.

Chico Pinheiro: Obrigado, Veruska. **Então, havia expectativa que o ex-presidente Lula fosse de carro de São Bernardo para o aeroporto de Congonhas e havia manifestantes tanto a favor como contra a prisão de Lula. E nós vimos aí pequenos incidentes** (JORNAL NACIONAL, 7 abr. 2018, grifos nossos).

Na análise, também foi percebido que, apesar de não querer demonstrar, o apresentador pareceu estar emocionado com a prisão do ex-presidente Lula (Figura 65). Seus olhos se enchem de lágrimas quando Juliana Morrone relata o momento em que o ex-presidente Lula se apresenta à PF para iniciar o cumprimento da pena que lhe havia sido imputada.

Figura 65 - Chico Pinheiro se emociona ao apresentar o JN no dia da prisão de Lula



Fonte: *Globoplay*.

No dia 8 de novembro de 2019, como primeira chamada de sua escalada, o Jornal Nacional trouxe a informação de que, no dia seguinte à decisão contrária do STF à condenação em 2ª instância, Lula deixa a prisão, em Curitiba (Figura 66).

Figura 66 - Lula sai da carceragem da PF de Curitiba, onde estava cumprindo pena



Fonte: *Globoplay*.

Novamente, o telejornal ignora o acampamento Lula Livre, que esteve acompanhando o ex-presidente durante os 580 dias em que passou na cela da PF. Fala rapidamente que Lula foi direto para o acampamento de apoiadores montado em frente à PF, sem dar mais detalhes. O JN detalha quais ministros votaram a favor e contra a decisão. Explica que a decisão irá beneficiar muitos outros condenados e cita alguns dos que a Lava Jato condenou e que também já foram ou serão soltos. O jornalista Marcelo Rocha diz, na passagem, que Lula discursou, atacando os delegados da PF, os procurados e o juiz que o condenou. E, em seguida, entra a sonora do discurso de Lula:

Eu adquiri tudo o que eu tenho na vida de uma mulher que nasceu analfabeta e que teve todos os filhos em hospital, tudo com parteira e que me ensinou a ter dignidade e morreu analfabeta, que é a dona Lindô, que me faz dizer para essa gente que tentou me condenar: eu saio daqui sem ódio. Aos 74 anos o meu coração só tem espaço para o amor, porque o amor vai vencer neste país (JORNAL NACIONAL, 8 de nov. 2019).

Na edição do dia seguinte, 9 de novembro de 2019, o JN veicula as manifestações contrárias à votação no STF e, novamente, qualifica o discurso de Lula, durante o ato no Sindicato dos Metalúrgicos, como ataque. A repórter Graziela Azevedo, que cobria o ato, disse que, em alguns momentos, Lula revelou não ter ódio, mas que o tom de seu discurso era agressivo.

Graziela Azevedo: No discurso, Lula voltou a se dizer inocente e a criticar a Operação Lava Jato, os procuradores da Lava Jato de Curitiba, e chamou de canalha o então juiz Sérgio Moro, que o condenou, hoje, ministro da Justiça do governo Bolsonaro. Fez críticas, também, à atual política econômica. O ex-presidente em alguns momentos disse que não tem ódio no coração, apesar de ter passado 580 dias na prisão. Mas o tom do seu discurso foi de hostilidade a seus adversários políticos, com acusações e ataques ao presidente Jair Bolsonaro. Discordou de alguns militantes do PT que, segundo ele, pedem a derrubada do presidente, mas concluiu de forma agressiva.

Lula: Eu vejo todos os companheiros que estão aqui reclamar que está difícil de levar o povo para rua. Tem gente que fala que precisa de culpar o Bolsonaro. Tem gente que fala em *impeachment*. Mas veja, gente, o cidadão foi eleito. Ele foi eleito democraticamente e nós aceitamos o resultado da eleição, que tem que ter um mandato de quatro anos. Agora, ele foi eleito para governar o povo brasileiro e não para governar para os milicianos o Rio de Janeiro.

Graziela Azevedo: O ex-presidente Lula celebrou ainda a vitória de Alberto Fernandes e Cristina Kirchner na Argentina e defendeu a eleição de Evo Morales na Bolívia, suspeita de fraude. Disse que o Brasil precisa ser solidário ao povo da Venezuela e disse também que a partir de agora vai percorrer o Brasil para fazer oposição (JORNAL NACIONAL, 9 de nov. 2019).

Há clara intenção do jornalismo do JN de colocar o telespectador como julgador do ex-presidente Lula, adjetivando-o e atribuindo-lhe características reativas, como ataque e agressividade. Além disso, insinua, ao final do texto, que ele apoia o “comunismo”. Nota-se que o JN não considera o ser humano Lula, que passou um ano e cinco meses na prisão, e que continua com a mesma intenção discursiva de antes.

Fato que comprova o tratamento desigual a Lula em relação a Sérgio Moro foi a transmissão, pelo JN, de uma *live* do ex-juiz Sérgio Moro (Figura 67) na edição do dia 29 de março de 2021. A reportagem, que durou seis minutos, trazia Moro se justificando pelas decisões do STF que o declararam suspeito e parcial nos processos da Lava Jato envolvendo o ex-presidente, anulando todos os atos praticados. Em uma parte de sua fala, Moro justifica a condução coercitiva como procedimento padrão e diz que sempre tratou a todos com respeito, mas que era tratado com hostilidade e, por várias vezes, buscava apaziguar as discussões. Moro passou todo o tempo se vitimizando e reafirmando o orgulho que tem do seu trabalho na Lava Jato, o que também foi anunciado pela apresentadora.

Figura 67 - JN transmite parte de *live* de Sérgio Moro



Fonte: *Globoplay*.

Finalizando a análise, no dia 23 de junho de 2021, o Jornal Nacional trouxe, em último lugar na escalada, a chamada sobre a decisão do plenário do STF que oficializou a parcialidade de Moro nos processos impetrados contra Lula. De forma tranquila e sem muita incisividade, Bonner fala da votação e trechos dos votos dos ministros são veiculados, identificando e nominando quem votou a favor e contra a decisão. Em seguida, o JN ouve a manifestação do advogado de Lula, Cristiano Zanin. Logo após, mostra, também, a manifestação de Sérgio Moro nas redes sociais. Mostra-se um aparente distanciamento ao longo da reportagem. Apenas no trecho em que Renata Vasconcellos anuncia o advogado de Lula, percebe-se uma expressão mais sisuda e fechada, parecendo ter raiva (Figura 68).

Figura 68 - Renata Vasconcellos anuncia a manifestação de Zanin



Fonte: *Globoplay*.

CONCLUSÕES

Analisar e identificar as conexões entre o jornalismo e o discurso de ódio requer um tanto de cautela e sobretudo um aprofundamento maior no comportamento enunciativo gerado pelo discurso jornalístico. É inegável que a atividade e a processualística do jornalismo são responsáveis por comoções de ânimo e formação de afetos alegres e tristes. Através de seus recursos, o jornalismo influencia as percepções e interpretações dos fatos respaldado pela máxima da verdade, dando sentido a eles de acordo com o interesse de quem produz a notícia, como tratamos no primeiro capítulo desta pesquisa. Não queremos dizer com isso, que o fato seja inverídico ou inventado, mas a interpretação do fato pode se dar de uma forma destorcida ou enganosa. O jornalismo pode ainda produzir fatos de modo a não deixar de lado o empirismo em que se fundamenta e para isso produz acontecimentos, fenômeno chamado por Adriano Rodrigues (1993) de meta-acontecimento, em que o jornalismo produz fatos pelo seu próprio discurso. Essa reflexão atribui ao jornalismo uma responsabilidade além do acontecimento relatado; a capacidade de o jornalismo provocar novos acontecimentos por meio do discurso e sentido produzidos pela notícia e que passam a integrar o mundo da vida. Segundo Rodrigues (1993), a mídia não só reproduz os acontecimentos, mas também os cria:

Ao darem conta dos actos enunciativos, os media não só lhes conferem notoriedade pública, alargando assim indefinidamente o âmbito e o alcance das transformações que operam no mundo, como realizam igualmente novos actos ilocucionários e perlocucionários de acordo com as suas próprias regras enunciativas. (RODRIGUES, 1993, p.31).

Para ele, o meta-acontecimento é provocado pela própria existência do discurso jornalístico, regido pelas regras do mundo simbólico, pelas regras da enunciação (2001). Assim como outros autores já citados neste estudo, Rodrigues (1993) acredita que o fato nasce como notícia de acordo com o seu grau de imprevisibilidade e se apresenta ao mundo pela linguagem discursiva que, por sua vez, utiliza-se de recursos para comover ânimos e formar opiniões. Um desses recursos, como vimos, é o espetáculo. Essa dinâmica, que emprega recursos simbólicos para estabelecer uma certa relação comunicacional, move os afetos e produz discursos, dentre eles, o discurso de ódio. Sentimentos de indignação, injustiça e comoção social são produzidos a partir da percepção da notícia como verdadeira, estimulando e produzindo discursos. Claro que a dimensão patêmica está presente em qualquer tipo de discurso, não sendo exclusividade do jornalismo. De acordo com Rodrigues é preciso

[...] Tomar consciência de que a maioria dos discursos com pretensão puramente factual se fundamenta na fiabilidade do testemunho do locutor e raramente na observação e na verificação directa dos fatos. (RODRIGUES, 2001, p.106).

Nesse sentido, os fluxos das informações são respaldados pela premissa de que o jornalismo reproduz fielmente a realidade. A atividade jornalística conecta os indivíduos através da emoção e estabelece com eles uma relação de confiança. Observa-se a grande influência que o Jornal Nacional exerce na formação discursiva e mobilização dos afetos por meio de seu modo de produção de alta qualidade e de suas práticas discursivas, que vão além do que é mostrado por meio da linguagem, pois encontram-se no campo da subjetividade, as chamadas estratégias sensíveis (SODRÉ, 2016), que consideram os atos discursivos não aparentes, mas que afetam os sujeitos.

O afeto sempre vem precedido de uma causa, ou seja, os modos pelos quais os indivíduos são afetados. Neste estudo, consideramos todos os recursos utilizados pelo Jornal Nacional como a linguagem, os discursos verbais e não verbais, capazes de extrair emoção do telespectador (*páthos*) através da confiança (*éthos*).

É possível constatar, através da categorização patêmica da televisão teorizada por Charaudeau (2007), que o Jornal Nacional se utiliza de estratégias discursivas susceptíveis de provocar efeitos patêmicos nos telespectadores e influenciar o comportamento enunciativo dos sujeitos de acordo com o seu interesse. E que, nesse universo patêmico, o ex-presidente Lula está categorizado como um “actante-objeto” (CHARAUDEAU, 2007) atribuído ao estatuto da antipatia e da repulsa, capazes de produzir contra ele discursos odiosos.

Percebemos os modos enviesados com os quais o Jornal Nacional produz sentidos combinando imagens, palavras, sons, gestos e outros elementos característicos da dramatização e do silenciamento visando, dentro das regras objetivas estabelecidas e sobre a égide da processualística jornalística, alcançar seus interesses ideológicos e mercadológicos.

Verificamos que as estratégias do discurso e da sensibilidade interagem decisivamente na produção do Jornal Nacional, que se utiliza da espetacularização midiática na cobertura do caso “Triplex em Guarujá”.

A produção do Jornal Nacional explora os sentidos dos telespectadores e os estimula a uma identificação com a ideologia de direita neoliberal, escondida atrás do discurso anticorrupção, moralista e patriota. Para Kellner (2001, p. 13), “analisar e interpretar a cultura da mídia exige

métodos de leitura e crítica capazes de articular sua inserção na economia política, nas relações sociais e no contexto em que são criados, veiculados e consumidos”.

A narrativa produzida pelo Jornal Nacional provoca temor social, gerando angústia. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, solto e podendo ser candidato, representa uma ameaça e um perigo para a nação. Esse discurso provoca medo, move afetos tristes, gera efeitos patêmicos e, conseqüentemente, discurso de ódio.

Pode-se dizer que o clamor social é produzido com grande participação da mídia. A cobertura política de casos criminais desconsidera o princípio da presunção de inocência e se utiliza de recursos de todos os tipos para insinuar a culpabilidade sem responsabilizar o jornalismo por isso. A predominância da culpabilidade do acusado é orientada pela lógica do espetáculo, que age seletivamente e de forma oculta para escolher seus melhores “atores” e “ângulos”, fazendo tudo parecer normal e natural. A manipulação das informações aumenta o impacto do espetáculo e seus efeitos sobre a mente dos telespectadores.

As afirmações enfáticas seguidas de “segundo fulano de tal” ou os adjetivos como “suposto” lançam suspeitas em tons de condenação. O vício do jornalismo por vazamentos, furos e todo tipo de “informações privilegiadas”, muitas vezes em “*off*”, geralmente, trazem conseqüências desastrosas e efeitos devastadores na vida de quem é denunciado por elas. Em sua obra “O poder da comunicação”, Castells parece estar descrevendo a cobertura da Lava Jato no Brasil. Ele diz: “Trazido pela campanha anticorrupção para a vanguarda da opinião pública, o sistema judiciário aceitou o papel de salvador moral do país, ciando uma aliança de *facto* entre juízes e jornalistas [...]” (CASTELLS, 2017, p. 317).

Verifica-se na análise que o peso dado aos assuntos “Condução Coercitiva” e “Expedição de Mandado de Prisão” foi muito maior do que “Lula deixa Prisão” e “Sérgio Moro foi Parcial”. Isso é indicativo da lógica do espetáculo e também do tendenciosismo.

Em momentos de crises, os fatos objetivos influenciam menos a opinião pública do que os efeitos patêmicos produzidos pelas notícias. A responsabilização do jornalismo é ainda um assunto delicado e controverso, mas não podemos nos isentar de discuti-la. Nossos estudos pretendem contribuir para essa discussão e olhar a patemização do discurso por um viés ainda pouco explorado no campo da comunicação.

Discutir sobre as emoções no discurso e sua importância para a ciência da comunicação, faz-nos entender melhor a formação das identidades coletivas e individuais e perceber que a relação

comunicativa vai muito além da transmissão de conteúdo. O fazer jornalístico influencia diretamente o fenômeno da vida cotidiana e deveria ser considerado como tal no exercício de sua função social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ABS'SABER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.
- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020.
- ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand, 2018.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. v. 2. Tomo 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 2005. (Obras completas). Disponível em: https://sumateologica.files.wordpress.com/2009/07/aristoteles_-_retorica2.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.
- AURÉLIO, Diogo Pieres. **Um fio de nada: ensaio sobre a tolerância**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica**. São Paulo: Todavia, 2020.
- BECKER, Beatriz. **Televisão e telejornalismo: transições**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.
- BENETTI, Márcia. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Claudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolatta Vassalo de. (Orgs.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: PUCRS, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304215070_Analise_de_Discurso_como_metodo_d_e_pesquisa_em_Comunicacao. Acesso em: 14 nov. 2020.
- BENETTI, Márcia; LISBOA, Sílvia. **O jornalismo como crença verdadeira justificada**. 2015. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/664/666>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- BOUNEGRU, Liliana et al. **A field guide to fake news and other information disorders**. Disponível em: <http://fakenews.publicdatalab.org/>. Acesso em: 29 set. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRYANT, Levi. R. **Onto-cartography**: an ontology of machines and media. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Jinkings Editores Associados, 1996.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri: Estação das Letras, 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia. (Orgs.). **As emoções no discurso**. Campinas: Mercado Letras, 2007. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>. Acesso em: 7 maio 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHOMSKY, Noam. **Mídia**: propaganda política e manipulação. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 203-247, jul./dez, 2011.

CRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 2003. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DUNKER, Cristian et al. Subjetividade em tempos de pós-verdade. **Ética e pós-verdade**. Fortaleza: Dummar, 2017. p. 7-37.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2016.

FIRMO, Érico et al. Reino da trapaça. In: RIBEIRO, Regina; PINHEIRO, Humberto. (Orgs.). **Jornalismo em tempos de pós-verdade**. Fortaleza: Dummar, 2018. p. 57-94.

FISHER, Rosa Maria Bueno. Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 35, maio/ago. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a09v1235.pdf> 05/04/2021 não citada no texto.
Acesso em: 13 jan. 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A mídia empresarial e a corrosão dos valores democráticos. MORAES, Dênis de. (Org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 69-92.

GLEIZER, Marcos Andre. **Espinosa e a afetividade humana**. Zahar: Rio de Janeiro, 2011. (PAP - Filosofia)

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo.. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, Wilson. **Verdade e perspectiva**: a questão da verdade e o fato jornalístico. 1993. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/303638487_VERDADE_E_PERSPECTIVA_A_qu_estao_da_verdade_e_o_fato_jornalístico. Acesso em: 20 fev. 2021.

HABERMAS, Jürguen, **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HEZROM, Edomm; MOREIRA, Isabela. **Pós-verdade e fake news**: os desafios do jornalismo na era do engano. 2018. Disponível em:
http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170912055155/pdf_1475.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

INTERVOZES. **Quem controla a mídia no Brasil?** Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001.

KELLNER, Douglas. **Sociedade midiaticizada**. In: MORAES, Dênis de. (Org.). Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

KIFFER, Ana; GIORGI, Gabriel. **Ódios políticos e política ódio**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

KIFFER, Ana. O Ódio e o desafio da relação: escritas dos corpos e afecções políticas. In: KIFFER, Ana; GIORGI, Gabriel. **Ódios políticos e política ódio**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 21-78.

LACAN, Jacques. **Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Disponível em:
<https://pdfcoffee.com/jacques-lacan-televisaopdf-pdf-free.html>. Acesso em: 22 mar. 2021.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Petrópolis: Insular, 2001.

LEAL, Bruno; JÁCOME, Phellipy; MANNA, Nuno. **“A crise” do jornalismo**: o que ela afirma, o que ela esquece. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/a-201ccrise201d-do-jornalismo-o-que-ela-afirma-o-que-ela-esquece>. Acesso em: 9 jan. 2019.

LEITÃO, Valton de Miranda. **A aura enfeitada**: o fetiche como espetáculo. São Paulo: Annablume, 2009.

LEITÃO, Valton de Miranda. A clínica psicanalítica da política: a paranoia política à luz do quarto pressuposto de Sandler. **Revista Reverie**, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: http://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/REVERIE_2017-9. Acesso em: 6 mar. 2021.

LEITÃO, Valton de Miranda. **A paranóia do soberano**: uma incursão na alma da política. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, Arlindo. **Máquina e imaginário**: o desafio das poéticas tecnológicas. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1989.

MELO SOBRINHO, Noéli Correia de. **Verdade e mentira no sentido extramoral**. 2001. Disponível em: http://imediata.org/asav/nietzsche_verdade_mentira.pdf. Acesso em: 9 jun. 2020.

MEYER, Michel. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Lisboa: Edições 70, 2018.

MORAES, Dênis de Moraes; RAMONET, Ignácio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da comunicação. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, Fernando de Sá. **Linguagem e verdade**: a relação entre Schopenhauer e Nietzsche em Sobre Verdade e Mentira no sentido extramoral. 2013. Disponível em: <http://pesquisadores.uff.br/academic-production/linguagem-e-verdade-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-schopenhauer-e-nietzsche-em-sobre-verdade-e>. Acesso em: 9 jun. 2020.

MORETZESOHN, Sylvia. Discursos midiáticos e a deslegitimação da política. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, v. 10, n. 24, p. 63-87, set./dez 2017. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/369/436>. Acesso em: 7 mar. 2018.

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O jornalismo e a construção da hegemonia**. 2005. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/negrao-joao-jornalismo-construcao-hegemonia.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Sobre verdade e mentira**. Tradução de Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

PARISIER, Eli. **O filtro invisível**. Tradução de Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009

PENA, Felipe. **A teoria do jornalismo no Brasil: após 1950**. 2006. Disponível em: <http://www.felipepena.com/site/artigos/A%20Teoria%20do%20Jornalismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

PENA, Felipe. **A teoria do jornalismo**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PEREIRA, Wellington. A construção do afeto no jornal impresso. **Revista Cultura Midiática**, a. 6, n. 11, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/17554/10070>. Acesso em: 3 fev. 2020.

PIGNATON, Caroline; REIS, Ruth. Jornalismo e discurso de ódio nas redes sociais. In: HRENECHEN, Vanessa Cristina de Abreu Torres. (Org.). **Ciência da comunicação 3**. Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 70-80. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332313034_JORNALISMO_E_DISCURSO_DE_O_DIO_NAS_REDES_SOCIAIS. Acesso em: 5 dez. 2019.

PINTO, Ivonete. A dramatização no telejornalismo. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 7, p. 117-123, nov. 1997. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/2991/2273>. Acesso em: 7 jun. 2021.

PRADO, José Luiz Aidar. Decifrando os pontos sintomáticos do capitalismo comunicacional. In: _____; PRATES, Vinicius. (Orgs.). **Sintoma e fantasia no capitalismo comunicacional**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017. Edição Kindle.

PRUDENTE, Sérgio Eduardo Lima. Considerações sobre identificações e afetividades na política. **Revista Affectio Societatis**, v. 14, n. 27, p. 206-226, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320031145_Consideracoes_sobre_identificacoes_e_afetividades_na_politica. Acesso em: 14 abr. 2021.

ROCHA da, Heitor Costa Lima. **Habermas e a teoria do jornalismo: a manipulação ideológica no jornalismo como distorção sistemática da comunicação**. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238773400_Habermas_e_a_Teoria_do_Jornalismo_A_Manipulacao_Ideologica_no_Jornalismo_como_Distorcao_Sistematica_da_Comunicacao/ink/5d94fd14299bf1c363f2bcea/download. Acesso em: 30 abr. 2021.

ROCHAMONTE, Catarina. **Metafísica e moralidade na filosofia de Schopenhauer**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação: Questão comunicacional e Formas de Sociabilidade**. Lisboa: Presença, 2001.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993, p. 27-33.

ROTHENBURG, Walter Claudius; STROPPIA, Tatiana. Liberdade de expressão e discurso de ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE: MÍDIAS E DIREITOS DA SOCIEDADE EM

- REDE. 3., 2015, Santa Maria. **Anais** [...] Disponível em: <http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- SAFATLE, Wladimir. **Quando as ruas queimam**: manifesto pela emergência. São Paulo: n. 1 Edições, 2016.
- SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.
- SHUDSON, Michael. As notícias como um gênero difuso: a transformação do jornalismo na contemporaneidade. **Comunicação & Cultura**, n. 12, p. 139-150, 2011.
- SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Sociologia do Jornalismo**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091/1830>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- SLVA, Luiz Inácio Lula. **A verdade vencerá**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis afeto, mídia e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauá, 2016.
- SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.
- SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite**. Rio de Janeiro: Leya, 2015.
- SPINOZA, Barouk. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- VAN DIJK, Teun A. O que é a análise crítica do discurso. In: _____. **Discurso, notícia e ideologia**: estudos na análise crítica do discurso. Tradução de Zara Pinto-Coelho. 2. ed. Braga: Húmus, 2017.
- VOSOUGHI, Souroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, is. 6380, mar. 2018. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146/tab-pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.
- WALDRON, Jeremy. **The arm in hate speech**. Cambridge: Haverd University Press, 2012.
- WARDE, Walfrido. **O espetáculo da corrupção**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki. **Gramsci**: os clássicos da teoria política revolucionária. Joinville: Clube de Autores, 2015.